

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

O sujeito no meio fio: entre a substância da falta e o oco do desejo

Belo Horizonte
2016

DANIELA SEVEGNANI MAYORCA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para conclusão de pesquisa de Mestrado.

Orientadora: Andréa Máris Campos Guerra

Área de concentração: Estudos Psicanalíticos

Linha de Pesquisa: Conceitos Fundamentais em Psicanálise.

Belo Horizonte
2016

*“A minha infância morreu há muito, mas eu vivo ainda. E antes deste tempo, que era
Eu? Existi, porventura, em qualquer parte ou era acaso alguém?”*
- Santo Agostinho, em Confissões.

*“Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão
sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando.
Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou.”*
- João Guimarães Rosa, em Grande Sertão: Veredas.

“Primeiramente...”
- Dito popular

Para Lúcia minha mãe, minha luz, minha primeira professora e orientadora, quem plantou em mim a vida, o amor e o desejo pelo saber, quem estará sempre aqui, ainda que se tenha ido sempre cedo demais.

Para meu companheiro Julian, pela presença terna de todos os dias.

Agradecimentos

Nos subúrbios de Havana, chamam o amigo de 'minha terra' ou 'meu sangue'. Em Caracas, o amigo é 'minha pada' ou 'minha chave': pada, por causa de padaria, a fonte do bom pão para as fomes da alma; e chave por causa de... —

Chave, por causa de chave — me conta Mario Benedetti. E me conta que quando morava em Buenos Aires, nos tempos do horror, ele usava cinco chaves alheias em seu chaveiro: cinco chaves, de cinco casas, de cinco amigos: as chaves que o salvaram.

- Eduardo Galeano, em O Livro dos Abraços.

Andréa Guerra, professora e orientadora. Por ter sempre acreditado neste trabalho. Por contornar comigo os reveses do processo, com firmeza e doçura, oferecendo sempre os caminhos mais proveitosos e as questões mais inquietantes durante o percurso.

Luciano Elia e Oswaldo França Neto, professores à quem admiro imensamente e que me deram a honra de oferecer seu tempo e seus saberes para compor a banca de defesa desta dissertação.

Maria Rita Kehl, pelas contribuições valiosas oferecidas à análise deste caso durante uma proveitosa conversa em seu consultório.

Lucienne Martins Borges, professora e amiga, quem me apresentou Sigmund Freud e investiu nesse encontro.

Ignês Sevegnani, minha tia, pelos cuidados, pelo carinho e pela presença forte que nos acolhe e encoraja sempre.

Família Sevegnani pela fé, pela transmissão da ética, do valor do trabalho, do saber e da união.

Denise Brzozowski, Jerzy Brzozowski, Jerzy André Brzozowski, Fabíola Brzozowski, Artur Brzozowski, Elizete Sartor, Alceu Sartor e toda essa grande família pela presença, apoio e carinho em todas as horas.

Beate Frank, amiga do abraço e dos cafés cheios de ternura que alentaram dias difíceis.

Aurélio Mayorca, meu pai, por todos os diplomas que merece.

Allyne Barros, Julia von Linsingen, Thiago Campos, Tatiana Rozenfeld, Ana Raquel Barcellos, Mariana Queiroz, Felipe Massaro, amigos dos abraços ensolarados e das chaves que me salvaram tantas vezes.

Fernanda Toledo, André Viana, Mariana Vidigal, Mariana Aranha, Álvaro Oliveira, Camila Ferreira Sales, Daniel Good God e Fernanda Vieira de Oliveira, amigos que Belo Horizonte me deu, obrigada pelo carinho, pelo acolhimento e pelas trocas na cidade grande.

Sumário

Resumo	p. 9
Introdução	p. 10
Primeiro Capítulo	p. 12
A violência urbana como sintoma social no capitalismo brasileiro	p. 15
Percurso da pesquisa	p. 17
Saída?	p. 18
A primeira conversa	p. 19
Implicações	p. 20
Justificativa	p. 21
Objetivos	p. 22
Metodologia	p. 22
A pesquisa em psicanálise	p. 23
I) Transferência	p. 24
II) Singularidade	p. 25
III) Inconsciente	p. 26
IV) Palavra	p. 26
Procedimentos metodológicos	p. 27
Coleta de Dados	p. 28
Análise de Dados	p. 28
Discussão	p. 29
Segundo Capítulo	p. 30
O trabalho no meio fio	p. 30
Limitantes do trabalho	p. 31
Apresentação do caso	p. 32
Dos encontros	p. 32
O corte	p. 32
História de vida	p. 33
Análise do caso	p. 40
O peso do ideal	p. 45

Terceiro capítulo	p. 48
Parte I – O sujeito freudiano	p. 48
Sujeito X Eu	p. 48
Sujeito Freudiano?	p. 49
<i>Sujekt</i>	p. 50
O sintoma	p. 53
A pulsão	p. 55
O circuito pulsional	p. 56
Os destinos da pulsão	p. 57
O Sujeito	p. 58
A fonte do movimento pulsional	p. 59
A Causa em Freud	p. 61
A repetição	p. 62
O Isso e o Eu	p. 64
Consciência X Inconsciente	p. 64
Eu X Isso	p. 65
O sujeito do desejo	p. 66
Conclusão	p. 67
Parte II – Lacan e a questão do sujeito	p. 68
A causa e o sujeito	p. 68
A situação da psicanálise em 1950	p. 69
A Estrutura	p. 71
A separação do estruturalismo	p. 74
O Estádio do espelho	p. 76
A constituição do sujeito	p. 78
Objeto <i>a</i>	p. 80
Do sujeito ao objeto	p. 81
Considerações Finais	p. 82
Referências Bibliográficas	p. 84

Resumo

Este trabalho é fruto uma pesquisa em psicanálise e orientada por seus pressupostos éticos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida a partir de um estudo de caso. O sujeito da pesquisa foi uma mulher engajada em um movimento social que havia sido presa por chefiar uma célula do tráfico de drogas em Belo Horizonte. A questão colocada pelo sujeito da pesquisa foi a da permanência subjetiva que indicou a presença do caráter insistente da pulsão, a falta de satisfação que a anima e a noção de trauma que prende o sujeito em um circuito de repetição. Buscou-se articular estas três dimensões dentro do conceito de sujeito a partir da psicanálise lacaniana. Em Freud deduzimos que o sujeito aparece como efeito do retorno da pulsão à fonte e que nela é que reside o nó entre soma e psique, instinto e desejo, natureza e linguagem. É a falta de satisfação que inspira a dinâmica pulsional. Para Lacan, o sujeito é um efeito das lacunas nas representações entre significantes. Neste sentido é que só existe causa para o que manca. O que causa a pulsão, e o sujeito que lhe aparece como efeito, é a falta representada pelo objeto *a*. É também em volta dele que se orienta a repetição. No cerne da materialidade do sujeito encontramos o objeto mítico, desde sempre perdido, e nele, a hiância, o oco do desejo. Caminhamos neste trabalho como em um meio fio, entre o sujeito e a política, entre o desejo e o ideal, entre pulsão e linguagem.

Introdução

A psicanálise inaugura uma concepção ética de sujeito ao afirmar uma prática de escuta do desejo e do que não pode ser dito. Ao afirmar que o sujeito sempre diz a verdade, ainda quando elabora um discurso que diverge da realidade factual, aposta que o importante da fala é o que ela diz do desejo, este que é o fundamento do sujeito da linguagem. Através dele, escuta-se a voz de todos os que o precederam; toda a história humana conta sua verdade quando um sujeito toma a palavra.

Sujeito é uma resposta, um efeito de linguagem que se engaja no processo civilizatório pelo ato de fala e é isso que primeiro o inscreve como um sujeito político. O que a sua fala revela são fantasmas tão íntimos e singulares quanto culturais e históricos. O sintoma é uma expressão do desejo reprimido do sujeito e este encarna a expressão de todos os outros que lhe antecederam na história da sua cultura, a sua expressão não é individual, ainda que seja vivida de forma particular. O sintoma que enquanto tal é sempre social, expressa os conflitos entre a verdade e as formas de reprimi-la de que se constitui o tecido social. Se o inconsciente é a política, é porque o sujeito está marcado pela lei e as formas desejantes de seu tempo, o mundo marca o corpo que nele se constitui. Admitindo o sintoma como esta expressão concomitante no corpo subjetivo e no cultural, a melhor forma de falar dele é abordar este limite, como este corpo é contornado pela história e como este corpo se desenha na história.

O contexto do qual advém a psicanálise é o da crise civilizacional que atravessa a Europa durante o eclipse da monarquia e a fundação do capitalismo e da modernidade, durante o qual é transferida para a família nuclear a responsabilidade de manutenção do tecido social e a lei que o fundamenta, que antes eram encarnados no corpo da família monárquica. A psicanálise inaugura sua escuta, a partir da posição ética assumida por Freud frente ao sintoma social *par excellence* da época, a histeria. Caracterizada por uma afetação psicossomática que adoecia e imobilizava seus pacientes e desafiava a própria lógica científica da época.

A etimologia da palavra indica que o que veio a ser desvelado posteriormente por Freud, já encontrava-se presente na concepção tradicional da doença. *Hystera* designa em grego a palavra útero e *hysterykos* era a denominação da condição de mulheres que sofriam de uma desordem no fluxo sanguíneo uterino. As intervenções médicas da época vitoriana eram baseadas nesta lógica, de reordenamento uterino. Com essa prerrogativa, atuava-se sobre o corpo das histéricas com o objetivo de fazer retornar o sangue destas partes para a cabeça. Compreensão que justificou uma série de malabarismos físicos aos quais eram submetidas para obter a cura. Eram mulheres doentes, em condição de grave perturbação psíquica e que para o saber médico, eram detentoras de uma subjetividade secundarizada, digna de desconfianças de todo tipo. A inventividade do método analítico de Freud foi a manobra simples e a seu tempo subversiva de perguntar a elas, pela primeira vez: *O que aconteceu com você?* Ao fazê-lo, Freud aposta na existência de um sujeito capaz de responder pelo que lhe afeta, ainda que a causa fosse também por ele desconhecida.

Abertos os caminhos da *talking cure* Freud pôde ouvir o que não podia ser dito na época acerca das origens dos sofrimentos femininos, sobre a pesada carga que sustentavam na manutenção civilizatória e as perigosas verdades silenciadas dentro destes corpos e suas histórias infantis. Escutar a verdade desses sujeitos foi a chave para abrir a caixa de Pandora que mudaria para sempre a forma como nos vemos.

A trajetória de Freud com as históricas prova que os conflitos históricos, políticos e econômicos marcam os corpos porque é a linguagem que os erotiza e vivifica. Os efeitos do colonialismo, do capitalismo e da escravidão não poderiam constituir-se em exceção.

As tentativas de apagamento de sujeitos desejantes, de discursos singulares que atestam as causas de sintomas individuais e sociais seguem operando na contemporaneidade, em outros corpos, com outros métodos, mas com o mesmo objetivo. O criminoso, por exemplo, reproduz em ato, através do seu corpo o campo da guerrilha urbana arquitetada pelo capital. Mas a psicanálise também, re-existe ainda como uma prática de escuta que segue apostando na resposta dos sujeitos à sua pergunta: *O que aconteceu com você?* Este trabalho testemunha uma singular resposta a esta questão.

Primeiro Capítulo

Este trabalho é fruto de uma pesquisa em psicanálise, orientada por seus pressupostos éticos e por sua abertura radical ao objeto sobre o qual se debruça: o sujeito. É o registro de um caminho com uma variedade de obstáculos, curvas, voltas em diversas paisagens e neste sentido o percurso é tão importante quanto o produto final. Início essa dissertação, portanto, apresentando o contexto e as questões que o fundamentaram.

Esta pesquisa começa em fevereiro de 2012, quando saí de Santa Catarina, meu estado natal, para fazer um estágio de vivência em ocupação urbana em Belo Horizonte. Essa ocupação com sua existência resistente me convidou aos primeiros passos desse trabalho. A comunidade nos abrigou por duas semanas, dormimos nas casas dos moradores que gentilmente aceitaram nos acolher, comemos da sua comida e escutamos de perto suas histórias e seus sonhos. Conheci pessoas de 30 anos com trajetórias que bem caberiam a um sujeito de 100. O funcionamento da comunidade, a manutenção da sua luta e das suas esperanças era garantido por todos, mas especialmente por um grupo de pessoas, moradores ou não, que coordenavam as Reuniões, estimulavam a participação de todos nas decisões coletivas e que também serviam de mediadores das demandas das quase 1.200 famílias que lá residiam.

Nas conversas que aos poucos nos eram confiadas, escutei que vários destes líderes comunitários estiveram, antes do contato com o movimento social, envolvidos com a organização do tráfico de drogas e muitos foram os que abandonaram o tráfico para ingressar na organização política coletiva. Este movimento muito me chamou atenção, pelos dois lados, primeiro da parte do sujeito que sustentava esta mudança: que semelhanças entre ambos os papéis, executados em ambas as organizações, em diferentes momentos preenchiam de sentido esta mudança de contexto de ação, sem que a posição frente a organização mudasse radicalmente. Bem como pelo lado da organização política: de que mecanismos esta lançou mão para permitir a transformação destes sujeitos, antes agenciados pela ordem absoluta do tráfico dentro do imperativo da competição e da violência, para inscrevê-los através do movimento social na dinâmica da coletividade e da organização por direitos dentro da produção de vida periferia e transformação social.

De todos os lados este movimento me incentivou a compreender suas facetas mais de perto, o que me fez direcionar estas questões para a pesquisa de mestrado. Ingressei, portanto no programa de pós-graduação em psicologia com estas questões e diversas hipóteses de resposta.

O objetivo principal do trabalho era a escuta psicanalítica das vivências coletivas e singulares de sujeitos envolvidos com o movimento social e a influência da organização política coletiva sobre o fenômeno da criminalidade violenta na comunidade. A criminalidade violenta era, até então, analisada como sintoma social contemporâneo, inscrita no interstício entre a subjetividade e a política econômica no capitalismo.

Resgato aqui, como parte das elaborações que compõe este trabalho, o desenvolvimento da ideia de sintoma social e a hipótese inicial que orientou o trabalho, até o momento de escuta dos sujeitos protagonistas da pesquisa e que embora tenham sido aprimoradas com esta escuta, compõe a base de toda a aposta que configura este trabalho.

A violência urbana como sintoma social no capitalismo brasileiro

Ao longo da história da civilização é possível identificar formas de sofrimento no plano singular que organizavam no corpo dos indivíduos, os traumas não elaborados e reprimidos no corpo social. Os surtos de conversão histórica no século XIX na Europa (Birman, 2006), a melancolia na Idade Média (Kehl, 2009), as neuroses traumáticas nos tempos de guerra (Freud, 1919/1989) são exemplos que configuram o que se pode chamar de sintoma social. Para compreender essa noção é preciso decompor seus dois componentes radicais. De acordo com Quinet (1999):

Sintoma é a implicação inconsciente do sujeito e, portanto, é signo da operação de recalque pela qual o sujeito se constitui em sua unicidade. O sintoma é mensagem cifrada de gozo. Portanto, além de metáfora do conflito psíquico do sujeito, e por isso mesmo, o sintoma é modalidade singular pela qual o neurótico goza (Quinet, 1999, p. 203)

Já o termo ‘social’ pode ser definido brevemente como aquilo que dá universalidade aos sujeitos, o que é comum entre eles. Nesta perspectiva, os limites impostos pela civilização são o que fazem do ser um sujeito. Ela, a civilização, é um mal-estar, já que força o sujeito à insatisfação fundamental, a uma extração de gozo sempre parcial (Vorcaro, 2004).

Assim, podemos definir ‘sintoma social’ como um modo de gozo situado no campo particular entre o universal do mal-estar e o singular do sintoma subjetivo. Uma metáfora do mal-estar, partilhada por um grupo por meio de uma modalidade de gozo inscrita, submetida e provocada pelo discurso dominante de uma época (Vorcaro, 2004).

A noção de sintoma social pode ser considerada como um significante performático que hiperboliza o caráter compartilhado de um sintoma. Este, enquanto regido por um discurso dominante, acaba por perder algo de seu atributo de singularidade. Mas, como aponta Vorcaro (2004), mesmo que um sujeito se articule singularmente a seu sintoma, os sintomas não são estruturalmente singulares. Isso retiraria a necessidade de atribuir o qualificativo social ao sintoma. Insistiremos, neste trabalho no significante ‘sintoma social’, já que esta pesquisa visa aprofundar-se nesta intersecção mais do que em seus significantes compositores.

Os sintomas sociais têm por costume acusar as contradições do ordenamento político e cultural de cada época histórica (Vanier, 2002) em formas de sofrimento particulares. Tratá-los exige sempre repensar o ordenamento histórico que os produz. O preço pelo silenciamento das histórias de vida dos sujeitos que os carregam, sentenciado em nome da manutenção deste ordenamento, é pago com o adoecimento crescente dos corpos e subjetividades das partes mais vulneráveis da composição social (Kehl, 2004). Compreendido como um sintoma social (Vanier, 2002), podemos interpretá-lo como expressão do mal-estar presente concomitantemente no fórum íntimo

das relações subjetivas do sujeito com o mundo, bem como nas relações macro políticas e econômicas da sociedade (Guerra & Martins, 2013).

Na atualidade, podemos pensar que as manifestações do que comumente se denomina violência atestam uma nova forma de composição do sintoma social. A vivência dos sujeitos moradores dos grandes aglomerados urbanos em relação à violência é silenciada através da sua banalização. As incursões policiais, os desaparecimentos, as torturas e os assassinatos impunes criam um cenário de terror para as cidades, banalizado pela mídia hegemônica. Frente à impossibilidade de serem escutados e elaborados, os traumas dessa violência, silenciada no corpo social, permanecem atuantes dentro da dinâmica da repetição. Uma morte leva à revolta, que enseja uma vingança que leva à outra morte e assim o ciclo da violência se mantém. Donde atingimos a marca de 49.932 mortos por homicídios no Brasil, no ano de 2010. Destes, mais de 53,3% são jovens, dentre os quais, 76,6% são jovens negros (IBGE, 2010).

Desta violência as instituições pouco querem saber. Estes defuntos são anônimos, são o resto. As dores de mães, irmãos e amigos frente a cada uma dessas mortes são silenciadas com displicente esquecimento. Ouvi-las implicaria deixar soar um grito que acordaria a cidade na madrugada, mas ela precisa dormir, para funcionar no dia seguinte. Para protegê-la desta escuta, a cidade precisa de agentes estatais, militares ou dispostos voluntários que calem aqueles cuja dor não pode ser ouvida. A cidade precisa, para manter-se em sua ordem, de muita violência.

De acordo com a psicanálise, o assassinato encontra-se no cerne daquilo que nos faz humanos. Segundo o mito freudiano descrito em 'Totem e tabu' (Freud, 1913/1996), o ato de inauguração da civilização é o assassinato do Pai da horda primeva. Esse fato marcaria o assentamento da civilização sobre um ato de agressividade supremo. Ao matarem o pai para aceder ao corpo das mulheres e das mães, a horda de filhos teria, pelo sentimento de culpa, fundado as interdições aos seus desejos incestuosos que, na qualidade de tabu, passariam a regular a vida compartilhada a partir de então e teriam, assim, fundado também seus ideais, extraídos da qualidade do pai e agora transformados em totem. Em *O mal estar na civilização*, Freud (1930/2012) afirma que o imperativo de repressão e adiamento de satisfação das pulsões, de autoconservação ou agressivas, exigidos dos cidadãos para a manutenção do pacto civilizatório, produz uma importante cota de agressividade reprimida nas subjetividades. Tal repressão viria a produzir uma forma de tensão social que tende a aumentar e causar, potencialmente, importantes danos ao corpo social.

Contudo, para Costa (1986), o que mantém os humanos em torno do poder apoiado e consentido não é o medo de se destruírem mutuamente, mas a crença de que possuem interesses comuns universalizáveis. A inserção na linguagem é fundamental à condição humana, ainda que ao ingressar nela o sujeito consinta com importantes restrições à satisfação imediata das pulsões. A agressividade necessária à constituição

do sujeito¹ deve encontrar, também na civilização e na linguagem, formas de expressar-se através da sublimação, do amor ou do trabalho, por exemplo.

Importa ainda, a esta discussão diferenciar a noção de agressividade e de violência. Para a psicanálise, a violência tem a ver com o impossível de simbolizar, algo da pulsão de morte que não foi inscrito sequer no ordenamento linguístico. Trata-se, para Freud, da presença de intensidades pulsionais que buscam significação ou descarga. Neste sentido, a violência encontra-se no outro extremo da linguagem. As irrupções pulsionais, através da atuação, portam algo de insuportável e para o qual o sujeito não encontra expressão possível pela via da linguagem.

A noção de agressividade, por sua vez, é preñe de significados que se localizam muito longe do território moralista do bem e do mal. Para Lacan (1953-1954/1986), a “agressividade originária [está] presente no ato de desvencilhamento do Outro, característico da alienação primordial do sujeito à linguagem” (Lacan, 1953-1954/1986, p. 198). Encontra-se, pois, no registro daquilo que separa o Eu do Outro. Neste sentido, é inclusive fundamental nas mais diversas formas de amor e relações libidinais que encontram inscrição inconsciente complexa. A diferença entre agressividade e violência radica na associação da violência à pulsão de morte e da agressividade à relação especular constitutiva do eu.

Neste sentido, buscava-se entender aqui a ação ética que aparecia como anteparo para o tratamento da violência, através do movimento social, apostando na lei que (re)conecta o sujeito ao pacto civilizatório. Uma aposta operante tanto no âmbito do singular, no sentido edipiano, de um plano de regulação para o desejo, quanto do político, no sentido da resposta que o Outro social confere ao sujeito. Segundo Pellegrino (1987), o pacto edípico garante e sustenta o pacto social, mas esse, por retroação, confirma e afirma o primeiro. Isso, portanto, só pode ser feito a partir da formação de contrapartidas que justifiquem as renúncias necessárias à inscrição na linguagem e na *pólis* - contrapartidas das quais as classes marginalizadas encontram-se alijadas em grande medida.

Darcy Ribeiro, em seu livro “O dilema da América Latina” (1988) contorna um desenho preciso da conformação das classes econômicas do Brasil. De acordo com ele, na base de todas elas, em polvorosa maioria, encontram-se as que ele denomina classes marginalizadas. Ela seria composta por sujeitos que vivem em situação de pobreza, com empregos informais e em moradias improvisadas. São os que não conseguiram tornar sua força de trabalho em mercadoria vendável para o capital e permanecem como reserva de mão-de obra em suas margens. A sua existência garante, entre outras desigualdades, a manutenção dos baixos salários, pois mantém-se uma taxa alta de procura, aos chamados, subempregos. Como ilustra a construção teórica marxista de Darcy.

Porém, com a crônica falta de formação educacional e profissional, grande parte dessa reserva de mão de obra se mantém inutilizada. Assim, o *gap*, entre a

¹ Lacan (1966/1998) ressalta a agressividade necessária ao trabalho de separação do sujeito em relação ao Outro, que porta sua imagem alienada.

incapacidade de inserção social através da venda do trabalho qualificado e a crescente modernização, que necessitam de mão-de-obra cada vez mais especializada, só aumenta. Mantém-se, assim, um aumento progressivo do volume destas classes marginalizadas em países subdesenvolvidos como o Brasil, que incentivam a modernização reflexa dos modos de produção capital, a partir de moldes inadequados as características socioeconômicas do país e sem educar, formar e manter viva a força de trabalho necessária ao seu desenvolvimento.

Os sujeitos pertencentes a essas classes são, portanto, os que ficam para trás no caminho de um desenvolvimento político e econômico organizado a partir dos interesses do capital internacional (Ribeiro, 1988) e não das necessidades internas da população. Esses sujeitos são, ao mesmo tempo, o resto e a condição de manutenção do sistema que sobre eles se assentam. A psicanálise só pode concordar com o pressuposto marxista de Darcy, já que, também para ela, é justamente a irredutibilidade do *resto* que sustenta e anima o desejo (Guedes, 2010).

Destituídos das possibilidades de enlaçamento tradicionais à *pólis*: trabalho, educação formal, habitação, transporte, etc. Esses sujeitos veem-se desamparados e com poucas razões para consentir com as exigências do pacto civilizatório e sua parcialização de gozo. A partir deste lugar, apresentam-se diversas formas de rompimento com o laço social, ou de enlaçamento a ele pelo avesso, criando soluções pouco usuais e nem sempre lícitas para estes impasses.

Neste sentido aliar-se ao tráfico de drogas assume, para cada sujeito, uma ou mais funções, tão políticas quanto particulares, como, a título de exemplo, (1) pela inscrição ao avesso no tecido simbólico da *pólis*; (2) pelo gozo extraído em ser temido pela cidade que antes o ignorava ou com a crueldade numa posição sádica; (3) pela vivificação do corpo através do risco de morte; (4) ou ainda, pelo sentimento de pertença a um agrupamento que opera como uma espécie de família. Assim, o tráfico de drogas se constitui atualmente em uma importante alternativa de existência e de subsistência para muitos brasileiros pertencentes a estas classes marginalizadas. Neste sentido é que poderíamos pensar os efeitos mortíferos do capital, através do tráfico de drogas, como mostras de um sintoma social contemporâneo. Ele forja um acordo de compromisso entre sujeitos que se engajam no modo de produção capitalista ao avesso e uma sociedade que despreza estes corpos por sua inutilidade ao mercado e que, são portanto, para ela, absolutamente prescindíveis, descartáveis. Corpos que não fazem falta, pois sobram, acumulam-se nas margens da cidade. Corpos negros, improdutivos ao mercado legal, são corpos imprescindíveis ao comércio ilegal de entorpecentes. Como um sintoma, ele encarna os acordos de convivência tirânicos e desiguais em que se engajam sujeitos pobres em troca de lucros tão exorbitantes quanto fugazes, ao preço do risco iminente de morte.

Também por isso é que este trabalho inscreve-se no campo da psicanálise, como aposta ética de que, a partir da escuta do sujeito de desejo, obter-se-á uma verdade, ainda que provisória, acerca da dimensão subjetiva, e também política do tema. Para Lacan (1969/1992), a verdade é irmã do gozo, pois ela é “inseparável dos efeitos de linguagem tomados como tais” (1969/1992, p. 58). Se o saber é meio de gozo com a produção significante, é porque o princípio do prazer ali mantém o limite em relação ao

gozo. Só se encontra, pois, o verdadeiro, fora de toda proposição, dado que o inconsciente está incluído em sua produção. É, portanto, ao amar a verdade em um sistema sintomático, ao se colocar como resíduo do efeito de linguagem que arranca do gozo um mais de gozar, como um excedente que não se reintegra ao sistema, que a verdade se vê irmã do gozo interdito. Ela diz respeito a um excedente não inscrito no sistema e que bordeja o Real.

Maria Rita Kehl (2010) aponta que as formações do inconsciente, enquanto fenômenos de linguagem, são tributárias da estrutura desse órgão coletivo, público e simbólico que é a língua em suas diferentes formas de uso. Como define Marie Hélène Brousse: “a oposição individual/coletivo não é válida já que o desejo que o sujeito visa a decifrar é sempre o desejo do Outro” (2003, p. 17). Também Lacan, no *Seminário 14: A lógica do fantasma* radicalizou esta relação ao propor a fórmula “o inconsciente é a política” (1966-1967/2008, p. 350). A partir destas reflexões iniciais, os objetivos estabelecidos para pesquisa foram:

- a) Compreender os sentidos atribuídos pelos sujeitos à saída do tráfico de drogas e entrada no movimento social;
- b) Relacionar o percurso singular do sujeito e a estrutura política brasileira que a suporta;
- c) Investigar possíveis relações de equivalência entre o movimento social e o tráfico de drogas para o sujeito de desejo operante da mudança.

Percurso da pesquisa

Com estes objetivos traçados, procurei me aproximar dos movimentos sociais da cidade de Belo Horizonte, em especial os que trabalhavam diretamente com as populações marginalizadas. Estes movimentos me abriram caminhos que complexificaram as questões que carregava comigo e também me apresentaram sujeitos que traçaram percursos que interessavam à pesquisa, isto é, entre a organização do tráfico e a organização política do movimento social.

Durante este período, o grupo também endereçou a mim o pedido de atendimento clínico a uma mulher da organização. O caso era de um sujeito que havia feito esta transição – do tráfico ao movimento social – e estava disposto a escrever um livro sobre sua trajetória de vida. Segundo ele, a escrita deste documento estava sendo muito difícil para este sujeito – não pelo uso dos recursos formais da linguagem escrita, já que os seus companheiros mostravam-se bastante solícitos quanto a isso – a dificuldade parecia residir em algo “mais profundo”, segundo eles. A fim de ajudá-lo, sugeriram a ele que conversasse comigo.

O desejo de escrita autobiográfica parece indicar a tentativa de uma nova forma de inscrição social, política, discursiva, subjetiva. Madalena estava de acordo quanto a necessidade de trabalhar as questões suscitadas por esta escrita, com um psicólogo, mas dizia ter medo de se expor e de ser julgada - novamente – ao fazê-lo. A partir desta demanda, procurei uma sala para iniciar os atendimentos na UFMG, liguei para a pessoa que estava mediando minha relação com ela, que me respondeu dizendo

que Madalena havia desistido da proposta. Disse a ele que estava disponível e que eles poderiam entrar em contato comigo quando quisessem. Foi através deste primeiro encaminhamento, que eu e Madalena estivemos em contato pela primeira vez. Após um tortuoso caminho, que apresentarei aqui mais adiante, o caso de Madalena veio a se tornar o objeto dessa pesquisa.

Saída?

As investigações com as organizações políticas que, objetivavam encontrar sujeitos que haviam saído da organização do tráfico para ingressar no movimento social, obtiveram resultados muito menos ideais do que aqueles imaginados no início da pesquisa. De acordo com os participantes destes movimentos, havia sujeitos que estavam envolvidos com o tráfico e que hoje faziam parte do movimento social, mas que a maioria não abandonou o tráfico ou as formas violentas de resolução de conflitos em outros contextos por conta disso.

Compreendendo o tráfico como um problema endêmico comum às comunidades marginalizadas, o movimento social preferia manter o trabalho comunitário caminhando, a exigir que fizessem essa escolha definitiva, desde que ela não interferisse no contexto do movimento social. Além disso, essa vinculação com o crime organizado nem sempre era clara e a relação de alguns sujeitos com o tráfico só era constatada depois de algum tempo de trabalho. Este dado complexificou a pesquisa e exigiu que fossemos mais rigorosos na escolha dos sujeitos participantes, para não incorrer em equívocos nas elaborações e conclusões da pesquisa.

A única pessoa que o movimento social apontava como alguém que verdadeiramente havia deixado o tráfico em detrimento do movimento social, era Madalena, que se encontrava com uma demanda suspensa de trabalho clínico. Trabalhar com ela, como um caso de pesquisa exigiria, portanto uma manobra de saída da relação já construída de analista-analisando para construir uma relação entre pesquisadora-sujeito de pesquisa de psicóloga para o de pesquisadora.

Esta transição teria impacto sobre a escuta que estava oferecendo e, é claro, sobre a posição que ela encenaria para contar-me a sua história. Isto é, como pesquisadora, ela entraria com a potência, como sujeito detentor de uma história de vida digna de ser estudada, já como possível paciente, ela entraria com a falta, com o sofrimento, com o não saber. Ademais a demanda agora se invertia: se antes era ela quem demandava minha escuta, agora seria eu que demandaria sua fala.

Já se passavam dois meses desde a recusa dela ao atendimento e apesar da espera, ela não havia entrado em contato comigo desde então. Ao mesmo tempo nenhum caso me parecia tão paradigmático e interessante à pesquisa quanto seu e o contato com os outros possíveis entrevistados dependia do contato prévio com ela, já que, segundo os membros do movimento, ela seria o principal elo de confiança entre eu e estes sujeitos. De tal forma que o contato com ela era tão delicado quanto inevitável e, neste ponto, altamente desejável para mim.

Entro em contato com ela por telefone, ela me escuta atenta e silenciosamente enquanto me apresento, explico a ela sobre a pesquisa, o porquê de eu

estar interessada em conversar com ela e quem havia me passado seu contato. Dito isso, retomo nosso primeiro “contato” afirmando que a intenção da conversa que estava propondo agora era distinta daquela que ofereci frente ao pedido de suas colegas. Propus uma primeira conversa, na data que lhe fosse conveniente para que pudéssemos nos conhecer e a partir daí que ela decidisse se gostaria de me contar sua história em outros encontros para os fins da pesquisa ou não. Madalena aceita me encontrar, desde que fosse na sede da organização política da qual fazia parte.

A primeira conversa

Na quarta-feira, dia 13 de agosto de 2014, vou ao encontro de Madalena na sede da organização. Toco o interfone, uma voz feminina atende e pergunta quem fala. Digo meu nome e ouço como resposta apenas som da porta abrindo. Adentro o pátio e sem encontrar ninguém vou subindo as escadas onde escuto algum som de gente ao telefone ou remexendo papéis. Um homem me encontra e me pergunta o que desejo, digo a ele que procuro Madalena e ouço da próxima sala uma voz feminina: “Aqui”. Encerro a breve conversa com um sorriso e vou ao encontro daquela voz. Madalena está sentada e se levanta para me cumprimentar com ares suspeitosos. Pergunto se posso me sentar ela diz que sim. Madalena encontra-se no canto da sala entre a janela e uma mesa de escritório. Assim que me sento, ela abre o computador a sua frente como um anteparo entre eu e ela. Acende um cigarro e espera que eu comece a falar. Explico tudo novamente, quem sou e quem me indicou que conversasse com ela, digo que lhe procuro porque estou interessada em escutar a história de pessoas que fizeram mudanças radicais ao ingressar no movimento social. Ela imediatamente me interrompe dizendo: “*Não é uma mudança, é uma adaptação. Eu não mudei, eu me adaptei a tudo que aconteceu na minha vida*”.

Importa agora esclarecer que, até este momento, o título desta pesquisa era: “Da violência e do desejo na mudança subjetiva: do tráfico de drogas ao movimento social”. Isso é, toda a pesquisa estava calcada sobre o significante da mudança, na aposta no movimento social como estratégia de *transformação* e na leitura da subjetividade assentada sobre *plasticidade*. Esse primeiro encontro atua como um corte definitivo no desenvolvimento da aposta inicial e exige que a pesquisa, ela sim, *mude*.

Durante o desenvolvimento desta conversa eu trouxe à tona dois assuntos que pairavam no ar e que permaneciam como uma questão para ela e também para mim. A primeira, sobre nosso primeiro contato: Esclareci como respondi à demanda de atendimento no papel de *psicóloga*, que me coloquei à disposição para escutá-la a partir deste lugar. Digo que havia até mesmo prescindido de trabalhar com ela nesta pesquisa para poder atendê-la, garantindo o sigilo e a dedicação que esta função pedia, mas que entendi quando ela disse que não estava disponível para este trabalho. E que só então decidi retomar o contato com ela, mas a partir de uma outra função, de *pesquisadora*.

A segunda questão, que merecia esclarecimento, dizia respeito ao tipo de escuta que eu ofereceria ao seu relato. Isso porque suas colegas já haviam me dito que ela tinha receio de falar de sua história por medo de ser julgada *novamente*. Esclareço a ela que a narrativa que eu buscava ali era completamente diferente da escuta do depoimento jurídico, que objetiva um veredito, um julgamento. Afirmo que me

interesse por ela, por seus movimentos e em entender como a sua história de vida se encontra com o movimento social. Expliquei também os itens do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que respeitaria seu desejo de parar as entrevistas a qualquer momento que desejasse. Ela me escuta atenciosamente, fumando o cigarro de palha *Coyote*, interrompendo-me em alguns momentos apenas para queixar-se do cigarro que insistia em apagar.

Quando termino de falar, Madalena ela abaixa o computador e confessa que quando cheguei, estava preparada para me dizer que não aceitaria conversar comigo. Contou-me que já foi entrevistada por outros pesquisadores da universidade, a respeito do período que passou na cadeia e que ao “ajudar os outros”, ela acabou se machucando e decidiu que não daria mais entrevistas deste tipo. Contudo, mudou de ideia ao perceber que eu não estava interessada em escutar, especificamente, sobre a sua história na prisão. Ela disse que aceitaria falar, desde que não precisasse me contar nada sobre a esse assunto: “*porque aquilo foi muito ruim pra mim*” disse. Respondi que estava disposta a escutar o que ela se sentisse à vontade para me contar, nem mais, nem menos e que ao final das entrevistas eu lhe daria a transcrição completa de nossas conversas, material que ela poderia utilizar para escrever seu livro. Ela sorriu, concordou em participar, assinou, sem ler, o Termo de Consentimento e me ofereceu café. Agradei e ela me pediu pra retornar na semana que vem.

Como no primeiro momento, aqui um segundo corte se fez. Se algo significativo se destaca nesse encontro, como assinalou a banca de qualificação dessa dissertação, não dizia respeito à *mudança* de posição da entrevistada. Foi na prisão, marca traumática sobre seu corpo, que corpo e linguagem se desataram, escrevendo em sua história *algo muito ruim*. O sujeito-guia, na entrevista clínica, nos ensina que as premissas de uma pesquisa em psicanálise, suas hipóteses, nascem sempre *a posteriori*, como efeito da fala sobre o corpo. Todo ato de fala, aparece como ato político porque é um ato de linguagem e escreve uma cena sobre uma Segunda Cena Inconsciente. Impossível prevê-la de antemão, por um lado. Impossível não lê-la, por outro. Em sua escrita, o inconsciente evidencia as marcas de gozo de um sujeito, seu percurso, suas escolhas forçadas, sendo possível, num só depois, recolhê-las e colocá-las a trabalho.

Na semana seguinte, ao final da primeira entrevista, Madalena me diz: “*Obrigada... por me ouvir*”.

Implicações

A partir dessas intervenções, os rumos e as bases de toda a pesquisa desta dissertação transformam-se radicalmente. Quando Madalena me aponta que o núcleo do que não pode ser dito é o período que viveu na prisão, preciso, a partir do rigor da inscrição deste trabalho no campo freudiano, considerar gravemente essa experiência na leitura do caso. Não seria mais possível compreender sua trajetória do tráfico para o movimento social, como previsto sem considerar seriamente os sentidos atribuídos por ela à passagem pela cadeia, fato que se localiza temporalmente entre estas duas inscrições iniciais.

O outro momento de ruptura foi aquele em que Madalena se interpõe a

minha questão, corrigindo-me quanto ao significante qualificador da sua trajetória, ali ela desloca a minha pergunta, antes orientada para *mudança*, e a situa sobre a *permanência* subjetiva. As questões que se impõem a partir de então passam a ser: O que é que não muda ao longo da vida de Madalena, que atravessa com ela o tráfico, a prisão e o movimento social? Onde reside o núcleo duro da subjetividade que garante a permanência indissolúvel de um sujeito através da sua história?

Não desconsidero o campo da contingência e da indeterminação que abrem a condição de novas posições subjetivas e políticas, mesmo discursivas para um sujeito. Elas se presentificam em nosso primeiro encontro, no momento em que decide conceder a entrevista, ao contrário do que planejara, ou mesmo em sua história pregressa, ao ser presa pela polícia, por exemplo. Entretanto, nesse primeiro encontro, orientado pela psicanálise, é o núcleo resistente que se mostra com toda sua força e brutalidade. Não era possível seguir sem considerá-lo em primeiro plano. Estas perguntas acima, assim, se tornaram as questões básicas que animaram este trabalho desde então.

Percebo com esta primeira conversa que tampouco preciso de mais algum sujeito de pesquisa para questionar o trabalho de investigação. Madalena me traz questões suficientes para uma pesquisa de mestrado. Desta conversa, faço uma escolha, aposto na sua disponibilidade de fazer-se escutar por mim.

Justificativa

Este trabalho visa, portanto, escutar. Dar ouvidos, letra e materialidade às vivências singulares deste sujeito que atravessa diversos contextos disponíveis à população marginalizada. Mas que imprimem neles algo seu, algo singular que tem a ver com o desejo, com a criatividade do vivente testemunhada através de seu relato.

Escutar o singular é escutar o político. Aposta-se, portanto, na psicanálise como a forma privilegiada de fazer falar o sujeito do desejo, sem esperar dele narrativas de heroísmo ou redenção civilizatória. Não se trata absolutamente de ouvir o “exemplo de que é possível”, a exceção daquele que não padeceu frente à morte como uma forma de amenizar os efeitos de um sistema produtor de terror. Mas, ao contrário, de denunciá-lo, de mostrar seu efeito nas subjetividades e os recursos extremos a que, muitas vezes, foram obrigados a buscar para viver, e também a singularidade e o desejo que resistem. Uma vivência que não se adaptou ao “esquema”, nem da morte, nem da servidão, mas que testemunha uma forma de fazer operar o desejo de ser ouvido. Poderíamos dizer, daquilo que resiste, seja na repetição, seja na invenção.

A psicanálise aposta que é somente a partir da linguagem e da palavra que a elaboração do traumático é possível (Rosa, 2004). Escutar essas narrativas é contribuir para fazer falar o impossível de ser dito, o que não tem lugar, nem no tráfico, nem no movimento social, nem na política: o desejo, a única verdade possível, ainda que não-toda escrita. Nesta escuta subversiva é que reside o interesse social e teórico desta pesquisa.

A partir desse corte e da necessária reinvenção do trabalho que se seguiu, também os objetivos da pesquisa mudaram, visando dar conta desse efeito provocado pelo sujeito que se fez objeto da pesquisa.

Objetivo Geral

Compreender os pontos de repetição diferencial na história de vida de um sujeito, a partir do aporte ético e teórico da psicanálise.

Objetivos Específicos

a) Investigar a formalização da noção de *sujeito* dentro do campo teórico da psicanálise proposto por Freud e Lacan.

b) Identificar os pontos nodais de permanência do sujeito como objeto em um mesmo circuito desejante que o caracteriza.

c) Analisar a equivalência, ou outra modalidade de relação, entre a noção de sujeito na psicanálise e estes pontos de reafirmação desejantes.

Com a reformulação dos objetivos, também a metodologia para alcançá-los precisou ser adaptada. Faz-se necessário afirmar um método de pesquisa coerente com eles e com a inserção desta pesquisa no campo da psicanálise.

Metodologia

Os princípios éticos da psicanálise são elementos que importam compreender como pontos de causa desta pesquisa, pois configuram uma posição diante do objeto de pesquisa muito peculiar, que difere das posições científicas tradicionais. O mapeamento destes pressupostos permite pesquisar “psicanaliticamente” em qualquer ambiente, seja ele clínico, teórico ou no campo. Para Rosa e Rodrigues (2010): “Mais do que pelo tema e lugar, a pesquisa em psicanálise se define pela maneira de formular as questões”.

A contribuição teórica deste trabalho deve emergir da investigação de um só caso. Um sujeito e sua história de vida nos darão as pistas para a solução ou a complexificação do enigma que se nos apresenta. Tem-se em conta que o conhecimento obtido no plano singular não pode ser meramente transposto para as lentes com que se olha o plano social. Neste sentido, o valor de generalidade que pode ser dele extraído advém da tessitura entre a história de todo sujeito e a história de todo o mundo. Reconhecemos seus limites.

A verdade, sempre não toda, do sujeito do inconsciente tem seu acesso privilegiado através da fala. Considerando isto na forma metodológica do trabalho, compreende-se que este foi caracterizado como qualitativo, sendo as entrevistas abertas as principais fontes de apreensão dos dados de pesquisa. O caráter qualitativo da pesquisa é reforçado por sua inscrição no campo das pesquisas em psicanálise (Mezan, 1994) que, buscando o sujeito, não poderiam encontrá-lo no dado genérico do número estatístico. Os caminhos que a investigação teórica percorreu foram, como apresentado acima, definidos *a posteriori*, após o contato com o sujeito de pesquisa e a realização das entrevistas, donde foram extraídos os significantes que se destacam na nesta narrativa. Compreende-se essa forma de organização como a mais apropriada para apreensão da realidade sob a perspectiva de quem a vivenciou, respeitando os preceitos éticos da psicanálise.

A Pesquisa em Psicanálise

Afirmar que esta pesquisa se inscreve no campo da psicanálise implica em inúmeros pressupostos éticos que diferenciam radicalmente o método nela empregado e os resultados por ela visados daqueles da ciência. A psicanálise constrói sua estrutura teórica e seus conceitos fundamentais orientada historicamente pela verdade do caso que se apresenta na clínica. De forma geral, busca-se, na singularidade da experiência com o desejo, demonstrações do que é possível apreender das estruturas psíquicas ou sociais. O que ela constrói a partir daí é um complexo conjunto teórico e, ainda mais importante, uma postura ética radical e única que sustenta esta investigação.

A estrutura teórica utilizada em uma pesquisa em psicanálise deve estar subordinada a estes pressupostos éticos para não incorrer em uma prática manualesca, que olhe antes o conceito e depois o objeto vivo, visando encaixar o último no primeiro. A psicanálise guarda relações estreitas com a ciência, mas essas não se localizam neste tipo de prática mutiladora.

Para Bassols, a psicanálise afirma-se como ciência para formar uma ciência do conjuntural, do singular, visando organizar um discurso que opere fora dos limites da ciência mas, ao mesmo tempo, mantendo-se em sua borda, num lugar de *extimidade* irredutível para com ela (2011). O real aparece para a ciência como um buraco no campo do saber e esse buraco se localiza, precisamente, sobre o gozo e a relação sexual (Bassols, 2011). É sobre esta parte do sujeito, irrecobrável pelo manto do saber científico, que se debruça a prática e a teoria psicanalítica, como ponto de causa, como impossível.

A pesquisa em psicanálise busca, no encontro com o sujeito, não o dado objetivo esterilizado como medida de comprovação da sua teoria, mas a verdade singular do sujeito de desejo. Ter a verdade como ponto de causa da pesquisa é admitir que o Real está além da linguagem e da verdade científica e que será possível tão somente bordejá-lo através da investigação. Isso leva Pinto (2008) a afirmar que cada pesquisa em psicanálise possibilita subjetivar a teoria, atualizando a castração vivenciada na experiência analítica com a linguagem.

Para Laurent, “a uniformidade dentro da universidade, leva ao conformismo e a mortificação do pensamento” (2001, p. 20), então pesquisar com a psicanálise é objetivar transmitir não uma história morta, mas a sua vida própria. Neste sentido, não é possível encaixar o vivo em hipóteses pré-determinadas, fazê-lo caber nas estreitas caixas dos conceitos científicos definidos antes do encontro com ele. Certamente as partes sacrificadas, para fazer a prática falar o que o conceito morto precisa para ser comprovado, seriam as mais preciosas. Para Rosa e Domingues (2010):

O trabalho da pesquisa científica é uma atividade planejada e controlada que faz ‘ver’ algo que já se sabe, que é esperado. Nela, o ente que nós somos se constitui sujeito da observação e do conhecimento, este intuído na observação do que, objetivado, se mostra, mas se mostra como objetivo, independente daquele que observa, portanto, do sujeito. (...) Não há um sentido único para cada conceito, e sim uma articulação com a trama teórica, com a prática e com os pares. (...) Por via da construção e do trabalho do

conceito – que nunca acaba de se formar, pois uma vez fixado, despotencializa-se como conceito – a Psicanálise voltada para o singular é que produz o trabalho teórico (Rosa, 2010, p. 185).

Lacan afirma que o sujeito da psicanálise é, fundamentalmente, o mesmo sujeito da ciência (1966/1998b). Ele se refere ao sujeito do *cogito* cartesiano que diz: “Penso, logo existo”. Porém, para a psicanálise esse sujeito que fala: “Existo!” “Penso!” é um sujeito irremediavelmente cindido. Um sujeito que se afirma na verdade que fala. “Eu, a verdade, falo” (Miller, 2011, p.20). Não a verdade do conteúdo, mas da existência daquele que fala. A cisão do sujeito está nesse antes e depois da enunciação. Para Miller (2011), “a verdade é um imperativo que me pressiona a assumir minha própria causalidade, a de ser”.

A ciência admite o sujeito do enunciado, a partir do conteúdo que ele enuncia, mas não reconhece o sujeito da enunciação. Ou seja, a subjetividade e o desejo que o cientista nega ao seu objeto, ele também nega como questões que lhe determinam, como pesquisador. O sujeito da ciência é cindido aí entre verdade e saber. Para Lacan, a ciência mostra-se definida pela impossibilidade de suturar esse sujeito, já que “da verdade como causa, ela [a ciência] não quer-saber-nada” (1966/1998b, p. 883). A psicanálise nasce neste campo, debruçando-se sobre essa parte do sujeito foracluído da ciência: o sujeito de desejo, este que “sempre diz a verdade” (1966/1998b, p. 883).

É na tentativa de narrar a experiência viva do sujeito que desloca-se da liderança do tráfico de drogas para a do movimento social que esse trabalho busca a psicanálise como norte ético. Os elementos que embasam a escuta psicanalítica empregada nas entrevistas de coleta de dados podem ser organizados assim:

I) Transferência

É fundamental para a pesquisa em psicanálise o fato de que todo saber se construirá em relação, uma vez que “o sujeito do inconsciente” é resultante de um laço discursivo, que vai ser reproduzido na transferência (Rosa & Domingues, 2010, p. 2). O que se produz em uma análise ou em uma pesquisa psicanalítica diz respeito a uma relação singular. Para Rosa e Domingues (2010, p. 4), “o campo observacional é constituído na interação entre o pesquisador e seu interlocutor, num processo de realimentação mútua (transferência). Isto é, não existe no objeto de pesquisa um dado objetivo a ser observado, extraído e exposto, pois o dado, para a psicanálise se constrói na relação transferencial.

Para Caon (1994) a transferência é o fundamento comum a pesquisa psicanalítica e ao tratamento. Embora seja encontrada em todas as relações em intensidades distintas, ele propõe uma distinção quanto ao seu uso instrumental. No tratamento a transferência deveria objetivar a sua diluição, enquanto na situação de pesquisa, a transferência deveria ser instrumentalizada a fim de produzir o texto metapsicológico.

Do ponto de onde buscamos fundamentar nossa prática de pesquisa, nos parece mais interessante a inversão proposta por Jefferson Pinto (2008) quanto à dimensão transferencial numa investigação. Para ele, ao se tornar pesquisador em

psicanálise, o sujeito faz a passagem do lugar de analista, para o de analisante, mesmo que seu objeto de trabalho seja um caso clínico:

Ele [o pesquisador] está em transferência, movido pela fala do entrevistado ou pelas lacunas de um texto. O pesquisador está em suposição de saber no momento de obter seus dados e de conduzir uma análise, ele participa como alguém que produz saber a partir de um enigma, que levanta problemas e tenta soluções teóricas para dar conta dos dados encontrados em sua escuta. (...) O tema da pesquisa ou o texto teórico é que estão no lugar da causa de seu desejo, movendo-o, como faz com o analisante (Pinto, 2008, p. 14).

Admitindo que o desejo do analista, é o fundamento do próprio ato de pesquisar, é o pesquisador que supõe saber no sujeito pesquisado, dividido, ele próprio, quanto ao seu desejo. Pinto (2001) define a especificidade da psicanálise em relação à ciência da seguinte forma:

É o manejo da transferência que sustenta o percurso do analisante diante da causa e essa é a postura científica trazida pelo método da psicanálise, além de ser sua baliza ética. Isso faz com que a psicanálise se configure como uma disciplina especial do campo científico, pois faz incidir o sujeito da enunciação dentro do saber que, inevitavelmente, o exclui como singularidade (Pinto, 2001, p. 80).

II) Singularidade

Os resultados extraídos de uma pesquisa em psicanálise devem ser sempre compreendidos de forma contingencial, singular. Isso porque eles testemunham um encontro entre sujeitos singulares – pesquisador e sujeito de pesquisa –, em uma relação irreprodutível e absolutamente ‘contaminada’ pelos desejos, pelas resistências e não-saberes de ambos. O sujeito do inconsciente é resultante de um laço discursivo, que será reproduzido na relação transferencial da pesquisa. O que se produz em uma análise ou em uma pesquisa psicanalítica diz respeito a esse encontro singular.

A ética da psicanálise visa à singularidade, sua particularidade de gozo e desejo contra qualquer pretensão universalizante dos outros discursos. O que é compartilhado por todos, definido pelo senso comum e funciona de acordo com o discurso do mestre não se coaduna com a psicanálise (Pinto, 2008, p.4).

A política da psicanálise é a política do singular, do não-todo (Pinto, 2008, p. 72). Mesmo que os resultados das pesquisas permitam mapear modos de gozo, circuitos desejanos ou padrões de sintoma comuns sua apropriação deve estar sempre secundarizada em relação à singularidade cada sujeito com seu desejo. Evitando formar discursos que aprisionem os sujeitos.

III) **Inconsciente**

O real psicanalítico não é idêntico ao que se poderia chamar de realidade. O real não é uma coisa em si e tampouco constitui uma totalidade. Isto é, a verdade que o pesquisador em psicanálise busca encontrar está, invariavelmente, ocultada pelo recalcado, pelo que não pode ser dito ou traduzido em palavras, independentemente da boa vontade do sujeito em fazê-lo. Para Rosa e Domingues (2010) o fenômeno que interessa ao pesquisador em psicanálise é:

[...] inacessível à observação: o que se observa são as manifestações dessa dinâmica. (...) que é intimamente ligado aos conteúdos recalcados em relação às escolhas de objeto, a das pulsões, assim como os caminhos do desejo (Rosa e Domingues, 2010, p.182).

É preciso considerar sempre essa dimensão do indizível na coleta e na utilização dos dados. Miller propõe, assim, a utilização de categorias de análise do discurso através de três operações: a *repetição*, a *convergência* e a *evitação* (2006). Os fatos que ocorrem na vida de um ou mais sujeitos, quando vistos de forma integrada, permitem revelar muitas vezes uma *repetição*, que diz da estrutura mesma do sujeito.

Guerra (2001) define a operação analítica de *convergência* como uma de conversão dos enunciados em direção a um enunciado essencial desta convergência, isto é, o significante-mestre do destino do sujeito (Miller, 2006, p. 48). Consideram-se estes como os pontos de redução para o qual converge o movimento de repetição significante.

A *evitação* refere-se ao significante evitado e que se repete na narrativa justamente como não dito, como impossível, como real. A leitura convergente destes três elementos em um discurso permite encontrar sua estrutura fundamental, como uma forma de borderar o real da experiência.

Não se trata, na anamnese psicanalítica, de realidade, mas de verdade, porque o efeito de uma fala plena é reordenar as contingências passadas dando-lhes o sentido das necessidades por vir, tais como as constitui a escassa liberdade pela qual o sujeito às faz presentes.

IV) **Palavra**

Por último, temos como princípio desta pesquisa, a primazia da fala como via de acesso à verdade do desejo. Se tudo o que o sujeito humano produz é carregado de linguagem, seria possível dizer que todas as manifestações humanas podem ser, por si só, objeto do trabalho da psicanálise. É com essa ideia que Lacan rivaliza em seu texto *Função e campo da fala e da linguagem* (1953), ao afirmar que a função da fala é a única via de orientação e produção dos saberes e dos conceitos fundamentais da psicanálise. É por ela que o analista deve buscar o dito e o não dito a respeito da verdade psíquica:

Tomando o relato de uma história cotidiana por um apólogo que a bom entendedor dirige suas meias-palavras, uma longa prosopopeia por uma interjeição direta, ou ao contrário, um simples lapso por uma declaração

muito complexa, ou até o suspiro de um silêncio por todo o desenvolvimento lírico que ele vem suprir (Lacan, 1953/1998, p. 253).

É através de uma pontuação oportuna sobre o discurso do sujeito que permite a reconfiguração do seu sentido. Pois uma fala tem direção, a assunção da sua história endereçada ao outro é o que “serve de fundamento ao novo método que Freud deu o nome de psicanálise [...] em 1895” (Lacan, 1953/1998, p. 258). Para Lacan, o método da psicanálise pode ser assim definido:

Seus meios são os da fala, na medida em que ela confere um sentido às funções do indivíduo; seu campo é o do discurso concreto, como campo da realidade transindividual do sujeito; suas operações são as da história, no que ela constitui a emergência da verdade no real (Lacan, 1953/1998, p. 259).

Procedimentos metodológicos

Caracterizados os princípios sobre os quais se assenta esta pesquisa, cabe explicitar os caminhos metodológicos desenhados para a sua execução. Como toda investigação psicanalítica, esta pesquisa será *qualitativa*, aprofundando-se sobre a compreensão de casos específicos (Mezan, 1994). Caracterizar-se-á, portanto como um mergulho na singularidade das vivências do sujeito da pesquisa. Buscando evidenciar nelas estes dois planos, o da especificidade e o da generalidade. A psicanálise se constitui historicamente e se justifica dentro do âmbito da clínica analítica. E por esse motivo a possibilidade de usar a psicanálise fora da clínica ou do texto escrito é motivo de grande discussão dentro deste campo. Rosa e Domingues (2004) fazem um resgate precioso desta discussão e concluem que:

(...) a escuta psicanalítica é possível também em outros contextos que não a clínica, pois o inconsciente está presente como determinante nas mais variadas manifestações humanas culturais e sociais (Rosa e Domingues, 2004, p.184).

Assim, nossa pesquisa desenvolver-se-á a partir do estudo de um caso. A construção de caso foi uma das primeiras formas da transmissão da pesquisa em psicanálise, Freud utilizava-se da explanação escrita sobre seus casos clínicos para investigar, através do desnudamento dos sintomas, a trama do desejo inconsciente. Este trabalho versará sobre um caso, um sujeito, para traçar este mesmo percurso freudiano da investigação e da transmissão, mas aqui não se trata de um caso *clínico*, já que a relação estabelecida entre pesquisador e sujeito não foi constituída como uma relação de análise, mas de pesquisa unicamente.

Sobre a construção do caso, destacamos três binômios (Figueiredo, 2004): (1) História x Caso; (2) Supervisão x Construção; (3) Conceitos x Distinções. De saída, podemos dizer que construção é diferente de interpretação, por exemplo. Sobre a história e o caso, podemos asseverar que o relato clínico que se apresenta rico em detalhes, cenas e conteúdos é a história, enquanto o caso é produto do que se extrai das intervenções da pesquisadora na condução das entrevistas e do que é decantado de seu

relato, a partir dos enunciados do próprio sujeito e figuras de seu contexto. Visa-se decantar a história e traçar o caso a partir do discurso. Só assim será possível recolher dos infindáveis detalhes de uma história a direção de um caso. Enfim, uma história deve se fazer caso para que se possa trabalhar sobre ele.

No segundo binômio: Supervisão x Construção, a construção é um arranjo dos elementos do discurso visando a uma conduta; a interpretação é pontual visando a um sentido. Eis uma primeira diferença. Ao contrário da supervisão, a construção não se encerra ao término da discussão do caso, ela continua na construção dos pontos de virada localizados no caso (Viganó, 1999).

Por fim, não se trata de um depósito de conceitos sobre o sujeito e o caso, mas de uma distinção dos enunciados do sujeito que remetem à sua condição subjetiva e sociohistórica, conformando sua posição no mundo: “[o] feliz encontro entre as ferramentas conceituais do analista [...] e as contingências de uma história, produzindo um caso.” (Figueiredo, 2004, p. 81).

Coleta de dados

A seleção do sujeito de pesquisa sobre o qual o caso será construído deu-se a partir da aproximação da pesquisadora com uma organização política nacional de base marxista, com forte atuação no estado de Minas Gerais. O sujeito foi apontado pela própria organização, como detentor de uma história de vida emblemática em relação ao tema da pesquisa, como vimos.

A forma privilegiada de obtenção de dados foram as entrevistas. As perguntas para as entrevistas foram organizadas de modo que o sujeito pudesse falar livremente sobre sua vida e que esses deslocamentos pudessem aparecer de forma integrada a essa narrativa. Costa e Poli (2006) corroboram este tipo de prática:

A demanda do pesquisador deve ser suficientemente ampla para propiciar ao entrevistado formular sua própria questão e responder a ela, na transferência, de forma singular, sem pressões prévias (2006, p. 19).

Análise de Dados

As entrevistas foram gravadas e transcritas integralmente. Na transcrição os nomes verdadeiros dos entrevistados e daqueles que aparecem em seu relato foram reinventados, garantindo assim o sigilo e o tratamento ético, fundamentais à pesquisa (Silva, 2013). Para Connelly e Clandinin os humanos são “organismos contadores de histórias” (1995, p. 11), seres que, de forma individual ou social, vivem vidas relatadas. Nesse sentido, estudar essas as narrativas é olhar para as formas através das quais os seres humanos experimentam o mundo, o que as torna fundamentais para a compreensão da experiência desses sujeitos, além de seus efeitos sobre seus modos de subjetivação.

Para cumprir com essa necessária abertura à fala do entrevistado foi preciso utilizar um modelo de categorização aberto (Dione & Lavallo, 1999), definido após as

entrevistas de acordo com a escrita dos significantes e dos relatos mais marcantes que se fazem ouvir no ato de fala do sujeito.

Discussão

De acordo com Rosa e Domingues, quanto mais complexa for a realidade estudada, mais importante torna-se o rigor conceitual para que a pesquisa de fato contribua para o entendimento do fenômeno e possa dialogar com a produção teórica atual (Rosa & Domingues, 2010).

Foi pensando nisso que optamos por definir os conceitos fundamentais e as demais noções e significantes organizadores da pesquisa apenas após a execução. Isso é radicalizar a primazia do objeto na pesquisa, deixá-lo livre para provocar-nos e não fazê-lo caber nas categorias pré-estabelecidas por nossas hipóteses. Esse é o grande compromisso ético deste trabalho: escutar o vivo.

A verdade freudiana não é uma totalidade, ela é fundamentalmente refratária à totalidade. Há sempre algo mais a dizer. A verdade se esquia tanto do Todo como do Um. Não há, disso, uma. Ela não é delimitada pela teoria (Miller, 2011).

Considerando as questões fomentadas a partir daquela intervenção de Madalena sobre nossa pergunta, logo no primeiro encontro, o deslocamento que estas produziram sobre a pergunta de pesquisa antes orientada para *mudança* e agora localizada sobre a *permanência* e a *indeterminação* subjetivas, produzimos, então, as novas indagações, orientadoras da investigação.

A partir deste corte e deste brotamento de perguntas, uma questão parece impor-se como o enigma amalgamador destes acontecimentos: *a questão do sujeito*. E que permanece, ainda, como saldo teórico a revisar. Ela diz respeito ao que é o sujeito para a psicanálise freudiana e lacaniana.

Existem também noções relevantes inseridas no campo de investigação da psicanálise que compõem estas inquietações e que entram como pedras entre lacunas, permitindo o caminhar da pesquisa. São elas: *pulsão*, *sintoma* e *objeto*. Bem como outros significantes, noções ou conceitos que, ainda que não se inscrevam neste campo, merecem atenção e devem ser investigados em interface com a psicanálise.

Segundo Capítulo:

Parte I - O Sujeito freudiano

Este trabalho se funda em um corte, em um desvio provocado pela fala do sujeito que dele foi objeto. E a pergunta que animava a pesquisa, até então, deixou-se transformar. Antes orientadas para *mudança*, as questões foram reposicionadas e a investigação passou a se situar acerca do que seria a *permanência* subjetiva, isto é “O que não mudou?”. A partir desta pergunta, a pesquisa é tocada também em seus objetivos que agora visam verificar pontos nodais que marcariam a *permanência* do sujeito em um mesmo circuito desejante que o caracterizasse, questão que convidou o trabalho ao assentamento sobre conceitos fundamentais dentro do campo psicanalítico como: *Sujeito, Pulsão, Causa, Estrutura, Trauma e Objeto*. É a partir da tessitura entre essas questões que se construirá este trabalho.

A questão colocada pelo sujeito da pesquisa acerca da permanência subjetiva indica ao mesmo tempo o caráter insistente da pulsão, a falta de satisfação que a anima e a noção do trauma que prende o sujeito em um circuito de repetição. Neste trabalho, buscamos articular a dimensão destas três noções através da questão do sujeito, como elaborada por Lacan, a partir do Seminário 11 – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. O intuito aqui é verificar se existe algo nas brechas insistentes e nos circuitos de repetição que formam algo como um núcleo duro, uma base estrutural, o ponto de causa daquilo que se poderá chamar de subjetividade. O capítulo que se segue é uma discussão acerca da articulação destes conceitos a partir da inquietação que suas manifestações provocaram nesta pesquisa.

Sujeito X Eu

Dar conta da questão do sujeito na psicanálise bem poderia fazer este trabalho enveredar pelas elaborações sobre o narcisismo, o Eu e o Ideal, visto que estes também carregam elementos que sustentariam isso que nos inquieta a respeito da *permanência* subjetiva. De fato esta senda é a que tem sido mais comumente utilizada, mas também a mais equivocada. A insistência de Lacan sobre o erro em confundir o estudo do Eu com o estudo do sujeito foi o motivo principal do movimento parresiástico de Lacan em 1950, que culminou na sua excomunicação da IPA.

(...) enquanto a teoria do narcisismo analisa as objeções que o Ideal opõe ao desejo inconsciente, a teoria das pulsões investiga os fundamentos, a força e a persistência do desejo. (...) ao longo da década de 1920 o Ideal e a Pulsão formarão os dois termos opostos de uma singular dialética. Sobretudo se observarmos que, enquanto o Ideal realiza o desejo, mas ao preço de desconhecê-lo – idealizando-o – a Pulsão o impõe sem jamais ocular a dura materialidade da exigência de satisfação que o anima (Cabas, 2010, p.42).

Afirmamos desde então, que neste trabalho, em busca de um desenho acerca da questão do sujeito para a psicanálise, deixaremos de lado a trilha do narcisismo para percorrer aqui a senda da teoria pulsional.

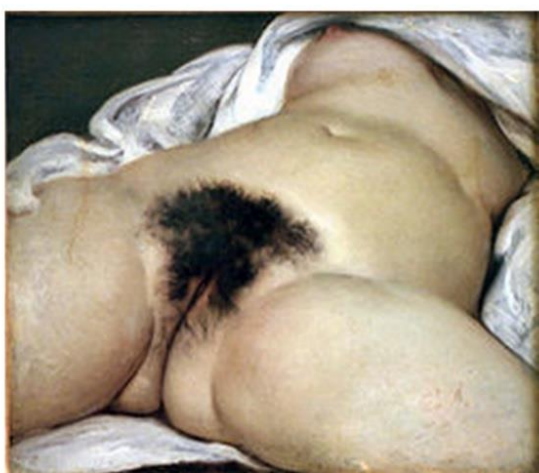
Sujeito freudiano?

O conceito de sujeito, a despeito de importância para a compreensão psicanalítica, não foi formalizada por seu criador, Sigmund Freud. Não encontramos, em toda sua obra, sequer um parágrafo dedicado a uma explanação literal do que seria este conceito.

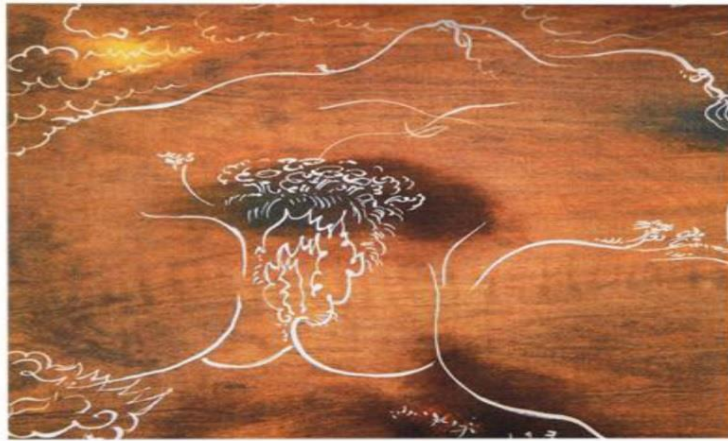
Contudo, os efeitos de certa concepção de sujeito inaugurada pela psicanálise se fizeram sentir como um estrondo nos campos científicos e filosóficos de sua época, e até hoje. A psicanálise transformou a forma como o mundo ocidental enxerga o sujeito humano. É evidente, portanto que o silêncio sobre essa formalização por parte de Freud, refletiu-se de forma diretamente inversa nos sentidos dos que dela se aproximaram. Lacan a caracterizaria, posteriormente como a base material das operações que integram o trabalho do tratamento, desde a interpretação, a transferência, a resolução e, por fim, o desfecho do tratamento analítico (Cabas, 2010, p.13).

O objetivo deste capítulo é encontrar, no espaço dialético entre o silêncio de Freud acerca da noção de sujeito e o estrondo que essa parece ter causado no mundo a partir de sua obra, fragmentos de um desenho que nos implica até o cotidiano de nossas práticas: o desenho de uma questão, o desenho do sujeito na psicanálise.

A última morada da obra “A origem do mundo”, de Gustav Courbet foi a casa de Jacques Lacan. Roudinesco (2011, p. 88) conta que Silvia Lacan, sua esposa, tomada pela explícita nudez da obra, resolveu encomendar de seu cunhado André Masson, um segundo quadro de madeira que velasse o quadro original tal qual uma cortina (Ferreira, 2013, p.55) A obra de Masson era simples e tosca, mas fazia antever entre o jardim ali exibido, os traços do quadro por ele encoberto. Olhando-se atentamente a figura é possível ver, entre os inofensivos prados e riachos, as coxas e os pelos da figura que ali abaixo jazia.



L'origine du monde de Gustave Courbet – 1866



L'origine du monde de André Masson – 1955

A relação da obra de Masson com o quadro original é comparável à questão do sujeito na obra de Freud: o que está aparente é o seu vestígio, um traçado que indica uma forma. Ao observador atento e conhecedor da obra original, contudo, não é possível ver outra coisa que não àquela forma desenhada. O significante rarefeito é, na verdade a obra final, o conjunto, o todo. O *sujeito* é o conceito último da psicanálise, a obra em seu desnudamento. Ela devolve da forma mais explícita e embaraçosa o retrato desse sujeito para ele mesmo, numa figura na qual resiste, ainda, em reconhecer-se, naquilo que lhe é inconsciente. A teoria desenha seus traços, a obra é o conjunto em si. Em suma, o sujeito não está marcadamente contido dentro da obra de Freud, porque ele é a obra prima da psicanálise.

(...) a consequência que se impõe é que o sujeito não é um enunciado de Freud. É uma enunciação. A enunciação da sua obra. O corolário do campo que ele funda (Cabas, 2010, p. 92).

Sujekt

É possível encontrar já nas teses freudianas, não o conceito de sujeito em sua formalização explícita, mas uma preocupação em definir o que seria esta forma para a psicanálise. A proposta subversiva da psicanálise acerca da questão do sujeito inicia não na sua formalização conceitual, epistemológica, mas na forma de abordagem e na leitura da verdade acerca do desejo, que é a sua base fundamental.

O caminho do desenvolvimento da noção de *sujeito* dentro da psicanálise foi traçado de forma minuciosa na tese de doutoramento de Antônio Godino Cabas, intitulada: *O sujeito na psicanálise de Freud a Lacan* (2010). É com esta obra, principalmente, que dialogaremos ao longo deste capítulo, a fim de discutir o que seria a noção de sujeito para Freud, fazendo isso a partir do conceito da pulsão.

Freud utilizou a palavra ‘sujeito’ [*Sujekt*] muitíssimo poucas vezes em toda sua obra e só encontramos uma formalização deste significante propriamente dita após a sua morte. De forma que não é possível deliberar sobre como fundador da

psicanálise definiria este conceito. O que temos são apenas pistas escandidas pelo método de interpretação que Freud deu ao material do inconsciente que podem iluminar este desenho.

Lacan vai localizar o sujeito, como aquilo que compõe, juntamente com o *sintoma*, o *saber* e o *objeto*, os quatro pontos de apoio que sustentam a noção de *estrutura*, isto é, os quatro suportes materiais que permitem defini-la (Cabas, 2010, p.14), retornaremos a isso mais adiante.

Em seu texto, *As pulsões e seus destinos* (1915/2010) Freud se dedica a compor uma formalização minuciosa de suas descobertas em relação à pulsão. Atesta ali que o faz de maneira tardia, num *a posteriori* característico do campo que criou, assim explica seu próprio movimento de formulação conceitual, a partir da primazia da experiência e da escuta viva:

O verdadeiro início da atividade científica consiste, antes, na descrição de fenômenos, que serão depois agrupados, ordenados e correlacionados. (...) No princípio, elas devem manter certo grau de indeterminação; não se pode contar aí com uma clara delimitação de seus conteúdos. Enquanto encontram-se nesse estado, chegamos a um entendimento quando seu significado, remetendo-nos continuamente ao material experiencial, do qual parecem ter sido extraídas, mas que, na verdade, lhes é subordinado (...) Um conceito bastante fundamental, convencional a essa maneira e até agora bastante obscuro, mas do qual não podemos abrir mão na Psicologia, é o da *pulsão* (Freud, 1915/2010, p.16-17).

Inserimos aqui esse recorte, com o objetivo de ilustrar como os conceitos fundamentais da psicanálise foram elaborados, utilizando a descrição do próprio Freud a esse respeito. Deste trecho, podemos retirar algumas questões fundamentais sobre o conceito de pulsão e sobre o método da psicanálise. A primeira delas é que foi Freud quem primeiro caracteriza a pulsão como um conceito fundamental à psicanálise. A segunda sua referência ao método de formalização conceitual na psicanálise como um produto formulado *a posteriori*. A fonte dos saberes psicanalíticos não é a teoria previamente estabelecida, mas a escuta. E, por último, que a teoria psicanalítica deve estar sempre aberta às contradições apresentadas pelas observações e formulações futuras a seu respeito.

Daí se pode inferir que, talvez, o que ocorreu em 1915 com a ‘pulsão’ pudesse, vir a ocorrer também com o ‘sujeito’. Este que aparece nas formulações freudianas como um operador lógico, mas que se fossem concedidos a seu autor mais alguns anos de vida, talvez também viesse a ganhar uma formulação específica sob sua pena. A partir daí, entramos evidentemente no campo da fantasia, do *e se*, mas que de alguma forma animam este trabalho pelas próximas linhas.

Para falar da questão do sujeito em suas obras, Freud fez uso dos termos dos quais dispunha à sua época: Eu, si-mesmo, *selbst*; orientados de acordo com as elaborações de Herbart, Wundt e Brentano², por exemplo, (Cabas, 2010). A subversão

² **Johann Herbart** - Foi um dos fundadores da psicologia moderna. Tentou fundar uma ciência do homem sobre o ensino das ciências naturais, do associacionismo inglês e do idealismo especulativo alemão.

freudiana acerca da compreensão sobre o sujeito se deu menos pela sua invenção epistêmica e mais pela prova a que ele a submeteu: a clínica analítica. O que deu origem a um novo saber acerca do sentido, o alcance, a meta e a razão do ato humano.

Por certo, esse esforço de elaboração o levou a formular um objeto novo, não preexistente no campo do saber. Tanto que só depois de ser formalizado é que passou a ter existência conceitual e vigência clínica, trata-se de um objeto construído, que Freud identificou com o nome de Inconsciente [*Unbewusste*] e, tal como ocorre com todo objeto formal, sua definição determina as coordenadas a partir das quais foi possível cerni-lo.

A ideia de ‘sujeito’ [*Sujekt*] aparece um total de apenas 24 vezes em toda a obra de Freud. Em duas destas aparições, seu uso figura um verdadeiro enigma para seus leitores. Uma formulação que não deixa dúvidas acerca da novidade que a psicanálise traz para esta noção. Trata-se de um trecho do texto *As pulsões e suas vicissitudes*, de 1915, a respeito do par sadismo e masoquismo:

c) Novamente, outra pessoa é procurada como objeto, a qual, em decorrência da transformação da meta ocorrida, terá que assumir o papel de sujeito.

O caso *c* é o que comumente se chama de masoquismo. Nele, a satisfação também ocorre pela via do sadismo original, na medida em que o Eu passivo põe-se, no plano da *fantasia*, em seu lugar anterior, que agora foi deixado para o outro sujeito (Freud, 1915/2010, p.37).

Trecho que chama a atenção, inclusive, de James Strachey - quem mapeou a obra de Freud como poucos – e que não pôde deixar de notar um emprego inquietante de um conceito estranho ao léxico freudiano. Ademais, ressalta um sentido que não coadunava com nenhum daqueles que tradicionalmente lhe eram empregados, o que leva Strachey a registrar um aviso ao leitor em uma nota de rodapé:

Embora o sentido geral desses trechos seja claro, pode verificar-se certa confusão no uso da palavra sujeito. Em geral sujeito e objeto são empregados respectivamente para a pessoa na qual um instinto (ou outro estado de espírito) se origina, e a pessoa ou a coisa para a qual é dirigido. Aqui, contudo, o sujeito parece ser utilizado para a pessoa que desempenha a parte ativa na relação – o agente (...) (Strachey, 1996, p.133).

O emprego do termo por parte de Freud também chamou a atenção de Lacan (1964/1998), que ao analisar o movimento ali descrito, encontra os primórdios da noção de sujeito inaugurada pela psicanálise, que ele mais tarde elaboraria.

Analisaremos o percurso da pulsão aí descrito com mais detalhes adiante. Aqui importa somente o entendimento de que mesmo não tendo criado um novo conceito para falar do autor do desejo inconsciente, Freud emprega o termo ‘sujeito’

Wilhelm Wundt - Considerado um dos fundadores da moderna psicologia experimental. Analisava os compostos e complexos conscientes a partir dos elementos das sensações e percepções.

Franz Brentano - Desenvolveu uma psicologia empírica e descritiva fundada na análise das modalidades da consciência, objetivando excluir dela todo subjetivismo. Acrescentou à noção herbartiana de representação a de intencionalidade (ato pelo qual a consciência se orienta para um objeto).

Fonte: Roudinesco E. & Plon M. (1998) *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

com este sentido. E é a respeito deste enigma representado pela torção que ele observa no circuito pulsional que versa este capítulo. A relação desta virada com nossa questão sobre o que chamamos de permanência subjetiva é o que investigaremos adiante.

Cabe aqui a observação de que a palavra *Sujekt* aparece outras vezes nos textos de Freud, inclusive nesse mesmo texto, mas em nenhum outro lugar ela é carregada da mesma potência e inventividade. A análise dos outros contextos em que esta noção aparece, demonstra que ela é empregada de forma absolutamente coloquial, como substituto de palavras como ‘indivíduo’ ou ‘pessoa’ e outras vezes como mera oposição fenomenológica entre sujeito e objeto, a fim de situar dois polos de uma relação em um uso absolutamente descritivo (Cabas, 2010, p.88).

O Sintoma

Em nossa investigação acerca dos elementos que compõem a permanência subjetiva, interessa abordar a principal formação inconsciente que encarna essa permanência, essa estabilidade.

Há uma diferença substancial em relação ao sintoma e o sonho, especialmente em relação a sua estabilidade, sua permanência. Enquanto formações do inconsciente, os sonhos, tanto quanto os atos falhos, os chistes e os lapsos são formações efêmeras, que se deixam ver para evanescerem no instante seguinte. O sintoma não, ele permanece, ele dura no tempo. Em termos econômicos, sua intensidade é algo da ordem de uma insistência. A elaboração sobre a insistência do sintoma e sobre o fator econômico da libido nele foi o que permitiu a Freud elaborar sua teoria das pulsões posteriormente (Cabas, 2010, p. 43).

No texto *A concepção psicanalítica da perturbação psicogênica da visão* (Freud, 1910/1996a), Freud analisa o sintoma da cegueira histérica. Debrucemo-nos sobre ele, a fim de decompor os elementos que caracterizariam a permanência do sintoma. O sintoma em questão neste texto está ligado aos olhos, à impossibilidade relatada pela histérica de *ver*, uma impossibilidade latente e persistente em sua disfunção.

A formação do sintoma, como Freud destaca, está ligada à incidência do recalque, algo como uma objeção, um julgamento pejorativo do Eu acerca da satisfação que o *ato de ver* outrora causou. O recalque torna as históricas cegas, ele nubla a consciência, sem atingir, contudo, a acuidade visual inconsciente. O recalque corta os nexos que ligam o inconsciente à consciência de tal forma que elas veem, mas não podem ter consciência de ter visto. São cegas pela “dissociação que o recalque introduz no ato de ver” (Cabas, 2010, p.49).

Quando as históricas queixavam-se aos seus doutores de *não poderem ver*, o que Charcot, por exemplo, escutava era algo da ordem de uma mentira, de um sintoma que ludibriava. Esta queixa ganha outros sentidos através dos ouvidos de Freud, quem entende que o sintoma não mente, mas que ele porta uma verdade e que esta diz respeito ao sujeito que lhe enuncia, um sujeito profundamente desconhecido por seu próprio eu.

Os órgãos, fontes da pulsão ganham mais de uma função quando se localizam em um corpo humano, linguajeiro e desejante. Estes são responsáveis pela manutenção da vida do organismo e também são as vias por onde a pulsão pode vir a

encontrar satisfação – uma função de conservação e outra função sexual, de fazer gozar. No sintoma da cegueira histérica é nesta dupla função que o órgão se desgarrar. (Cabas, 2010, p. 48).

Aí é como se elevasse uma voz punitiva dizendo: ‘Posto que queres abusar do teu órgão da visão para um maligno prazer sensual, te é bem merecido que não possas ver’. Trata-se de um prazer cuja satisfação é paga com a cegueira. Esse desgarramento revela uma fenda, um abismo tal qual àquele que Freud vê na garganta de Irma, representado pela fórmula da trimetilamina. Um órgão que revela um abismo, uma hiância, de onde se origina o imperativo de satisfação pulsional. É por essa fenda que Freud antevê a causa do inconsciente, o umbigo do sonho. (Cabas, 2010, p. 50).

O sintoma está relacionado com a presença e a incidência do recalque, mas também, e na mesma medida, à pulsão que nele se impõe, buscando desviar do recalque para realizar-se em uma formação substitutiva, deslocada que se mantém intacta em relação à exigência de satisfação que a caracteriza. Freud afirma que “os sintomas nervosos se originam de um conflito entre duas forças - de um lado a libido (que, de regra, se torna excessiva) e de outro uma rejeição da sexualidade ou uma repressão que é sobremodo intensa” (Freud, 1910/1996b, p. 137).

A força da pulsão no sintoma é o que lhe garante sua duração, sua fixidez. Pulsão e sintoma estão relacionados pela força latente implicada pela exigência pulsional: “A pulsão (...) jamais atua como uma força momentânea de impacto [*momentane StoBkraft*], mas sempre como uma força constante [*konstante Kraft*]” (Freud, 1915/2010, p. 19). Esta força constante que caracteriza a vida pulsional transfere-se para a formação sintomática, conferindo-lhe essa *permanência*. O sintoma recebe do inconsciente a marca da sua determinação simbólica e imaginária, e da pulsão a sua determinação real (Cabas, 2010, p. 49).

Para responder à pergunta sobre o recalque, a psicanálise se vê obrigada a advertir acerca da importância das pulsões para a vida representativa. Para Freud, o inconsciente é um conjunto que tem por vocação representar os imperativos da pulsão. Ela aparece, assim como pura exigência, como marca de intensidade insistente, donde cada pulsão busca impor-se animando as representações inconscientes adequadas à sua meta.

O sintoma é uma solução de compromisso entre o Eu e a pulsão, uma forma de realizar o desejo, onde o objeto de satisfação se revela essencialmente desgarrado e onde quem encarna o desgarramento é o próprio sujeito (Cabas, 2010, p.52). Conformado o sintoma, ele empurra o sujeito ao desfecho final que restabelece as bases de seu mundo perceptivo e produz uma significação apaziguadora: “Não posso ver, logo, cego sou”, fórmula que não por acaso, aparece como variante do *cogito* cartesiano e que equivale a um indicativo de que aqui estaríamos lidando com a questão do sujeito.

Desta perspectiva, o que o sintoma nos revela é que, se para além da consciência, está o inconsciente, para além do inconsciente está a pulsão. (...) se a estrutura formal do sintoma é dada pelo inconsciente, sua base material é pulsional. E como quem menciona ‘a pulsão’ está se referindo ao ‘órgão’ - o órgão que constitui a fonte da pulsão – resta a evidência de que o inconsciente é uma tentativa de apreender, por meio da representação

psíquica da meta pulsional, aquilo que, em nome da satisfação, faz palpar uma vida (Cabas, 2010, p. 48).

A Pulsão

A análise do sintoma nos levou ao encontro com a intensidade da exigência de satisfação da pulsão como aquilo que lhe causa. Faz-se necessário, portanto, a análise dessa forma no que ela promete responder à nossa questão sobre o que seria a *permanência* subjetiva.

Em *As pulsões e suas vicissitudes* (1915), Freud sistematiza esse conceito a partir de suas elaborações clínicas, relacionando-as às concepções científicas ligadas ao campo da biologia e da fisiologia a que tinha disposição na época. Da fisiologia ele retira o conceito de estímulo [*Reizes*] e o modelo do arco-reflexo, “segundo o qual um estímulo trazido de fora e que atinge o tecido vivo (substância nervosa) é descarregado para fora por meio da ação” (Freud, 1915/2010, p.17). E é também da onde ele conclui que o princípio de funcionamento do sistema nervoso seria “o domínio dos estímulos” (Freud, 1915/2010, p. 22), visando manter o organismo tão constante quanto possível agindo assim para tentar reduzir e afastar os estímulos sentidos pelo organismo como perturbação.

Freud retira do modelo do arco reflexo, a primeira descrição do circuito do movimento pulsional. Nele, a pulsão atuaria tal qual “um estímulo para o psíquico” (Freud, 1915/2010, p.17). Contudo, a ideia de pulsão coaduna com aquela ideia de estímulo apenas até certo ponto e dela se diferencia por dois motivos principais. Primeiro por ser um estímulo que não advém do mundo exterior, como descrito no arco reflexo, mas do interior do próprio organismo. Isso implica em que, diferentemente daquele, o estímulo pulsional não pode ser simplesmente interrompido por um gesto instintivo de resposta muscular. Em segundo lugar, porque a pulsão não se configurara como um estímulo em seu caráter passageiro, a pulsão, pelo contrário, persiste em sua insistência.

Uma denominação melhor para o estímulo pulsional seria ‘necessidade’, e para o que suspende essa necessidade, ‘satisfação’. Ela pode ser alcançada somente através de uma modificação adequada da fonte interna de estímulos (Freud, 2010, p. 19).

Importa compreender essa diferença, pois é através dela que o bebê humano começa a diferenciar o mundo ao seu redor do seu mundo interno, seu corpo. Ele encontra “na eficácia da atividade muscular, um ponto de referência para distinguir um ‘fora’ e um ‘dentro’” (Freud, 1915/2010, p. 21).

Por um lado, ele passará a perceber estímulos dos quais é capaz de se afastar através de uma ação muscular (fuga), sendo tais estímulos relativos ao mundo externo; por outro lado, porém, perceberá também estímulos contra os quais tal ação é inútil, que apesar disso, mantêm seu caráter de constante presença, sendo tais estímulos a marca característica de um mundo interior, a evidência de necessidades pulsionais (Freud, 1915/2010, p.19).

O estímulo pulsional originado no próprio organismo aparece como uma presença que irrita, inquieta e desestabiliza o princípio de constância e de prazer que vigora no domínio psíquico. É por este caráter insistente que a pulsão se configura plenamente aqui como conceito fundamental para a compreensão psicanalítica da formação do sujeito e da cultura:

Poderíamos concluir, pois, que são as pulsões, e não os estímulos externos, os verdadeiros motores dos progressos que conduziriam o sistema nervoso, com sua infundável capacidade de realização, ao seu elevado patamar atual de desenvolvimento (Freud, 1915/2010, p.23).

A radicalidade da elaboração de Freud acerca da pulsão é localizar este como um “(...) um conceito fronteiro entre o anímico e o somático (...) representante psíquico dos estímulos oriundos do interior do corpo que alcançam a alma, como uma medida da exigência de trabalho imposta ao anímico em decorrência de sua relação com o corporal” (Freud, 2010/1915, p.25).

É nesse limite, nessa dupla função que o órgão – a fonte da pulsão – possui em que se localiza a sua dupla determinação como ser. O ser do humano é causado pelo natural e pelo linguajeiro, pelo biológico e pela cultura. A fonte da pulsão, o órgão que demanda satisfação é o representante material desta cisão. Estas conclusões fundamentam o que vem a ser o circuito pulsional e apresentam a base da compreensão psicanalítica a respeito da distinção tópica (dentro/fora) e do ordenamento da experiência (íntimo/alheio), que se constituem como os pilares da dimensão subjetiva (Cabas, 2010, p. 57).

O circuito pulsional

É na origem do circuito pulsional que encontraremos a causa daquilo que engendra todo o trabalho psíquico engendrado pela pulsão. Esta se inscreve como a causa do ato, como o que faz exigência motora com vias a obter a satisfação. Ela é, nesse sentido, a causa do desejo inconsciente e do sujeito que lhe é suposto. O circuito pulsional se origina numa *fonte* [Quelle], implica uma *força* [Drangue], tem uma *meta* [Ziel] e esse fim se apoia em um *objeto* [Objekt].

A *força* é o seu fator motor, a medida de exigência de trabalho que ela representa, ela diz respeito ao fator econômico da pulsão; a *meta* da pulsão é sempre a satisfação, que só pode ser alcançada pela supressão do estado de estimulação junto à fonte pulsional; o *objeto* é aquilo através do qual a pulsão objetiva alcançar sua meta, é o que há de mais variável na pulsão, não está determinado originariamente por ela e pode ser substituído incontáveis vezes no decurso das vicissitudes da pulsão; por *fonte* entende-se o processo somático em um órgão ou parte do corpo, cujo estímulo é representado na vida anímica pela pulsão (Freud, 1915/2010, p. 26).

(...) ainda que a origem em uma fonte somática seja o elemento mais decisivo para a pulsão, só a conhecemos na vida anímica por causa de suas metas. (...) Por vezes, as fontes da pulsão podem ser inferidas, de modo retrospectivo a partir de suas metas (Freud, 1915/2010, p. 29).

É possível constatar que o curso da pulsão conserva um traço comum com o arco reflexo, isto é, o retorno ao ponto de partida. A premissa do retorno à fonte de excitação tem a finalidade de reduzi-la e de suprimir seu estímulo. É isso que determina a forma do circuito pulsional: *o retorno à fonte*. (Cabas, 2010, p.67).

Os destinos da pulsão

A fim de contornar os entraves impostos pelo princípio do prazer que vigora no psiquismo, o circuito pulsional cria diferentes caminhos para responder a sua necessidade de satisfação. Com o objetivo de mapear a causa da força constante que caracteriza o movimento pulsional, interessa a análise das vicissitudes de seus destinos. É através da identificação daquilo que varia ou que permanece no circuito pulsional, que encontraremos os pontos estruturais que marcam seus fins e suas causas.

Freud apresenta quatro principais formas de variações do destino pulsional: *A reversão em seu contrário; O retorno em direção à própria pessoa; O recalque; A sublimação* (Freud 1915/2010, p. 35).

A reversão em seu contrário desdobra-se em dois processos diferentes: 1) *a passagem de uma pulsão de atividade para a passividade*, relacionada a uma mudança na meta da pulsão; sua meta ativa inicial: atormentar, contemplar, é substituída por uma passiva: ser atormentado, ser contemplado. 2) *inversão de conteúdo*: “(...) caso único da transformação do amar em um odiar” (Freud, 1915/2010, p. 35).

A respeito do primeiro caso de reversão no oposto da meta pulsional (1) Freud utiliza os exemplos dos pares de opostos sadismo-masochismo e voyeurismo-exibicionismo. Essa modalidade de variação no destino da pulsão é explicada por Freud, em cada uma de suas etapas que nos interessam compreender pois é no texto dessa descrição que Freud propõe um uso enigmático do termo ‘sujeito’. Assim é definida a reversão do destino pulsional de ativo em passivo no caso do par sadismo e masochismo:

- a) O sadismo consiste em atividade de violência, dominação sobre outra pessoa como objeto;
 - b) Tal objeto é abandonado e substituído pela própria pessoa. Com o retorno em direção à própria pessoa, também se realiza a transformação da meta ativa da pulsão em uma meta passiva;
 - c) Novamente, outra pessoa é procurada como objeto, a qual, em decorrência da transformação da meta ocorrida, terá que assumir o papel de sujeito.
- O caso *c* é o que comumente se chama de masochismo. Nele, a satisfação também ocorre pela via do sadismo original, na medida em que o Eu passivo põe-se, no plano da *fantasia*, em seu lugar anterior, que agora foi deixado para o outro sujeito (Freud, 1915/2010, p.37. grifo nosso).

Freud emprega o termo sujeito também a respeito da definição da transformação do destino pulsional no caso do par exibicionismo-voyerismo, da pulsão organizada em torno do ato de olhar e ser olhado:

- a) O olhar como atividade, dirigido a um objeto alheio;

b)O abandono do objeto; o retorno da pulsão de olhar para uma parte do próprio corpo, e com isso a reversão para a passividade e a designação da nova meta: ser contemplado;

c)A introdução de um novo sujeito, a quem a pessoa se mostra, no intuito de ser observada por ele (Freud, 1915/2010, p. 41).

O que acontece nestes casos é que o impulso lançado, inicialmente ativo e direcionado a um objeto externo, frente ao desaparecimento deste objeto, é revertido e passa a comporta-se de maneira autoerótica, “seu objeto desaparece em face do órgão que é sua fonte e, via de regra, *coincide com ele*” (Freud, 1915/2010, p. 47).

Isso equivale ao processo de retorno da pulsão ao Eu que encontramos no narcisismo. Aqui, Freud equivale este processo ao do autoerotismo, à "fase inicial do desenvolvimento do Eu, durante a qual suas pulsões sexuais se satisfazem de modo autoerótico” (Freud, 1915/2010, p.45).

Do mesmo modo, a transformação do sadismo em masoquismo significaria um retorno ao objeto narcísico, enquanto em ambos os casos o sujeito narcísico é trocado, através da identificação, por um outro Eu (Freud, 1915/2010, p.47).

A respeito dos pares perversos temos que: “(...) o masoquismo é um sadismo que se voltou contra o próprio Eu, e que o exibicionismo inclui a contemplação do próprio corpo (...). O essencial nesse processo é, portanto, a troca do objeto com a invariância da meta.” (Freud, 1915/2010, p.37)³.

Cabas (2010, p.67) aponta que o que importa salientar a respeito deste processo é a *torção* que esses destinos imprimem ao circuito da pulsão. O resultado é (...) uma operação de duas faces. (...) mantém o fim, que é o retorno ao ponto de partida, satisfazendo-o parcialmente, na medida em que promove a troca de objeto.

O Sujeito

Antes de prosseguir com a análise das consequências dessa torção para a compreensão do movimento pulsional, cabe uma parte a respeito do uso inusitado que Freud faz do conceito sujeito nesta formulação. Freud fala da torção no par sadismo masoquismo, a partir da ideia de que o desejo de atormentar, impossível de ser reconhecido pelo sujeito, é deslocado para indivíduo. Este tem que assumir o papel de sujeito do desejo do outro.

Ou seja, enquanto o masoquista se faz objeto com a finalidade de capitalizar o fim do circuito pulsional (isto é, a satisfação), o sujeito da operação fica inscrito como outro. No campo do Outro. Dessa maneira, o masoquista se faz objeto e inflige ao parceiro a missão de encarnar a função do sujeito. No fim, o masoquista, que é o autor “intelectual” e o “agente material” da cena fantasmática, se assume como destinatário do tormento, enquanto impõe ao parceiro a tarefa de ser o autor aparente, o agente formal, o sujeito gramatical do castigo (Cabas, 2010, p.22).

³ Em seu texto: *O problema econômico do masoquismo* (1924) Freud inverte essa relação e coloca o masoquismo como destino pulsional primário, anterior ao sadismo.

Assim, Freud converte o sujeito, que até então era tido como grande agente da operação em um saldo ou, mais precisamente, em um efeito. Um efeito do circuito pulsional. A análise do circuito pulsional, dentro da qual aparece aquele trecho, o descreve como um movimento bascular, em forma de pêndulo, que se lança do sujeito, sua fonte primordial, em direção ao objeto e depois, retorna ao sujeito e assim de forma sucessiva. “Esse caminho circular subverte a noção de sujeito como mero autor da ação, na medida em que o converte também em alvo, objeto” (Barroso, 2010, s/p).

O próprio Freud, nesse texto, a propósito das pulsões escópicas, afirma ser possível identificar, ao término desse circuito pulsional, o surgimento de um “novo sujeito”. A novidade que se produz neste pequeno trecho é a aparição do sujeito, o advento, propriamente dito, do que se poderia chamar de sujeito freudiano.

O sujeito freudiano aparece, portanto, como efeito do circuito da pulsão (Cabas, 2010, p.23). A clássica noção de sujeito da filosofia e da psicologia experimental é aí subvertida pela aguda observação clínica de Freud. Essa realocização subjetiva subverte as formas convencionais do espaço, a distinção tradicional entre dentro/fora e as tradições intuitivas da psicologia que tão facilmente distinguiam o par: eu/outro. Ao investigarmos a forma da pulsão, seu movimento e os princípios de sua causa, entramos em contato direto com a questão do sujeito (Cabas, 2010, p. 67).

A fonte do movimento pulsional

A análise do circuito pulsional nos levou ao encontro do sujeito como efeito desse movimento bascular. Importa ainda investigar esse lugar de onde se irradia o impulso e para o qual o movimento retorna com um saldo que produz um efeito que nos interessa compreender.

A excitação se origina, primordialmente, na fonte pulsional. Isto significa dizer que o corpo tem o estatuto de um furo na medida em que sua premência, sua urgência de satisfação denota uma *falta...* de satisfação. Conforme compreendemos a fonte em sua função de furo, também a causa freudiana passa a portar o estatuto de uma falta, isto é *a falta é a causa do ato*. E conseqüentemente, que “o furo é, no plano pulsional, o sustentáculo material do lugar do sujeito (...) na experiência freudiana” (Cabas, 2010, p. 60). É material posto que é órgão, é um pedaço de corpo que quer gozar.

Tais destinos modulam o impulso de um modo tal que acabam impondo-lhe uma inflexão e obrigando-o a fazer o retorno. Assim, o curso se completa quando o ciclo pulsional atinge o ponto de partida, a saber, a fonte pulsional. E, no exato momento em que o circuito se fecha, um efeito se inscreve no lugar de onde brotara o empuxo. Esse ponto concerne o sujeito. O sujeito enquanto determinado pela incidência da pulsão. Em consequência, temos de postular que a forma da pulsão demarca um ponto muito preciso, um ponto específico: o lugar-do-sujeito (Cabas, 2010, p. 68).

A causa do movimento de torção pulsional é a perda, o abandono do *objeto* e é a partir desta perda que a pulsão se põe a elaborar uma estratégia destinada a substituí-lo “(...) o que na dimensão simbólica, remete a elaboração do ‘objeto perdido’” (Cabas, 2010, p. 67). Essa perda é para a psicanálise, o ponto central dessa elaboração

que recebe o nome de complexo de Édipo. Compreendendo este como o nome freudiano da elaboração da castração e sendo a castração um dos nomes da perda de objeto.

De toda forma é preciso lembrar que embora este fato seja decisivo para a psicanálise, sua importância não está localizada sobre o objeto, posto que este, não é o fim último do movimento pulsional. Muito pelo contrário, o objeto é um meio, uma possibilidade de atingir um fim.

Assim, a centralidade da questão da perda e da falta de objeto é que ela recai sobre o sujeito desejante. “Enquanto a torção do curso pulsional se dá em torno do objeto faltante, o retorno contra a própria pessoa consagra um lugar – que não por acaso é a fonte – e, nele, uma posição: a posição do sujeito” (Cabas, 2010, p. 70).⁴

Cabe aqui uma pequena nota, a fim de diferenciar este retorno do movimento pulsional sobre o sujeito, chamado de *torção*, do retorno das catexias ao próprio Eu, que caracteriza a psicose, posto que nesta última o processo de retorno se dá pela negação do desejo e não como forma de realizá-lo. No primeiro caso a torção faz subjetivar, no segundo ela faz negar: “(...) o que está em pauta nesses efeitos é a assunção das consequências da torção pulsional – na experiência da neurose – e o rechaço de uma das consequências do gozo – na experiência do psicótico” (Cabas, 2010, p. 72).

Cabas, em sua tese, propõe a centralidade da fonte da pulsão como elemento que mais importa compreender a respeito da questão do sujeito em Freud. Contrariando, inclusive a posição do próprio Freud a esse respeito:

O estudo das fontes pulsionais já não pertence à Psicologia; ainda que a origem em uma fonte somática seja o elemento mais decisivo para a pulsão, só a conhecemos na vida anímica por causa de suas metas. O conhecimento mais específico das fontes pulsionais não é estritamente necessário para a investigação psicológica. Por vezes, as fontes da pulsão podem ser inferidas, de modo retrospectivo a partir de suas metas (Freud, 1915/2010, p. 27).

Posição que é corroborada por Joel Birman:

A fonte da pulsão pode ser biológica, mas a pulsão enquanto tal não o é absolutamente. Esta seria a razão pela qual a psicanálise não deve se interessar pelo estudo da fonte da pulsão que pertence à biologia, mas pelo seu destino (Birman 2001, p.135).

Apesar de todos os avisos e sinais, àquela frase de Freud ainda nos encoraja mais: “(...) *ainda que a origem em uma fonte somática seja o elemento mais decisivo para a pulsão...*”. Por isso, seguiremos com Cabas em suas elaborações acerca da fonte

⁴ Cabe diferenciar este retorno do movimento pulsional sobre o sujeito, chamado de *torção*, daquele do retorno das catexias ao próprio Eu, que caracteriza a psicose. Nesta última o processo de retorno se dá pela negação do desejo e não de realização. No primeiro caso a torção faz subjetivar, no segundo ela faz negar: “(...) o que está em pauta nesses efeitos é a assunção das consequências da torção pulsional – na experiência da neurose – e o rechaço de uma das consequências do gozo – na experiência do psicótico” (Cabas, 2010, p. 72).

pulsional. Se Freud nos indicaria investigar a meta pulsional para inquirir sobre a fonte, não podemos aí querer encontrar grande novidade. Desde o início do texto Freud nos atesta que o movimento pulsional tem sempre a mesma meta: a satisfação, um fim que é sempre alcançado.

Por isso insistiremos ainda em aprofundar nossas investigações sobre a fonte, esta que irrita e perturba o aparelho psíquico com sua necessidade satisfação. Seguimos, pois acreditamos que encontraremos aí, na fonte, aquilo que anima e causa o movimento pulsional e o sujeito que dele aparece como efeito.

O que atende pelo nome de fonte da pulsão é um lugar no corpo de onde provém excitações constantes que aparecem como um apelo insistente ao aparelho psíquico e se renova de forma permanente. A fonte procede como um buraco, um furo real, um ponto que não se satura. (Cabas, 2010, p.67).

A fonte pulsional representa o nó, o lugar onde se embaralham *soma* e *psique*; linguagem e natureza. Para poder operar com este ponto de causa que emana do corpo, utiliza-se a ideia abrangente de corpo erógeno. Um corpo atravessado pela pulsão e que ultrapassa, por isso, sua determinação instintual, natural. A clínica da histeria revelou, desde o início, que o corpo não é um suporte neutro, pois além de funcionar conforme os princípios da fisiologia anatômica... fala. E ao falar, faz-se porta-voz das significações inconscientes. A questão da causa faz retomar, no campo lógico, ao problema em torno do estatuto do corpo como suporte material do psiquismo e, em consequência, do inconsciente freudiano.

A complexidade do estudo das pulsões se dá por que as pulsões sexuais são numerosas, advêm de múltiplas fontes orgânicas e agem inicialmente de forma independente umas das outras e só mais tardiamente no desenvolvimento sexual do indivíduo é que se reúnem em uma síntese mais ou menos acabada, em torno de órgãos/fontes específicos, as zonas erógenas (Freud, 2010/1915, p. 33). A questão sobre a fonte pulsional remete ao real do corpo, questão que mais tarde seria retomada por Lacan a respeito do objeto *a* (Cabas, 2010, p.66). Nós também retornaremos mais adiante neste capítulo.

A Causa em Freud

A questão freudiana sobre a causa das pulsões parece com algo da ordem de um saber que acolhe, trata e busca responder à pergunta de Santo Agostinho a respeito da autoria dos atos humanos, sobre a função do agente da experiência subjetiva, a *quaestio mihi factus sum* [a questão que me tornei para mim mesmo]. Faz parecer que Freud também aposta em algo que possa assumir a pergunta, a autoria do ato, algo em condições de responder e assumir a responsabilidade por ele. Freud isola ‘algo’ que ocupa o lugar de agente do verbo, que agencia o fenômeno e acaba por ter o estatuto de uma pessoa, um “alguém” e que tem a função de referir ao autor material do ato (Cabas, 2010, p. 89-91).

A falta – de satisfação – diz respeito ao que inspira a dinâmica pulsional, neste sentido, é coerente aqui, falar sobre uma falta que move, especialmente quando estamos às voltas com a pergunta pela causa do ato humano. Sem a ferramenta da

questão sobre a causa, a fonte pulsional permaneceria, como postulado em 1915, como conteúdo indecifrável e excluída do plano conceitual da psicanálise (Cabas, 2010, p.61).

A obra *As pulsões e suas vicissitudes* (1915) está contida dentro de uma série de textos agrupados sob o nome de *Ensaio de metapsicologia*, que se refere à inauguração de uma nova metafísica proposta por Freud, isto é sobre a dimensão da causalidade psíquica. E para Freud, toda consideração sobre a causa passa pelo domínio da pulsão, isto permite dizer que “(...) a causa freudiana é pulsional” (Cabas, 2010, p. 55).

Na origem do movimento pulsional, como já foi dito, encontra-se a fonte pulsional e nela uma urgência de satisfação que lhe denota o caráter de uma falta insaturável. Lugar de falta que coincide com o lugar do sujeito neste movimento de onde a intensidade pulsional sai e para onde ela retorna. Isto é, como efeito do encontro com o objeto que é sempre parcial, sempre faltoso em sua resposta de satisfação à pulsão. Nesse movimento, o sujeito se faz a partir da falta e a partir dos restos dos objetos por ele investidos⁵.

A repetição

O movimento pulsional tem a forma de um pêndulo, que sai da fonte, se dirige ao objeto e retorna a ela com um saldo possível e sempre parcial de satisfação. Por causa dessa parcialidade na satisfação e pela variedade de impulsos que se originem numa mesma fonte, o movimento se repete. Uma repetição sempre diferente, mas que remete a uma mesma meta. Contudo, a repetição não se resume ao esquema do princípio de prazer, de aplacar as tensões, mas opera também no seu mais-além. Nesse sentido, carece avançarmos nesta discussão em direção à com a segunda tópica freudiana.

A partir de 1920, em *Além do princípio do prazer*, Freud desloca a dualidade pulsional até então estabelecida entre pulsão de conservação X pulsão de fim sexual, para dar lugar a uma dualidade mais complexa. Uma que pudesse conta do movimento de repetição que Freud observa como parte da dinâmica do traumático, da perda radical de objeto. A dualidade pulsional que ele apresenta aí é a dualidade entre pulsão de vida X pulsão de morte.

As pacientes histéricas sofrem de reminiscências. Freud observa o modo como contam suas memórias traumáticas como um evento já sabido, como fato consumado e impenetrável a qualquer alternativa de simbolização. Em seu discurso não demonstravam qualquer possibilidade de que ali se produzisse um efeito de saber sobre o inconsciente.

Esse movimento de rotação e repetição discursiva acerca do já sabido produzia-se em um momento específico do tratamento. Sempre que o percurso da análise se aproximava de um núcleo central. A partir dali, Freud observou que era como se o discurso se pusesse a rodar em volta deste núcleo, sem tocá-lo (Cabas, 2010, p. 78).

⁵ Sabemos que expressões como: *falta, furo no real e sujeito* não compõem o léxico freudiano. O emprego destas expressões aqui faz parte de uma elaboração nossa acerca do que Freud nos deixou. E que nos parecem pertinentes, especialmente, a respeito da sua discussão acerca da pulsão.

Freud denomina este movimento reativo de *Wiederkehr* (*Wieder* = novamente, *Kehr* = volta, curva, retorno) que caracteriza um impulso a refazer o mesmo caminho.

A repetição diz respeito a um funcionamento do aparelho psíquico que se encontra além do princípio do prazer. Um mais além que causa tensão sobre o aparelho ao tentar repetir o desprazer vivido na cena traumática. Cena que Freud, já havia percebido aí, não correspondente somente à uma realidade factual, mas também a algo da criação, da fantasia. Repetição que busca dar conta do conteúdo excessivo a que o psiquismo se viu exposto. Essa repetição é enigmática, ela ultrapassa a capacidade de simbolização do inconsciente e se faz retornar incessantemente em busca de integração e representação nele.

O movimento pulsional só pode constituir-se enquanto como tal sob a condição de ter inscrito sua intensidade na rede significante do inconsciente. Freud denomina essa inscrição no inconsciente do representante da pulsão de *Vorstellung-repraesentanz* (representante da representação) – inscrição que aparece como uma necessidade, uma exigência da estrutura.

Dizemos ‘exigência’ por que é através dela que é possível estabelecer um objeto para a pulsão, bem como, as vias de acesso à sua satisfação. Contudo, o simbólico não basta. Há ‘algo mais’ que precisa ser considerado e que emerge às vezes como um excesso e às vezes como uma fatalidade ou uma imposição do destino e é em torno disso que a repetição, fundamentalmente gira.

No fundo, é um mais-de-satisfação que o movimento pulsional reclama como a sua parte. Como o pedaço que lhe corresponde. De fato, dessa maneira, revela um querer tão radical, que ultrapassa o registro do desejo inconsciente. Daí o valor do fantasma. Pois é na experiência do fantasma que isolamos a singular junção que a montagem fantasmática realiza quando enoda a apetência de desfrute – da pulsão – com o desejo inconsciente – (...) (Cabas, 2010, p.92).

Para dar conta dessa nova elaboração, Freud inaugura com ela um novo movimento clínico, posterior à *clínica da interpretação* e a *clínica da resistência*. Movimento que ele denomina de *clínica da repetição*.

A primeira, a *clínica da interpretação*, consistia em entregar ao paciente as interpretações que o analista fazia a respeito do seu caso e esperar que ele se responsabilizasse por elas, como algo que lhe dizia respeito e que, em última análise, sempre lhe pertenceu. Ao se deparar com o fato de o paciente, em verdade, nada queria saber sobre o que lhe atormentava – por efeito da resistência –, percebe a ineficácia desse método. Ao percebê-la, Freud inaugura a *clínica da resistência*, que tinha como objetivo suplantar os desafios postos por ela ao princípio do trabalho da análise de que “o inconsciente deve tornar-se inconsciente” (Freud, 1920/1996, p. 28).

É a partir de 1920, que a repetição aparece como uma formação comprometida com a insistente exigência de satisfação da pulsão (Cabas, 2010, p. 75). A partir daí, Freud produz uma clínica analítica que permite situar as variações da satisfação no contexto marcado pelas invariantes da repetição – a *clínica da repetição* propriamente dita.

Antônio Godino Cabas localiza esse ponto de retorno inintegrável como externo à rede significativa do inconsciente, isto é, como o ponto motor da pulsão que coincidiria com o que Freud outrora chamou de ‘umbigo do sonho’ (Freud, 1900). “Donde o perpétuo retorno do mesmo se afigura como um retorno aos caminhos que serviram para demarcar as vias de acesso à satisfação” (Cabas, 2010, p. 79). Retirado de um fragmento da vida sexual infantil, essa repetição não é da ordem da resistência, como bem assinala Freud, mas da necessidade.

O que a repetição faz viver de novo causa desprazer a um dos sistemas – ao Eu – mas ao mesmo tempo serve para satisfazer a um outro – à pulsão. O que está em jogo é uma ação das pulsões que se repete por imposição imperativa. Na repetição, a autoria do ato aparece como algo estranha ao Eu, algo de uma autoria alienada, onde o que se manifesta é o Isso.

O Isso e o Eu

Em 1923, Freud formaliza a definição tópica a respeito das instâncias psíquicas da consciência e do inconsciente, do Eu e do Isso. Texto fundamental para nós que buscamos, através do estudo das pulsões, caracterizar o que poderia vir a ser um sujeito freudiano. Interessa ao estudo do conceito de sujeito, abordar o que é o Eu, afim de marcar diferenciá-los. A partir deste texto a personalidade psíquica se caracteriza, definitivamente, como dividida, heteróclita, não coincidente.

Freud apresenta este texto como uma retomada a um curso de pensamentos que teria iniciado no *Além do princípio do prazer* (1920), mas que, diferentemente deste, faria menos referências à biologia. O que, segundo ele, o aproximaria mais claramente do campo da psicanálise.

Nesta obra, Freud, busca cernir a questão tópica do aparelho psíquico e o faz a partir de uma investigação dialética, em que seus elementos se definem por estarem em oposição antitética em relação ao outro: Consciência X Inconsciência, Eu X Id, Eu X Ideal do Eu. Uma dialética que não busca uma síntese capaz de cernir o objeto, mas sim, bordejá-lo. Tal esforço se demonstra pelo número de referências que Freud faz a uma constante insuficiência de suas formulações, como se sempre houvesse ali algo a mais a dizer.

Consciência X Inconsciente

Freud define a consciência como uma instância tópica, um conjunto onde estariam contidas as representações de si e do mundo com que se identifica o indivíduo. Um conjunto de elementos que são acessíveis por não estarem barrados pelo recalque.

O que é inconsciente, por sua vez, é o conjunto de representações que se mantêm inacessíveis por estarem reprimidas. O que Freud denominou inconsciente apresentou-se desde *A interpretação dos sonhos* (1900) como uma série de pensamentos [gedanken], uma trama de ideias em estado de latência, pendentes, sob a fachada do sonho com a aparência de um conjunto esparso e contraditório. O inconsciente é equivalente ao reprimido, ao que não pode vir a tornar-se consciente.

Eu X Isso

O Eu forma “a ideia de uma organização coerente dos processos psíquicos na pessoa” (Freud, 1923/2011, p.20). Assim o Eu coaduna com o que pode ser aceito pelo indivíduo como seu, algo que lhe é acessível e que, portanto, está ligado à consciência. O Eu do sistema percepção-consciência, está localizado na parte mais exterior do psiquismo, como aquele que media este sistema em suas trocas com o mundo externo. Ele tem a função de buscar a estabilidade e o equilíbrio do sistema, em sintonia com o princípio de prazer.

A importância do Eu para a pulsão se dá por ser ele quem “domina o acesso à motilidade, ou seja: a descarga das excitações no mundo externo” (Freud, 1923/2011, p.20). É do Eu que partem, igualmente, o recalque que atua para que certos conteúdos psíquicos se mantenham excluídos da consciência. Contudo, é também por essa última função que o Eu não pode ser entendido como um simples equivalente da consciência, pois também a força do recalque se mantém, em grande medida, inacessível e inconsciente para a pessoa:

Aí lhe dizemos que ele se acha sob o domínio de uma resistência, mas ele nada sabe disso, e mesmo que intua, por suas sensações de desprazer, que uma resistência atua nele, então, nada sabe dar-lhe nome ou descrevê-la (...). Encontramos no próprio Eu algo que é também inconsciente, comporta-se exatamente como o reprimido (Freud, 1923/2011, p. 21).

A neurose seria, então, o descolamento desta parte do Eu para o inconsciente, essa rachadura no Eu. O Eu é a parte do aparelho psíquico a quem cabe à estabilidade do organismo e para tanto ele precisa também, eventualmente, acolher os conteúdos nele despejados pelo inconsciente. O Eu não é o senhor de sua casa, ele não vive, mas é vivido por forças desconhecidas por ele e também quase sempre invencíveis por sua vontade.

O Isso é a parte do sistema psíquico que permanece inconsciente. É um nome impessoal para o que há de mais íntimo do Ser, é o estranho interior, a “parte obscura e inacessível de nossa personalidade, não podendo ser descrita senão como antitética do Eu”, afirma Freud em seu texto. “O Isso caracteriza o conjunto do inconsciente e também o domínio não simbolizado das pulsões, o que ele contém são as cargas pulsionais que demandam derivação” (Cabas, 2010, p. 85).

Um indivíduo é agora, para nós, um Id [Isso] psíquico, irreconhecível e inconsciente, em cuja superfície se acha o Eu, desenvolvido com base no sistema perceptivo, seu núcleo (Freud, 1923/2011, p. 30).

Em termos tópicos, temos que o Eu nunca retorna por completo ao Isso, limita-se a ocupar uma parte de sua superfície, mas que tampouco se encontra precisamente separado dele, pois conflui com ele na sua parte inferior. A relação entre Eu e Isso é marcada pela tensão, pois como poderia “esse ser fugaz, fugidio, que é o ser-da-percepção, vir a suportar esse ser que perdura, esse ser duro como uma pedra que é o ser-da-pulsão que o determina?” (Cabas, 2010, p. 85).

O que está no inconsciente é o desejo recalcado e ali está porque sua manifestação ofenderia os interesses do Eu e, sobretudo, seus ideais. E também porque contrariariam as aspirações da consciência, aspirações que servem ao princípio do prazer. Assumir o desejo inconsciente implica em algo que vai diretamente contra esse princípio, algo que causa uma intensa perturbação no Eu e que precisaria, como ocorre em análise, modificar-se por completo a partir desta assunção. Para Cabas a conclusão é que:

Seja pelo viés do simbólico, que envolve a estruturação do complexo de Édipo (e na qual Freud isola a castração), seja pelo viés da teoria pulsional, que destaca a existência de uma satisfação paradoxal (à qual deu o nome de pulsão de morte). A história da obra freudiana é a história de um esforço por extrair do solo da experiência uma definição do desejo (Cabas, 2010, p. 29).

Esta representação do sistema psíquico deixa entrever que a estrutura se caracteriza pela coexistência de dois princípios com funcionamentos bastante distintos. De um lado, temos a percepção, conectada ao princípio de realidade e ao princípio de prazer. De outro, temos o Isso, o desejo inscrito no inconsciente e a pulsão, que está intimamente ligada a uma satisfação e que se caracteriza por estar situada no mais além. Enquanto o Eu busca no aquém seu objeto, a pulsão procura no além seu pedaço, seu pedaço de satisfação. A percepção é para o Eu o que a pulsão é para o Isso.

Como conclusão, sempre aberta, a respeito destes pares dialéticos, temos que ‘tornar consciente o inconsciente’ é ‘tornar consciente o desejo inconsciente’, é fazer com que o Eu acolha algo d’Isso. É a redescoberta e o reconhecimento do desejo inconsciente pelo Eu que o obriga a admitir que ‘sou aquele que quer isso e não sabia’ e ‘por querer algo sem saber que o queria, sou o que não sabia que era’ (Cabas, 2010, p. 39).

Trata-se de uma aposta de que basta à consciência encarar, reconhecer e assumir esse querer que emerge a título de desejo inconsciente para ver ruir os alicerces de suas representações de si e do mundo. A assunção do inconsciente acarreta a queda – quando não a destituição – da identidade moldada pela consciência. A queda de uma noção de si cujas bases estão apoiadas no princípio do prazer e, por extensão, no princípio de realidade. No fim significa que a assunção do desejo se faz ao preço de uma transformação da consciência ao subjetivar o Isso. Reconhecer o que se expressa como demanda vinda do mais íntimo do ser e a assumir a responsabilidade pela derivação disso que não pode não ser derivado: *Onde o Isso era, Eu devo advir.*

O sujeito do desejo

A relação entre Eu e Isso nos remete, novamente, à questão sobre a autoria dos atos humanos, sobre o sujeito verbal das frases da fantasia. O sujeito do verbo refere-se aqui à natureza particular do ato. Algo que a gramática define como um agir, portanto, como um verbo. Um verbo conjugado de forma impessoal, empregado diversas vezes por Freud em suas formulações sobre a fantasia: *Sonha-se, espanca-se.*

Quem seria, portanto, esse sujeito, o agente implícito nessas formas verbais? Quem é que sonha? Quem é que deseja esse martírio? Quem realiza esses desfrutes? Quem espanca essa criança? “E quem comanda o curso dessa caminhada que se dirige a

passos firmes em busca de um mais além do prazer, como se o autor do roteiro fosse ninguém?” (Cabas, 2010, p.91). Em suma, quem é esse *se*?

Esse *se* é o inconsciente, ou melhor, o desejo inconsciente, que se apresenta para o sujeito de maneira reflexiva. Equivale a dizer que: o querer do inconsciente é o sujeito gramatical da frase onírica. “O desejo do qual o Eu nada quer saber, este é – propriamente – o sujeito da questão”. (Cabas, 2010, p. 91). O que é estranho porque derivado do campo do inconsciente, externo porque originado na demanda pulsional de satisfação (Cabas, 2010, p. 79).

Eis o modo freudiano de se referir ao sujeito: situando o traço que lhe é constitutivo – a divisão (Cabas, 2010, p.85) e chegamos ao ponto que é possível admitir que desejo freudiano é, enfim, um dos nomes do sujeito, do sujeito do inconsciente (Cabas, 2010, p.39). A partir daí, temos respeito de nossa questão, que:

(...) se o sujeito freudiano for ‘algo’, esse ‘algo’ é a repetição. A repetição d’Isso que se impõe. Donde o sujeito se define em relação ao Isso. (...) A tal ponto que se fosse ‘alguém’ e se apresentasse falando na primeira pessoa, ele – o sujeito freudiano – diria: ‘Isso sou’ (Cabas, 2010, p. 92).

Conclusão

A descoberta freudiana que subverteu de forma radical a concepção do sujeito foi o inconsciente propriamente disso. Foi a partir do inconsciente que Freud, descentralizou para sempre o sujeito de onde a ciência e a filosofia costumava posicioná-lo. O Eu não é mais o senhor na própria casa. O sujeito do desejo inconsciente, autor dos atos mais verdadeiros do indivíduo não se localizam sob o terreno consciência, há algo a mais que lhe determina e sobre qual nada pode saber.

Embora Freud não tenha formalizado a questão do Ser, da causa ou do sujeito, ao descobrir o inconsciente, ele as reposicionou de forma decisiva para todos os campos do saber. Contudo, foi Lacan quem elevou o sujeito à dignidade de uma questão propriamente dita. É em sua obra que os pontos aqui escandidos ganham uma formulação epistemológica coerente. O próximo capítulo é dedicado à fundamentação de nossas questões sobre a noção de sujeito a partir da teoria lacaniana.

Parte II - Lacan e a questão do sujeito

A Causa e o Sujeito

As formulações lacanianas acerca do sujeito se fundam a partir de um longo debate, no campo da filosofia, acerca da *causa* dos atos humanos. Nesta discussão, duas posições interessam retomar aqui. O conceito de sujeito é fundamental para duas correntes filosóficas distintas entre si, unidas por este significante, que nelas correspondem a significados distintos. São elas: a filosofia política e a metafísica.

A filosofia política compreende o legado que vai de Maquiavel e culmina em Michel Foucault. De acordo com ela, a subjetividade estaria incluída em um par dialético, em relação antitética com a noção de objeto. Próximo da teoria do conhecimento, da fenomenologia Bergsoniana e da intersubjetividade de Kojève (Cabas, 2010, p. 102).

Do outro lado, temos a discussão filosófica acerca da metafísica, que compreende uma trajetória que vai de Sócrates até Descartes, na qual está inscrita a questão de Santo Agostinho: *Quaestio mihi facto sum* – “A questão que, de fato, eu me tornei para mim mesmo” (Agostinho, 397-398/2002, p. 33).

A questão do sujeito na metafísica aponta para uma insuficiência acerca ‘do que eu penso que sou’ e também ‘do que acredito ser’ como respostas para ‘o que sou de fato’. O que se relaciona com o descentramento do sujeito proposto pela psicanálise. Ela exprime uma dúvida que, para Santo Agostinho, não se resolve nem pelo viés do acidente nem pela via do fenômeno. De tal forma que para a tradição metafísica só é possível representar a questão do Ser – do Sujeito – a partir de uma referência ao Outro. Isto é, o ‘sujeito’ não é nem *em-si*, nem *por-si*. De forma geral, para a tradição metafísica, o ‘sujeito’ é uma questão, uma pergunta, enfim, uma referência (Cabas, 2010, p.105).

Descartes encarna a formulação metafísica da questão do Ser em suas formulações científicas. A metafísica de Descartes leva a dúvida às suas últimas consequências, buscando um princípio que lhe sirva de ponto de apoio, de base segura do saber tanto e a tal ponto que sua dúvida recaia sobre o próprio saber. A questão de Santo Agostinho – ‘o que sou?’ – transforma-se, em Descartes – ‘o que sei?’. Descartes recusa as informações recolhidas dos sentidos para responder sua questão porque, para ele estes lhe forneceriam sempre dados ilusórios. A partir de então, a radicalidade de sua dúvida deriva em um ato. Um ato intelectual de queda dos seus pressupostos a um ponto de nudez com a razão. É aí que uma certeza se lhe impõe: a certeza de *ser* pelo ato de pensar. Enquanto pensante, *sou. De cogitans, sum*. O que deriva na formulação à que Lacan retorna insistentemente em sua obra: *Cogito, ergo sum*. Posso ter certeza de que sou, pois tenho certeza de duvidar (Cabas, 2010, p. 106-107).

Pela primeira vez na filosofia, o discurso do saber se volta para o agente do saber, permitindo tomá-lo, ele próprio, como *questão de saber*. Pela primeira vez não se tratava apenas de situar os seres, de pensá-los através de uma ontologia, de uma metafísica, mas de colocar em questão o próprio pensar

sobre o ser, que se torna, assim, também pensável. O sujeito se desdobra, movimento pelo qual se coloca no ato de conhecer, é suposto a este ato, mas não mais como mero correlato do objeto conhecido (Elia, 2004, p.10).

A partir do advento da psicanálise, em Lacan, a *causa* é definida como aquilo que se distingue da determinação em uma cadeia, aquilo que se opõe, portanto, à lei. É aí que sua referência a Kant toma seu pleno sentido – entre o que é percebido pelo sujeito a respeito do objeto, e o que de fato ele representa, “sobra essencialmente na função da causa, uma certa hiância” (Lacan, 1964/2008, p.29).

Uma ação que pressupõe reação, uma causa que tem um efeito de retorno em um circuito fechado, não coaduna com questão lacaniana a respeito da *causa*. Só é possível falar da causa de algo quando não se está no domínio da equivalência. Neste sentido, só existe causa para o que não é correspondido, só existe questão sobre o que manca. “O inconsciente freudiano (...) se situa nesse ponto em que, entre a causa e o que ela afeta, há sempre claudicação” (Lacan, 1964/2008, p. 29).

A respeito da causa da neurose, por exemplo, não significa nada dizer que é o inconsciente que a determina, porque o inconsciente, em verdade, apenas “nos mostra a hiância por onde a neurose se conforma a um real – real que bem pode, ele sim, não ser determinado” (Lacan, 1964/2008, p. 30). O que Freud encontra nessa hiância, nessa fenda, característica da causa, é algo da ordem do não-realizado. O abismo do sonho de Freud, o umbigo dos sonhos, é isso (Lacan, 1964/2008, p. 30).

Enlaçando a proposição lacaniana a respeito da causa e discussão que tecemos no último capítulo, poderíamos apostar que o que se faz antever nessa hiância, nessa fenda a que Lacan se refere, é a falta de realização característica daquilo que causa a pulsão. É no domínio da causa, lugar onde essa hiância se produz que a lei do significante se instaura (Lacan, 1964/2008, p. 31). Donde temos que “ao nível do inconsciente, há algo homólogo em todos os pontos ao que se passa ao nível do sujeito” (Lacan, 1964/2008, p. 32).

Antes de apresentarmos as elaborações de Lacan acerca do sujeito como efeito da hiância inconsciente, é necessário comentar aqui o contexto da psicanálise em 1950, que lhe faz escrever sobre este tema. Isso porque é a situação da psicanálise no pós-guerra e a deturpação que Lacan encontra no ensino e na clínica analítica que o impelem a promover o seu retorno à Freud nesta época. É a partir deste momento de angústia na história da psicanálise que o conceito de sujeito emerge como o grande articulador do retorno aos princípios éticos da psicanálise freudiana promovido sob a pena de Lacan.

A situação da psicanálise em 1950

Em 1950, a Europa e a América do Norte viam-se abaladas pela passagem de duas grandes guerras que deixaram por detrás de si um cenário social marcado pelo ressentimento e pela desilusão com o projeto moderno de humanidade. Abalaram-se nesta época, os principais valores que até então caracterizavam a sociedade europeia. A psicanálise também sofria os efeitos desse desmonte. Freud falecera em 1939, dias após o início da segunda grande guerra. Muitos psicanalistas europeus

havia migrado de seus locais de trabalho originais, fugindo da perseguição, em direção a lugares e culturas para quem os fundamentos deste campo eram estranhos, como a América no Norte, por exemplo.

Em um mundo que tinha urgência de ver suas feridas cicatrizadas, a medicina restava como um dos últimos pilares desta desolada crença civilizacional, em condições de renovar a esperança na experiência humana. Os princípios clínicos da psiquiatria que vigoraram a partir de então eram os do pragmatismo e da eficácia terapêutica que objetivavam a eliminação do sintoma, o combate à dor, e a erradicação do mal estar.

Foram lançados nesta época os primeiros medicamentos antipsicóticos e antidepressivos produzidos em larga escala, que possibilitaram outras formas de tratar do sofrimento, através da sua inibição. Esse novo ideário que surgia no horizonte devia sua força ao impulso, demasiadamente humano, de nada querer saber sobre o que lhe causa: a vida, ou o mal estar.

Os princípios da crescente medicalização deste período tiveram efeitos também sobre a psicanálise que incentivada por este novo ideário parece inverter a sentença da direção da sua cura, de: “Onde o Isso era, Eu devo advir” transforma-se em algo como: “O Eu deve suplantar o Isso”.

(...) se o Isso era um caldeirão onde borbulham as paixões – como alguma vez Freud disse – e se tais paixões, eram semelhantes às que tinham sido vistas desatarem-se no curso da guerra, então impunha-se no espírito da época o imperativo de suprimi-lo. (...) para ‘que o Eu pudesse vier assenhorar-se’ da coisa em questão (Cabas, 2010, p. 100).

Por tudo isso, havia neste campo um intenso debate sobre as instituições da psicanálise e sua conformação durante e após estes períodos de privações e migrações. Para sobreviver às exigências das instituições de saúde da época a psicanálise foi forçada a se transformar em um saber objetivante, triunfalista e cientificista. É aí que ela perde seu lastro com os princípios freudianos e estabelece-se como uma teoria universal, ‘válida para tudo e em todos os casos’, uma *Weltanschauung*, um saber enciclopédico, inócuo e devidamente assepticizado do caráter subversivo que lhe tinha dotado seu fundador.

É neste contexto, portanto, que Lacan formula seu projeto de retorno aos fundamentos freudianos na psicanálise (Lacan, 1958/1998). O primeiro alvo de seus apontamentos foram essas tendências objetivantes que dominavam as vicissitudes do campo nesta época. O segundo passo foi insistir acerca do valor central que a assunção subjetiva tinha na descoberta freudiana e em que a psicanálise deveria voltar a ser uma prática que tivesse como princípios reconhecimento do inconsciente e a subjetivação do Isso (Lacan, 1953/1998). É assim que a questão do sujeito é colocada no centro da sua operação de retorno aos princípios freudianos da psicanálise.

Lacan foi quem elevou o ‘sujeito’ à dignidade de uma questão para a psicanálise, promovendo uma reinvenção epistêmica para operar o resgate daquele núcleo incômodo e subversivo da experiência humana: o desejo inconsciente.

A Estrutura

A ideia de estrutura visa explicar um dado sistema pela relação que estabelecem as partes entre si. Foi a partir do estudo do método estruturalista que Lacan pôde operacionalizar o retorno aos fundamentos freudianos da psicanálise. O modelo de explicação estrutural permitiu a ele representar as relações entre os elementos fundamentais do aparelho psíquico e suas operações. E fazer a psicanálise dialogar com as ciências e os saberes da sua época. Foi através desse dispositivo que Lacan buscou elaborar o estatuto do sujeito na psicanálise, relacionando-o ao lugar do significante na estruturação da linguagem.

Resgatamos aqui a discussão acerca da Estrutura em Lacan, também no que ela se relaciona com nossa questão a respeito da permanência subjetiva. A ideia de *Estrutura* remete a essa permanência que nos interessa esclarecer.

O termo ‘estrutura’ advém do latim *structura*, que é derivado do verbo *struere*, construir (Bastide, 1971, p. 2). Derivação que constitui em si, uma dupla possibilidade de interpretação do termo: “a de modelo e concreto, de relações latentes e relações reais, e esta oposição encontra-se em todas as disciplinas [...]” (Bastide, 1971, p.11). Problemática onde, segundo Saviani (2008), o termo “‘construção’ pode indicar tanto o modo como algo é construído (o que sugere a ideia de paradigma ou modelo), bem como a própria coisa construída (e a estrutura se confunde, então, com a realidade mesma)”.

(...) ‘estrutura’ é a matriz fundamental a partir da qual ou em função da qual são construídos os modelos. Em outros termos: é possível construir modelos cuja função é permitir conhecer, da maneira mais precisa possível, as estruturas pondo em evidência os respectivos elementos e o modo como estes se relacionam entre si; e é possível, também, a partir do conhecimento das estruturas, construir modelos que permitam tanto a modificação das estruturas existentes como a formação de novas estruturas. A noção de estrutura não coincide, pois, com a de modelo (não importando, no caso, se se trata de modelos de conhecimento ou de modelos de ação) (Saviani, 2008, p.5).

A palavra “estrutura” sugere primária e originariamente “totalidades concretas em interação com seus elementos que se contrapõem e se compõem entre si dinamicamente”. Contrapondo-se definitivamente aos termos “constructo” ou “modelo”. Em consonância com a discussão [o] etimológica de Bastide (1971) e Saviani (2008), está a definição de Prado Coelho (1967), para quem o termo ‘estrutura’ é definido como:

Um conjunto de elementos com leis próprias independentes das leis que regem cada um desses elementos; a existência de tais leis relativas ao conjunto implica que a alteração de um dos elementos provoque a alteração de todos os outros; dado que o valor de cada elemento não depende apenas do que ele é por si mesmo, mas depende também, sobretudo, da posição que ele ocupa em relação a todos os outros do conjunto (Prado Coelho, 1967, p. XXI).

Como um termo-raiz, ‘struo’ (assim como ‘structura’), ele não possui um sentido preciso e suscetível de ser caracterizado de imediato e *a priori*. O que faz com que a sua caracterização só possa ser esclarecida a partir do contexto em que é utilizada. O contexto em que aqui se justificam as discussões acerca da Estrutura, é o da psicanálise.

Quem introduz esta noção no campo psicanalítico é Jacques Lacan, a partir dos trabalhos de Saussure e Jakobson no campo da linguística. A questão da ‘estrutura’ passa a integrar de forma específica o léxico científico a partir dos trabalhos de Emile Durkheim, em uma publicação de 1895 intitulada *Les règles de la méthode sociologique*. Contudo, a questão passa a integrar verdadeiramente o campo das ciências humanas a partir do século XIX, com Marx, Morgan e Spencer (Martinho, 2012, p.116).

O estruturalismo aparece como disciplina na França a partir da *linguística estrutural* desenvolvida por Ferdinand de Saussure e por Roman Jakobson, na virada do século. A obra *Cours de linguistique*, reconstituída a partir de anotações das aulas de Saussure, apresenta a linguagem como um sistema de significação, onde seus elementos podem ser descritos de forma relacional (Peters, 2000, p. 1).

Saussure também distingue sua abordagem sincrônica, do estudo diacrônico e histórico das línguas, dominante nas ciências da época, e o faz a partir de distinção entre *la parole* - a fala real ou os eventos de fala - e *la langue* - o sistema formal de linguagem que governa os eventos de fala [-]. Saussure, por sua vez, estava interessado na *função* dos elementos linguísticos e não em sua causa. Ele definia a *palavra* como um *signo*, formado por *conceito*, isto é, um *significado* e um *som*, isto é um *significante*, donde nenhum dos elementos causava o outro necessariamente, mas que mantinham entre si, uma relação funcionalidade, de interdependência. Em uma estrutura a identidade dos elementos é definida de forma relacional, como uma função das diferenças no interior do sistema.

A relação entre significado e significante é apresentada a partir da “natureza arbitrária do signo” (Peters, 2000, p. 2). Ferdinand Saussure funda a partir desta concepção de estrutura, uma nova disciplina, autônoma em relação às outras ciências humanas: a linguística (Martinho, 2012, p. 117).

Jakobson é quem emprega pela primeira vez o termo ‘estruturalismo’, ao referir-se à descrição de Saussure, da ‘língua como um sistema’, no *I Congresso Internacional de Linguística*, realizado em Haia em 1928 (Martinho, 2012, p. 117). Jakobson cunha o termo ‘estruturalismo’ para designar uma “abordagem estruturo-funcional de investigação científica dos fenômenos, cuja tarefa básica consistiria em revelar as leis internas de um sistema determinado” (Peters, 2000). As ideias de Jakobson põem em curso uma intensa renovação e ampla divulgação da linguística e “permite a ampliação do campo e difusão do modelo fonológico à psicanálise graças aos estudos sobre a afasia” (Martinho, 2012, p. 118).

Após o sucesso do Primeiro Congresso Eslavo Internacional de Praga, em 1929, Jakobson expressou seu programa nestes termos:

Se tivermos que escolher um termo que sintetize a ideia central da ciência atual, em suas mais variadas manifestações, dificilmente poderemos

encontrar uma designação mais apropriada que a de *estruturalismo*. Qualquer conjunto de fenômenos analisado pela ciência contemporânea é tratado não como um aglomerado mecânico, mas como um todo estrutural, e sua tarefa básica consiste em revelar as leis internas – sejam elas estáticas, sejam elas dinâmicas – desse sistema. O que parece ser o foco das preocupações científicas não é mais o estímulo exterior, mas as premissas internas do desenvolvimento: a concepção mecânica dos processos cede lugar; agora, à pergunta sobre suas funções (Jakobson, 1973/1929, s/p).

O campo da linguística estrutural é definido a partir daí como um campo do saber em torno de uma pergunta sobre as funções dos elementos dentro de um sistema. Esse campo teria, a partir de então, imenso impacto em todas as áreas do conhecimento. O sucesso do estruturalismo na França é, entre outros fatores, resultado de um encontro particularmente fecundo entre Jakobson e Lévi-Strauss, em 1942, em Nova York, onde Jakobson assiste aos cursos de Lévi-Strauss acerca do parentesco e este frequenta os cursos de Jakobson sobre o som e o sentido, de onde nasce a antropologia estrutural (Martinho, 2012, p. 118). Influenciado por este encontro, Lévi-Strauss redige, em 1943, *As estruturas elementares do parentesco*, onde rompe definitivamente com uma concepção naturalista da proibição do incesto.

Jacques Lacan ingressa no pensamento estruturalista apoiado, inicialmente nestes três autores: Saussure, Jakobson e Lévi-Strauss, provas deste efeito podem ser encontradas no texto célebre de Lacan: *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*, de 1953. O texto é fundamentado no trabalho de Lévi-Strauss, nele, Lacan toma a noção de estrutura para o campo da psicanálise de onde extrai os argumentos para atribuir ao inconsciente o seu estatuto’ (Martinho, 2012, p. 118):

A referência à linguística nos introduzirá ao método que, ao distinguir as estruturas sincrônicas das estruturas diacrônicas na linguagem pode permitir-nos compreender melhor o valor diferente que a nossa linguagem adquire na interpretação das resistências e da transferência, ou então diferenciar os efeitos típicos do recalque e a estrutura do mito individual na neurose obsessiva (Lacan, 1953/1998, p. 289).

A partir de 1957, quando Lacan entra em contato direto com o *Curso de linguística geral*, de Saussure, esta obra lhe fornece um vocabulário todo novo e que pode ser lido em um texto seu, publicado em 1966, intitulado: *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*. Nele, Lacan situa-se, definitivamente, dentro da influência de Saussure, utilizando-a segundo seus propósitos e afirma que “é toda a estrutura da linguagem que a experiência analítica descobre no inconsciente” (Lacan, 1957/1998, p.498). Ali ele retoma as figuras utilizadas por Jakobson, a *metáfora* e a *metonímia*, para falar do desenvolvimento do discurso e seu papel no funcionamento do inconsciente e faz uso pleno do algoritmo saussuriano submetendo-o, contudo, a significativas modificações (Martinho, 2012, p.120).

Lacan define o termo ‘estrutura’ em seu texto intitulado *Observações sobre o relatório de Daniel Lagache*, de 1958 da seguinte forma:

Pois é ou não o estruturalismo aquilo que nos permite situar nossa experiência como o campo em que isso fala? Em caso afirmativo, ‘a distância da experiência’ da estrutura desaparece, já que opera nela como modelo teórico, mas como a máquina original que nela põe em cena o sujeito (Lacan, 1960/1998, p. 655).

Em 1966, em seu *Pequeno discurso no ORTF* (Office de Radiffusion Télévision Française), Lacan profere uma de suas frases mais conhecidas e replicadas a respeito da relação entre inconsciente e estrutura: “O inconsciente é o discurso do Outro. Ele é estruturado como uma linguagem – o que é um pleonasma exigido para eu me fazer entender, já que a linguagem é a estrutura” (Lacan, 1966, p.228).

Neste texto, Lacan insiste no termo ‘sujeito’ para falar do que essa estrutura constrói (Lacan, 1966, p.231). Martinho (2012, p.120) traduz esse trecho como evidência do entendimento de Lacan do sujeito como estrutura.

A separação do estruturalismo

Lacan bebe fartamente da fonte do estruturalismo, mas não sem fazer deste um trabalho próprio, autoral e profundamente comprometido com os fundamentos da psicanálise proposta por Freud. Tanto é verdade que Lacan, de fato, refuta diversos pilares do estruturalismo a fim de adaptar tais ideias ao campo da psicanálise. Martinho (2012, p.121) fala de dois principais movimentos desta ruptura. O primeiro refere-se à questão do sujeito e o segundo a ideia do real como estatuto irredutível do impossível de dizer.

Saussure postulava que a linguística só poderia considerar-se uma ciência ao delimitar seu objeto em torno d’*a língua*, distinguindo-a do estatuto da fala e da linguagem, e assim fazendo, foraclui de sua teoria o sujeito nelas suposto. Lacan se recusa a aceitar essa exclusão, pois para ele sujeito e estrutura são categorias coextensivas, o primeiro é afetado pela segunda de forma lógica - os significantes que o determinam e o gozo do sexo que o divide, fazem o sujeito advir como desejo.

A fala, com efeito, é um dom de linguagem, e a linguagem não é imaterial. É um corpo sutil, mas é corpo. As palavras são tiradas de todas as imagens corporais que cativam o sujeito; podem engravidar a histérica, identificar-se com o objeto de *Penis-neid*, representar a torrente de urina da ambição uretral, ou o excremento retido do gozo do avarento (Lacan, 1953/1998, p. 302).

Para Lacan a fala implica o sujeito a dirigir-se ao Outro, implica o reconhecimento do Outro e a articulação em palavras da demanda e do desejo em relação ao Outro, é a partir daí, portanto, da estrutura da palavra, que o Outro se impõe (Martinho, 2012, p. 121). Lacan ainda se refere à linguagem como a articulação dos signos entre si com suas leis, isto é: metáfora e metonímia e é isso que quer dizer seu aforismo: “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”. O sujeito está, portanto, situado na *estrutura da palavra*. Posição sua que fica clara em teu texto *Função e campo da fala e da linguagem*:

É justamente a assunção de sua história pelo sujeito, no que ela é constituída pela fala endereçada ao Outro, que serve de fundamento ao novo método a que Freud deu o nome de psicanálise (...) seus meios são os da fala (...) seu campo é o do discurso concreto; suas operações são as da história (Lacan, 1953/1998, p. 258).

No grafo do desejo, o conjunto dos significantes que estruturam a linguagem está localizado no lugar do Outro, na estrutura da palavra e “a dissimetria não só implica que este Outro decide o sentido do que digo, mas, (...) que [ele] é o destinatário da mensagem, [e] deve ser também o lugar do código que permite decifrá-lo” (Lacan, 1960b/1998, p. 830).

Nossa definição de significante é: um significante é aquilo que representa o sujeito para o outro significante. Esse significante, portanto, será aquele para o qual todos os outros significantes representam o sujeito: ou seja, na falta desse significante, todos os demais não representariam nada. Já que representado senão para algo. Ora, estando a bateria dos significantes, tal como é, por isso mesmo completa, esse significante só pode ser um traço que se traça por seu círculo, sem poder ser incluído nele. Simbolizável pela inerência de um (-1) no conjunto dos significantes (Lacan, 1960b/1998, p. 833).

O processo de identificação é iniciado pelo significante do Outro. A escritura mais simples que se pode dar a esse sujeito baseado desse circuito de palavras identificatórias é \$, o termo estrutural fundamental. O sujeito é concebido, portanto, nessa inscrição da falta, no intervalo, na descontinuidade entre os significantes da cadeia (Martinho, 2012, p.122-123).

Diferentemente da estrutura saussuriana, que se define pela complementação entre significante e significado, o sujeito do inconsciente da estrutura lacaniana se mantém fundamentalmente inacessível e se apresenta sempre em outro lugar. Uma estrutura clínica se define, portanto, na relação entre o \$ - efeito de linguagem – e o Outro (Martinho, 2012, p.124).

Daí advém segundo motivo da ruptura de Lacan com o pensamento estruturalista, a respeito da linguagem. Para o estruturalismo da época, o conjunto dos significantes é completo, representa a todos e a tudo ele é capaz de nomear. Nesta perspectiva não existe em uma língua qualquer palavra que falte para designar algo (Martinho, 2012, p. 123), o conceito de estrutura está ligado aí à ideia de *totalidade*, coerente e completa.

Partindo do saber mais íntimo à psicanálise, o real do inconsciente, Lacan não pode concordar com esta ideia de completude a respeito da linguagem, não é possível conceber um sujeito fora dessa inscrição na falta - de sentido, de correspondência plena entre um significante e outro, pois ao real cabe aquilo que resiste à simbolização, aquilo que não cessa de não se escrever ou, como aquilo que se inscreve na estrutura sob a forma de um buraco, de um furo real no imaginário, como falta de

Um significante no simbólico (campo do Outro). Enfim, como ausência de saber e como vimos anteriormente, como pulsão. A estrutura, para Lacan é antinômica e incompleta, inclui em seu campo uma impossibilidade, isto é, nem tudo poderá ser explicado.

A questão formulada por Lacan em seu texto, *Subversão do sujeito e a dialética do desejo no inconsciente freudiano*, orienta estas elaborações: “Uma vez reconhecida a estrutura da linguagem no inconsciente, que tipo de sujeito podemos conceber-lhe?” (Lacan, 1960b/1998, p. 814). Ao contrário do que deixa supor o estruturalismo de Levi-Strauss, o sujeito da linguagem proposto por Lacan não se identifica com a consciência, isto é, fala-se de um sujeito que não é *causa*, operador consciente da linguagem, mas *efeito* da emergência do significante e é por isso que Lacan, em seu grafo do desejo, dá a ele o mesmo lugar que ocupa o significado (Martinho, 2012, p. 124).

S1 – S2

§

A estrutura da linguagem proposta por Lacan diferencia-se radicalmente daquela lançada pelo estruturalismo formal, pois para ele a estrutura não é uma construção operada pelo sujeito, mas preexistente a cada sujeito, “e enquanto tal é causa, quer dizer, tem efeitos” (Martinho, 2012, p. 124).

A linguística estrutural serve de ponto de apoio à Lacan para promover um necessário movimento de retorno à Freud, um movimento que vai basear-se nas noções de linguagem, inconsciente e sujeito para refundar a partir deles a verdadeira causa freudiana.

O Estádio do Espelho

O objetivo da psicanálise do pós-guerra era de trabalhar sobre o constante fortalecimento do Eu, do reforço dos ideais identitários que lhe organizavam em sua boa-forma. Nesse sentido, de acordo com Lacan, esse movimento operava com o objetivo de foracluir o sujeito e o desejo tanto quanto a ciência e a concepção estruturalista que ele criticava. A fim de compreender a dualidade que Lacan enxerga entre o sujeito e a sua boa-forma, faz-se é necessário aprofundarmo-nos aqui em suas elaborações acerca do estágio do espelho.

Além da erradicação do mal estar, a psicanálise de 1950 se via as voltas com o desafio que representava a determinação psíquica dos atos infracionais. Uma questão que extrapolava os saberes da criminologia e do direito até então. Mais precisamente, a questão dos fenômenos elementares acerca da psicose e a tendência que a apresentavam em derivar em passagens ao ato – criminosas, para usar de um útil pleonismo.

A decisão acerca da sentença punitiva cabível nestes casos desencadeou importantes debates na época e muitos estudantes e intelectuais debruçaram-se sobre esses processos e ofícios legais com o objetivo de decifrar-lhes. Suas explicações, até

então, resumiam-se em dizer que se tratava de fenômenos irruptivos, inexplicáveis e delirantes, utilizando-se de metáforas vagas tais como as avalanches e os maremotos.

Neste momento, Lacan investe suas pesquisas nos escritos dos próprios sujeitos infratores e o que ele descobre, ao tomá-los como uma produção que tem como efeito um pensar externalizado, é que “esses escritos da psicose trabalham sobre o tear do automatismo mental para (...) tramar uma tecelagem e tecer um bordado de contornos literários ao redor da presença de um ideal” (Cabas, 2010, p. 117).

O próprio Lacan se refere a isto como um achado: “Aqui, função do ideal apresentou-se a nós numa série de reduplicações que nos induziam à noção de uma estrutura” (Lacan, 1966/1998, p.70). O que ele encontra ali é algo do sentimento de culpa, que organizado por esse ideal, leva o sujeito a ocupar o lugar do agente do crime, algo que Freud já havia encontrado a respeito deste tema em seus estudos. Que é a relação entre o ideal, o Eu e o fantasma. O ideal é um dos suportes do Eu, da ideia-de-si e da consciência, ao mesmo tempo em que figura como potência alienante (Cabas, 2010, p.118).

Ou seja, algo que se encontrava na estrutura do delírio na paranoia, fazia-se presente também na estrutura formal da personalidade. Ao investigar a relação destes fantasmas fundamentais com a dimensão do imaginário do Eu, Lacan reencontra o inconsciente e nele, o ordenamento simbólico e real que o rege e que guarda tão estreita semelhança com a estrutura da linguagem.

Em 1949, a respeito dos fantasmas imaginários contidos no Ideal, Lacan publica seu texto *O estádio do espelho como formador da função do eu*. Onde ele aponta o enodamento entre a dimensão real e imaginária do ideal, metaforizada no desgarramento entre a descoordenação motora do *infans* e as demandas que a sua imagem do espelho lhe convocam:

[o bebê no andador frente ao espelho] supera, numa azáfama jubilatória, os entraves desse apoio, para sustentar sua postura numa posição mais ou menos inclinada e resgatar, para fixá-lo, um aspecto instantâneo da imagem (Lacan, 1949/1998, p. 97).

Nesta cena aparece com nitidez a solução que o imaginário tenta dar à angústia provocada pela fenda que constitui o sujeito: a cristalização de uma imagem unificante. Essa imagem é tão significativa que passa a ter a partir daí em diante o peso de uma referência, que assume um valor indicativo (Cabas, 2010, p. 119).

Basta compreender o estádio do espelho *como uma identificação*, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem (Lacan, 1949/1998, p. 97).

O que se apresenta nesta cena tem o valor de estádio fundamental no desenvolvimento do sujeito. Não como uma memória estanque, mas como algo que supõe uma experiência, um desgarramento entre a inabilidade real e imagem ideal com a qual o sujeito terá de se haver pelo resto da vida.

Esse desenvolvimento é vivido como uma didática temporal que projeta decisivamente na história a formação do indivíduo: o *estádio do espelho* é um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação (...) e para a armadura enfim assumida de uma identidade alienante, que marcará com sua estrutura rígida todo o seu desenvolvimento mental (Lacan, 1949/1998, p. 100).

O estágio do espelho marca uma cena fundamental no desenvolvimento do sujeito humano, a imagem ali capturada oferece ao infante a promessa de um corpo integrado, coerente, bem formado, que realiza plenamente o desejo do outro que o enxerga tal e como ele se representa ali. O júbilo do infante é ter encontrado, enfim, a sua boa forma, seu ideal, seu corpo inteiro bem representados. É uma Imagem que apazigua, integra e contém, mas que, paradoxalmente, figura como o carrasco que reprime o sujeito em oscilações, falhas e tropeços.

Essa forma se cristalizará, com efeito, na tensão conflitiva interna ao sujeito, que determina o despertar de seu desejo pelo objeto do desejo do outro: aqui, o concurso primordial se precipita numa ocorrência tão agressiva, e é dela que nasce a tríade do outro, do eu e do objeto, que, fendendo o espaço da comunhão especular, inscreve-se nela segundo um formalismo que lhe é próprio (Lacan, 1948/1998, p.116).

Em outras palavras, esta imagem total que caracteriza a unidade ideal de seu corpo e a relação erótica que ele tem com essa imagem, levaram-no a alienar-se nela, “eis aí a energia e a forma donde se origina a organização passional que ele irá chamar de seu *Eu* (Lacan, 1998/1948, p.116). O registro do Eu, da boa-forma e do Ideal se opõem radicalmente ao que aqui buscamos tratar aqui pelo nome de sujeito. Este, nós o encontraremos nos abismos tropeços, limbos e fendas da linguagem.

A constituição do sujeito

É pelo conector da linguagem que a construção teórica da psicanálise acerca do sujeito se relaciona às categorias de investigação culturais, sociais e políticas. Pensar a constituição do sujeito significa dizer que ele não é natural. Não se nasce sujeito, mas constitui-se sujeito. O que se encontra no estágio primordial do bebê humano e que possibilita sua entrada na linguagem, onde ele poderá, então, se fazer sujeito, é a sua condição de desamparo fundamental [*Hilflosigkeit*]. Condição que exige o cuidado e o investimento deste pequeno corpo por um adulto próximo [*Nebenmensch*], como condição de sua sobrevivência (Elia, 2004, p. 39).

Há um conjunto de demandas, desejos e desígnios dirigidos àquele que vai nascer muito antes de sua chegada. Há um campo social e linguístico preexistente a ele, um campo que já lhe conta, antes mesmo que o sujeito possa contá-lo. Este adulto próximo, como sujeito de linguagem, ao prestar os cuidados necessários à sobrevivência deste bebê, não pode fazê-lo fora dela. A linguagem atravessa todos os cuidados do bebê, está diluída no seu leite, no tecido das suas cobertas e no cheiro das suas fraldas. O bebê é alimentado por um mundo de linguagem que o precede e passa pra ele através

do cuidador e seus objetos de forma consciente e inconsciente. A substância que satisfaz este corpo é a linguagem.

É este cuidador e o mundo de linguagem que ele transmite neste cuidado que Lacan vai chamar Outro (com “o” maiúsculo). O Outro é o esqueleto material e simbólico dessa ordem, a sua estrutura significante, é “um conjunto de marcas materiais e simbólicas — significantes — introduzidas pelo Outro materno, que suscitarão, no corpo do bebê, um ato de resposta que se chama de sujeito” (Elia, 2004, p. 35).

O tempo da constituição do sujeito, como efeito, como ato de resposta, é o tempo do *a posteriori*, do *Nachträglich* freudiano. O encontro com o Outro materno e os significantes que este lhe designa marcam um primeiro tempo desta confecção, A significação que o sujeito formulará sobre significante que lhe foi dado pelo Outro é que permitirá que ele faça algo seu desse encontro. Isso acontecerá em um tempo posterior, secundário. É quando o sujeito se constituirá.

Sujeito surge a partir de uma introdução de um significante, o traço unário “que assume papel de marca formada a partir do S¹ (significante mestre) e da história particular de cada um”. O lugar do significante é o lugar do Outro. Ao ingressar no campo da linguagem introduzida por ele, o vivo da experiência perde algo que faz com que o sujeito apareça como um produto marcado, dividido, não-todo.

O sujeito se faz depois, aquele momento de desamparo, não virá a se constituir como uma parte de sua história. Pois esse momento estará para sempre perdido e quando lhe for possível pensar sobre ele, já estará o pequeno humano fazendo uso da linguagem para reconhecê-lo. A experiência pura, biológica, de desamparo como tal, é excluída da experiência do sujeito, ela figurará como um mito da pré-história que o sujeito fundará.

Incidentalmente, a mediação do significante faz com que experimentemos nossa condição orgânica não como um todo, não no peso de uma unidade vital, em bloco, mas por fragmentos, pedaços, com os quais sonhamos, imaginamos, fantasiemos, enfim, representamos para nós próprios (Elia, 2004, p. 40).

A linguagem que invade o corpo nesse momento de desamparo e faz com que essa experiência seja perdida para sempre. O representante psicanalítico dessa perda é o mito, o mito do Assassinato do Pai da Horda Primitiva. De acordo com esse mito, procedemos, enquanto sujeitos, de um ato, de um assassinato que nos extirpa da natureza e que nos faz, irremediável e eternamente culpados por ele: matamos o Pai-natureza e através deste ato ingressamos na cultura carregando uma espécie de “buraco em nossa alma”. (Elia, 2004, p. 42). É através deste buraco, deste pedaço faltante no nível do ser vivo natural, que o sujeito pode se fundar como tal. Condição que porta algo de paradoxal: a falta funda o sujeito, mas também a falta requer dele um ato para ser fundada como tal.

A satisfação das necessidades vitais do bebê por um outro, através de objetos de linguagem, marca uma experiência fundamental. Algo que terá o valor de um paradigma. Freud fala deste momento de passagem de um *objeto da necessidade* (o leite, por exemplo) para um *objeto do desejo* (Freud, 1895/1996, p.595), afirmando que

após essa experiência de satisfação conforma-se um ‘modelo’ de satisfação a ser buscado nas próximas experiências. Contudo, ao registrar e representar essa experiência o sujeito a deixa cair e, a partir de então, tentará reencontrá-la segundo o que pôde ser registrado dela. Freud denomina essa busca de ‘desejo’.

Lacan diferencia estes dois momentos entre plano de *pura necessidade* e um *plano do desejo* e introduz nessa passagem um terceiro nível intermediário, o *plano da demanda*, onde o sujeito é instado a querer o objeto de satisfação, mas principalmente a presença daquele Outro que primeiro lhe ofereceu (Elia, 2004, p. 46). A partir daí, Lacan divide o campo do Outro em dois: o *outro* como objeto [*autre*], e o *Outro* como campo [*Autre*], presença que traz este objeto. A demanda, portanto, tem a ver com o querer da presença do Outro capaz de atender à necessidade (Lacan, 1957-1958, p. 379).

A necessidade só pode ser experimentada pelo sujeito de forma fragmentada, parcializada, elaborada, processada pelo significante, dela resta para o sujeito somente o seu caráter imperativo dirigido a um objeto delimitado – um corpo, uma porção delimitada de Outro (Elia, 2004, p. 46). O objeto da necessidade – o puro leite – é aniquilado pela linguagem, é por ela tornado mítico e perde assim suas características naturais, sua possibilidade de correspondência total a uma necessidade. O efeito da linguagem sobre este objeto é o apagamento “dos traços, do ‘rostro’ do objeto que atenderia ao instinto, caso ele não tivesse sido fragmentado pelo significante — o que o transformou em pulsão (*Trieb*)” (Elia, 2004, p.48; Guedes, 2010, p. 163; Lacan, 1956-1957, p. 13).

O sujeito se dirige ao Outro, a demanda de sua presença é sempre demanda de amor. Ao mesmo tempo, o que o sujeito busca nele é um objeto faltoso e perdido. Este objeto, distorcido e perdido pela passagem do significante, isto é, da linguagem, e que o sujeito se vê as voltas com sua procura é o que foi nomeado por Lacan como o objeto *a*.

Objeto *a*

Eis o objeto causa do desejo, que ao incidir como faltante na experiência, causa o desejo do sujeito. Enquanto causa, este objeto se diferencia daquele que aparece à pulsão como objeto de desejo, via pela qual a pulsão planeja realizar-se em sua satisfação. O desejo investe os objetos, revestindo-os com quer que o faça coincidir com o que lhe falta. Causa e alvo do desejo, portanto, jamais coincidem. Desta forma, o objeto *a* sempre habita o objeto do desejo como aquilo que o contorna o objeto faltoso. Por exemplo, na imagem especular, de que já falamos, a imagem do próprio corpo é um objeto que promete realiza o desejo do outro, uma imagem completa, e mítica porquanto perdida (Lacan, 1962-1963, p. 3; Elia, 2004, p. 49).

A demanda é o que eleva o objeto à categoria de Outro e lhe investe de todas as prerrogativas de presença e de amor. O desejo, por sua vez, faz o movimento contrário, ele promove uma queda desse lugar do outro para o lugar do desejo e nessa operação ele o fura.

A mentira estrutural da demanda consiste em fazer crer que ela é formulada para ser satisfeita (...). Em sua verdadeira estrutura, a demanda já é, de saída,

habitada pelo desejo, que a atinge com a marca da impossibilidade de satisfação (Elia, 2004, p.50).

A condição estrutural do desejo é que ele não possa ser satisfeito. Entre o objeto do desejo e a sua satisfação há uma hiância, uma inequivalência. Esta que é marcada pela impossibilidade do desejo em acessar ao seu puro objeto após a entrada do sujeito na linguagem, mas que tampouco poderia ser por ele formulada fora dela.

Do sujeito ao objeto

Em nossa questão sobre a permanência subjetiva, sobre o que parece dar ao sujeito a sustentação de um eixo que perdura no tempo, encontramos, primeiramente a pulsão e no ponto que lhe causa, o objeto *a*.

A lei da linguagem, que faz o sujeito abandonar a natureza, a possibilidade de correspondência total entre necessidade e a satisfação, deixa um resto e esta hiância é o objeto *a*. É em torno dele que a pulsão vai circular e insistir em ser satisfeita. É em volta disso que se orientará a repetição. É este ponto que causa o desejo, que causa o movimento da pulsão em busca de satisfação. Uma satisfação sempre desconstruída, que retorna à fonte com o signo de um fracasso, e que ainda assim insiste e persiste em sua meta. É desse objeto mítico, impossível e para sempre perdido de que a pulsão vai retirar energia para alimentar a vida e em seu eterno retorno, desenhar esta forma resistente, ignorante, mas profundamente fascinante que é a história do sujeito.

O trabalho no meio fio

A escolha de escutar Madalena e fazer desta escuta um caso para esta pesquisa foi implicada por diversos determinantes. Madalena carrega uma história única, paradigmática em relação as mudanças de ambientes e contextos que promove ao longo da vida. Como uma mulher negra de periferia, caminhou pelos circuitos que se lhe abriram, uns mais voluntários do que outros. Madalena foi dona-de-casa, foi chefe do tráfico, proprietária de fazendas e helicópteros, foi mãe, presidiária, cozinheira, enfermeira e manicure, foi militante, foi filha, irmã e mulher.

Caso esta dissertação não se inscrevesse dentro do campo da psicanálise, seria possível falar apenas a respeito destes predicados, do seu lugar na cultura, sua determinação superestrutural e partir da trama entre o já sabido a este respeito. Mas não é disso que trata este trabalho. Aqui buscamos, através da escuta, não a confirmação da hipótese prevista pela trama teórica, nem a restauração de antiquadas crenças civilizatórias na capacidade do homem ou dos coletivos. Não nos interessa a redenção. Interessa a escuta nua, aberta aos efeitos dos encontros com o real, com a narrativa possível de uma vida atravessada por todas estas variáveis culturais e sociológicas, mas principalmente pelo desejo. Esta pesquisa, em psicanálise, aposta na verdade singular do desejo, manifesta em toda sua contradição. Interessa saber como Madalena se relaciona com estes predicados, com estas determinações estruturais. Caminhamos com o trabalho por um meio fio, entre o sujeito e a política, entre o desejo e o capital, entre a hiância e cultura.

Antes de passar a apresentação do caso, é preciso ainda lembrar a advertência de Ana Cristina Figueredo (2004):

Nunca é demasiado lembrar que o *caso* não é o sujeito, é uma construção com base nos elementos que recolhemos de seu discurso, que também nos permitem inferir sua posição subjetiva, isto é, se fazemos uma torção do sujeito ao discurso, podemos retomar sua localização baseando-nos nesses indicadores colhidos, do dito ao dizer (Figueredo, 2004, p.79)

Também neste estudo de caso não nos encontramos identificados a um ideal de representação fidedigna e total a respeito das vivências do sujeito por nos propormos a contar sua história. Isso seria nada menos que um delírio. A ideia, a construção do caso é um fragmento, uma janela para um trecho narrado de uma vida, ela se origina do encontro entre a narrativa do sujeito da pesquisa com a escuta do pesquisador, é um encontro singular entre sujeitos singulares. O estudo de caso apresentado aqui é um testemunho deste encontro, não a realidade em seu retrato. Também por isso nos permitiremos avançar na interpretação do além-dito, o que não foi escutado de forma explícita, mas que se deixou antever neste encontro e que nos autoriza a uma leitura além, meio ficção, meio retrato, mas que deve ser tomada pelo leitor também através desta indeterminação, para que não extrapolem aos propósitos deste trabalho.

Limitantes do trabalho e das conclusões

Esta pesquisa se constrói a partir de um caso que não enveredou pelos caminhos da clínica. Nossa escuta se limitou a recolher o relato, escutar o que era possível ser dito, sem poder oferecer mais que isso em troca. Neste sentido, o trabalho sofreu significativas limitações que se apresentam mais claramente neste momento de análise, como desautorização a maiores conclusões ou generalizações.

O primeiro fator limitante de acesso à sua história foi a escassez de tempo disponível para as entrevistas de pesquisa. Foi possível realizar, ato todo, três entrevistas, com duração de 40 min cada uma. Assim sendo, não houve tempo suficiente para estabelecer e trabalhar com a transferência do sujeito, e conhecer desta forma seus modos de fazer laço, nem de verificar sua posição na fantasia. O que não nos permite agora enveredar pela via da interpretação diagnóstica, nem acerca da estrutura clínica que sustenta estas repetições. Esta prudência em relação ao alcance das conclusões deste trabalho foi elaborada por Maria Rita Kehl, durante um proveitoso encontro que cedeu em seu consultório, para tratar desse caso. Assim fazendo, ela fazendo retirou deste trabalho o peso do diagnóstico, apostando na sua potência verdadeira, que é a da análise da narrativa de uma história de vida profundamente singular.

Em segundo lugar, por não ser um trabalho de escuta clínica, durante as entrevistas não nos permitimos abordar analiticamente certos temas e histórias que causavam visível angústia e sofrimento no sujeito, onde certamente residiriam questões e conexões relevantes para a apreensão da sua enunciação. Por isso limitamo-nos a escutar o que foi possível ser dito pelo sujeito em cada momento, segundo sua vontade e desviando inclusive o assunto, quando ele parecia provocar demasiado sofrimento. Dar primazia ao sujeito na pesquisa significa sacrificar pontos do relato, que seriam relevantes para a produção do material de investigação, em nome do bem estar do sujeito que se escuta.

No relato da história de vida de Madalena a surpresa, a repetição, o destino, aparecem com frequência e em detalhes suficientemente nítidos e é este material que possuímos para construir a análise deste caso. É através desses eventos que lhe aparecem de forma tão acidental e, ao mesmo tempo, tão conhecida, que nos é possível antever o circuito da repetição, do trauma e conseqüentemente, da constituição do sujeito. Temas que nos interessam abordar nesta análise.

A partir da admissão destes reverses da pesquisa, da impossibilidade de explorar certos temas, do curto período de escuta, da modalidade da relação para uma investigação em relação à transferência, apresenta-se aqui um material possível, contudo valioso, caso seja aplicado sobre ele a leitura ajustada ao que ele pretende revelar. O trabalho a que nos empenhamos aqui foi o de mapear os elementos da repetição em sua história, escandir os significantes orientadores de seu discurso, analisar a transferência incipiente que se formou e com estes elementos poder discutir com o arcabouço teórico psicanalítico o que seu discurso revela em conexão com os conceitos existentes com que se relacionam. Em outros termos, colocamos a teoria a trabalho a partir do caso.

Apresentação do caso

O primeiro contato que tive com Madalena foi em 2012, durante um estágio de vivência, em uma ocupação urbana, organizada por um coletivo político de disputa por moradias, através do relato de algumas pessoas que a conheciam e admiravam sua trajetória, que passava pelo tráfico de drogas e desembocava em uma militância reconhecida por estas pessoas. Algo ali me despertou a vontade de conhecê-la pessoalmente, escutá-la ela e a outros sujeitos que conheci, com trajetórias de vida parecidas. O que efetivamente ocorreu em 2014, através desta pesquisa. A fim de escutar estas histórias a partir dos sujeitos que as viveram, sem mediação, nem proteção, procurei inserir este trabalho no campo de pesquisa da psicanálise. E aqui se encerra minha história sobre Madalena. O que segue é a história que ela me contou e que me fez abdicar de todos os outros sujeitos de pesquisa, para poder me dedicar à sua narrativa.

Dos encontros

Todos os quatro encontros que tive com Madalena aconteceram na sede da organização política que ela participa, na quarta feira, das 10h30 às 12h, horários datas e locais todos estipulados por ela, em caráter condicional da sua participação. Os encontros variavam de 40 minutos à uma hora de duração. Madalena faz parte desta organização política, mas, nas quartas, ela também trabalhava ali como faxineira da sede, e como manicure para algumas militantes da organização, trabalhos pelos quais ela era, de fato, remunerada.

O corte

O interesse em escutar a história de vida de Madalena, a partir de seu próprio relato, era o que de fato movia o desejo por este encontro. Porém, como afirma Jefferson Pinto (2008, p. 78) no caso da pesquisa em psicanálise, quem está em relação de transferência com o objeto, com o sujeito que detém um suposto saber sobre o que lhe causa, é o pesquisador. É ele quem julga que existe algo no seu objeto, no sujeito que se faz objeto da sua pesquisa, um saber que lhe interessa para responder a algo seu. O sujeito do outro lado da pesquisa não tem, portanto, qualquer compromisso com esse desejo. Ao contrário do processo de análise, ele não vem ao pesquisador para lhe pedir nada, nem julga que ele possa saber nada de útil sobre e para ele. Se o desejo em questão na pesquisa é o do pesquisador, como, então justificar esse interesse na escuta, como poderia eu pedir que ela me contasse sua vida, baseado nestes motivos tão impregnados de fantasias e que tão pouco lhe dizem respeito?

Resolvi contar-lhe a verdade, alguma verdade possível de ser formulada ainda na forma um convite. Disse a ela que estava interessada em escutar, para a pesquisa, a história de vida de pessoas que fizeram movimentos de mudança radicais em sua vida, em movimentos que desaguarão no vínculo com o movimento político e social, e que a sua história era paradigmática neste sentido: “*Você viveu mudanças bastante radicais na sua vida até aqui, não é?*”. Ao que ela me responde: “*Não, eu não mudei, eu sou a mesma. Não foi uma mudança, foi uma adaptação*”. Intervenção que produziu grande parte do trabalho da pesquisa até aqui, como já dissemos.

Durante a primeira entrevista, eu retomo esta sua fala e formulo com ela uma questão: “*Você diz que não foi uma mudança... por quê? O que não mudou?*” ao

que ela me responde: “Sabe, Dani, o que não mudou, foi minha ambição. Eu gosto muito de dinheiro! Mas eu gosto muito! Eu gosto mais de dinheiro do que de mim... Sacou?”, “a minha adaptação é questão, acho que, de sentimento, de humanidade. Agora de arrependimento, não tem nada. Sacou?”.

História de vida

Madalena tinha 31 anos quando nos conhecemos. É uma mulher negra, jovem, alegre e vaidosa. Suas unhas sempre longas, coloridas e muito bem feitas por ela, se faziam notar em seus gestos; no antebraço direito ela guardava uma tatuagem com o nome do marido em letra cursiva. Madalena é a filha mais nova de Dona Carminha e é a sua única filha mulher. Os outros irmãos, filhos de outro pai, são todos muito mais velhos do que ela. Sua mãe foi casada até os 30 anos de idade com o pai destes 5 irmãos de Madalena:

- Minha mãe, quando ela engravidou de mim, minha mãe tinha 47 anos. Quando ela engravidou de mim, ela... era viúva há 17 anos. Ela namorou meu pai, uma transa só, engravidou, cada um pro seu canto, aí um belo dia, meu pai viu ela comigo – 5, 6 anos depois – e perguntou se... quem era eu. E ela foi e contou: ‘aquela noite, tal, eu engravidei...’ Meu pai foi e correu atrás e me registrou. Mas eu... eu vi meu pai só duas vezes. Foi com essa idade e depois quando morreu. Também não lembro da cara dele.

Durante a primeira entrevista, Madalena olha muito para o gravador e fala de forma cortada, como quem planeja se aquilo que pretende dizer é publicável ou não. Depois de dar por encerrada esta entrevista, desligo o gravador e Madalena adquire outro tom, menos efusivo, um pouco mais melancólico e relata um episódio difícil de sua infância. Conta que com sete anos de idade, foi com a mãe visitar o irmão na prisão e que, pela primeira vez, lembra-se de ter visto sua mãe sofrendo muito. E que foi nessa época, com 7 anos, que menstruou pela primeira vez. Já adolescente, Madalena vai com a mãe reconhecer o corpo deste mesmo irmão no IML.

Ainda com o gravador desligado, Madalena conta que tem muito medo de polícia, ou qualquer profissional que se pareça com policial, bombeiros, por exemplo. Conta que tem sentido muito medo de tudo, e que, outro dia, estava parada dentro do carro, ficou assustada imaginando que um caminhão fosse vir por trás e amassá-la dentro do carro. Conta que todos estes medos, somados a ‘essas experiências’ a têm feito sofrer muito ultimamente.

Seguiremos o relato de sua história de vida de maneira cronológica, conforme os episódios relatados foram acontecendo na vida de Madalena, para facilitar a apreensão do leitor sobre os aspectos fundamentais deste caso.

Madalena conta que desde que ‘aprendeu a pegar ônibus’ ia ao cartório do bairro em que morava ‘ver o povo casar’ e que este sempre foi seu grande sonho. Aos 10 anos de idade, Madalena participava do grêmio estudantil da sua escola e também fazia parte de um grupo de amigos que andava de patins por Belo Horizonte, grupo onde conheceu Camargo, seu atual marido, mas que até então eram apenas amigos.

Com 12 anos Madalena começou a namorar um rapaz que não pertencia a este grupo e, com 15, ela engravida dele e aí nasce João, seu primeiro filho. Neste

mesmo tempo, Camargo se casou com uma garota que também estava grávida de um filho dele. O grupo se separou nesta época. Madalena foi morar com o pai de João – como se refere a ele em todas as entrevistas, nunca pelo nome próprio - e conta que sofreu diversos tipos de violência nesta relação e que esta foi sua primeira “prisão”. Seu filho João vive com Dona Carminha desde os três meses de idade, em sua casa. Madalena conta que sua mãe o levou para sua casa em um dia em que ela não estava ali, *“ela me falou que o filho era dela e tudo... E o João adora e faz companhia, né?”*. Conta que, mesmo quando foi morar com o atual marido na casa deles, João não quis vir com eles e optou por continuar morando com a avó.

Quando João completou cinco anos, Madalena decidiu separar-se e retornar pra casa da mãe. Seis meses após terminar esta relação, saiu para dançar forró e reencontrou Camargo em um bar. Conta que os dois conversaram brevemente, que ele lhe contou que a pessoa com quem havia se casado naquela época perdera o bebê durante a gravidez e que, por isso, ele não tinha filhos até então. Ela diz que estava solteira também e os dois trocaram telefones: *“no dia dezessete de julho... de dois mil e qu...de dois mil e quatro, ele me ligou”, “mentira, ele não me ligou dia dezessete, ele me ligou no dia... 15”, “eu saí com ele no dia 17, e a gente conversou e tal... começamos a namorar”*. Com 21 anos, após 15 dias do início deste namoro, Madalena engravidou de Camargo.

É interessante apontar aqui que Madalena passou cinco anos morando com seu primeiro companheiro e com ele teve apenas um filho. Com Camargo também, em 10 anos de relação teve com ele somente um filho. Isto é, Madalena sabe bem como evitar uma gravidez indesejada. O que faz pensar que há algo em Camargo que parece despertar o desejo de ter com ele um filho. Ela descreve Camargo como ‘mulherengo’ como o primeiro do grupo a se casar, o que inscrevia para ela uma relação marcada pela impossibilidade de ter filhos. Ainda assim, algo Madalena parece encontrar neste homem para revesti-lo com o desejo de casar e ter filhos com ele. E é a partir desta gravidez que Madalena entra no tráfico de drogas:

- Aí, foi que eu entrei no tráfico, porque ele... não tinha nada de dinheiro dentro de casa. E eu grávida – uma gravidez de alto risco e tal – e eu precisava de trabalhar. Eu não conseguia trabalhar, e ele também – tudo que ele ganhava era pra usar droga... Aí veio a primeira... a primeira proposta.

Segundo ela, a gravidez era de alto risco porque *“tinha um excesso de adrenalina muito grande. Bebê não podia ficar na minha barriga. Com 5 meses, ele já queria nascer”*. Pergunto a ela sobre a origem de tanta adrenalina e ela responde que estava se sentindo sob muita pressão:

- Mas tem uma parte nessa história que eu não consigo lembrar. Tem uma parte que eu... parece que deu branco, sabe? Eu não consigo lembrar. Do sétimo mês de gestação, até eu ganhar neném (...). Dá uns flashes, mas eu não consigo lembrar (...). Eu vou chorar, eu não dou conta. Não dou conta mesmo”. “Tem um espaço que não preenche, sabe? Meu irmão, também que... meu irmão faleceu quando eu tava grávida, eu não consegui olhar pros meus primos”. Pergunto se entendi corretamente o que ela havia dito, se ela, então havia perdido outro irmão nesta época e ela responde: *“Não, grávida, não... Minto. Quando eu tava presa”, “não consigo lembrar do rosto*

dele... meu sobrinho, não consigo lembrar. Perde... perdi o rosto, assim. Dá um branco, sabe? Eu lembro da voz, eu lembro do jeito de andar, mas o rosto eu não lembro” (...)
“Parece que eu não tive vida, que eu morri esses dias... esses meses”.

Neste ponto já não é possível decifrar se Madalena referia-se ao período da gravidez, quando ela entra no tráfico, ou ao momento em que perde o segundo irmão, o mais velho quando já estava presa, 2 anos depois da gravidez. De toda forma algo importante se embaralha aí, o esquecimento é o mesmo, é um branco, uma morte. Três episódios se enlaçam na angústia deste momento do relato: a gravidez, a prisão, a entrada para o tráfico e todos parecem relacionar-se com a morte do irmão. Retornaremos a isso mais adiante.

Madalena, grávida de 5 meses, do segundo filho, em 2004, faz suas primeiras viagens para buscar a droga em outro país. Nesta época, Camargo era viciado em crack, porém Madalena diz a ele que ‘não ia ficar com ele drogado’ e Camargo pára de usar a droga. Ele entra para o tráfico como seu funcionário e os dois continuam a relação amorosa e de trabalho. Conta que foi durante a terceira viagem que fez para buscar drogas que Lucas nasceu. Madalena começa a traficar crack e a ganhar muito dinheiro já desde o início. Conta que movimentavam uma média de 100 mil reais por semana. Compraram com este dinheiro uma fazenda, um helicóptero e duas carretas para transportar a droga. Tinham 37 funcionários espalhados pela América do Sul. Na época, eles também geriam um salão de beleza, que era usado pra lavar o dinheiro do tráfico – e foi aí que Madalena aprendeu a fazer unhas.

Conta que sentia vontade de parar, pois tinha medo de ser presa, medo do que poderia acontecer com seu filho que já dormia todas as noites com colete a prova de balas e ela com o revólver do lado da cama. Também queria sair do tráfico, pois, segundo ela, *“não tinha tempo para nada”*. Trabalhava muito e não conseguia nem bem aproveitar o dinheiro que ganhava. Diz que tentou várias vezes sair, mas que sempre que tentava, lhe era oferecido mais dinheiro por cada venda e assim ela *“foi ficando”*. Como ela mesma nos diz, sua ambição é muito grande: *“Eu gosto mais de dinheiro do que de mim... Sacou?”*.

Diz que quando começou a sentir medo de ser presa, um ano depois, foi presa: *“parece que chama, né?” “e assim foi, foi, foi... até eu ser presa”*. Na véspera de seu casamento, no dia 22 de novembro de 2006, às 6h40 da manhã, Madalena e Camargo foram presos. *“foi tudo à leilão. Eu tinha umas joias... Eu tinha a fazenda... foi pra leilão... tudo a leilão... fiquei pobre. Meu salão de beleza... foi tudo a leilão. E agora eu tô aqui, pobrezinha de marré deci”*.

Ao ser presa, Madalena é levada para uma penitenciária fora da cidade de Belo Horizonte, e ali ela deveria permanecer 30 dias sem poder receber visitas, em *“triagem”*. Madalena inicia esta história com a sentença: *“Sabe qual foi o dia mais triste da minha vida?” “Dois. Tem dois... muito triste”*. E inicia a narração de um episódio que se passou perto do Natal, quando ainda estava neste presídio, fora de Belo Horizonte. O diretor do presídio chamou *“as presas que estavam de triagem e as presas que estavam de castigo”* e disse que iria liberá-las para visitar a família no Natal... Madalena interrompe o relato e diz: *“Não vou falar, não... Não vai dar”*. Este elemento fica como perdido pra sempre nesta história recontada, inacessível a nossa interpretação.

Madalena ficou neste presídio durante um total de cinco meses, sem receber visitas. No dia 30 de março de 2007, Madalena é transferida para o presídio em Belo Horizonte e sua mãe vai visitá-la. Nesta visita, ela lhe conta que seu irmão mais velho havia falecido no dia anterior em São Paulo: *“ela foi lá na cadeia me dar a notícia... não tinha lugar pra mim, naquele lugar... não tinha lugar...”*, *“fiquei com dor de cabeça uma semana direto porque eu só pensava assim: minha mãe não vai aguentar... a minha prisão, meu irmão... ela não vai aguentar”*, *“aí não deu pra ver... é muito ruim... foi uma das coisas muito ruim... Ele foi enterrado no dia em que nasceu: dia 1 de abril”*.

A morte deste irmão e a impossibilidade de vê-lo e de velá-lo foi para Madalena um golpe muito duro do destino. É esta morte que aparece confundida com o relato do período esquecido da gravidez. Madalena diz que se esqueceu do seu rosto e que desde então não pode mais vê-lo. Consegue reconhecê-lo nas fotografias, mas que no instante seguinte, a imagem se perde: *“Eu lembro da voz, eu lembro do jeito de andar, mas o rosto eu não lembro”* *“ele era lindo... lindo mesmo. E... até dói a cabeça tentando lembrar”*.

Após este episódio dramático, Madalena passou ainda mais quatro anos na cadeia, anos em que também viveu momentos intensos e positivos, momentos que foram construídos por ela ali dentro. Madalena encontrou no saber e nos estudos uma forma de ocupar seu tempo na prisão. Ela, que já havia cursado o Ensino Médio, decidiu refazê-lo ali dentro da cadeia. Quando finalizou este curso, ela conta: *“eu tentei um povo lá, ‘ah eu vou fazer vestibular’. Eu tenho muito essas... essas coisas sabe? De gerar ideia nas pessoas”*. O que, segundo ela, foi muito ruim *“porque as dona da cadeia num gosta. Que é... da mesma facilidade que eu tenho de mobilizar o povo pra isso, então teria mobilidade pra fazer uma... uma rebelião”*.

Madalena estava interessada em fazer o curso técnico de Enfermagem e no intuito de viabilizar esta ideia, procura o Seu Evaristo, pois era ele quem, na época, aliado à organização política, ajudava a promover o acesso das presas a vários direitos por elas garantidos. Na conversa, Madalena disse a ele: *“aqui, o negócio é o seguinte, eu sei que o senhor consegue um monte de coisa aí pra fora aí, eu queria só que o senhor conseguisse pra eu sair pra fazer um curso”*. E conseguiram. Madalena saiu com outras 4 presas para fazer o vestibular fora da cadeia.

Conta que foi então que conheceu Margarida e que ela lhe olhou nos olhos, cumprimentou com um beijo no rosto e as acompanhou até o carro. Madalena conta que ficou emocionada com seu gesto, já que segundo ela, de acordo com as normas da cadeia, *“não pode fazer isso... preso tem que andar de cabeça baixa.”* Neste dia, foram até o local do vestibular em um carro comum, sem algemas nem uniforme e esta foi a primeira vez que Madalena saiu do presídio depois de um ano e meio em regime fechado. Conta que, no caminho, quando passavam em frente ao Parque Municipal, Madalena foi às lágrimas: *“seria aonde eu ia fazer as fotos pro meu book, que eu ia casar...”*.

Enquanto esteve presa, Madalena fez o curso de graduação em enfermagem. Conta que o desejo de cursar enfermagem veio da época em que cuidou da sua avó, em 2001. Segundo ela, a avó morava sozinha em uma cidade distante de Belo Horizonte e

que quando chegou à casa dela, estava só *'pele, osso e sujeira'*. Ela largou o trabalho para se dedicar aos cuidados com a avó até quando faleceu.

Madalena começou a estudar e também a trabalhar em um salão de beleza e por isso logo foi transferida para o albergue do presídio. Lá também provocou mudanças no cotidiano do lugar: conseguiu reabrir a cozinha que estava interditada ao uso das presas, inclusive com o direito ao uso de facas; exigiu eletrodomésticos para a cozinha e também a liberação de entrada de alicates para que elas pudessem fazer as unhas.

Madalena não concluiu o curso de Enfermagem até hoje, pois não está conseguindo pagar as matérias em que foi reprovada na época e a bolsa que ela conseguiu não cobre matérias reprovadas. Agora, ela sonha em cursar Gastronomia. Diz que gosta muito de cozinhar e que é referência no assunto dentro da organização, que seu filho também gosta de cozinhar e gosta muito da sua comida. Sua mãe também fica muito orgulhosa quando as pessoas elogiam a comida dela: *"Cozinho tudo... tudo! Tudo que é festa chama a Madalena... tudo que é evento, chama a Madalena (...). Eu sou importante na comida... Até no meu casamento eu cozinhei"*. A respeito desta mudança no interesse pelos cursos de graduação, pergunto à Madalena se ela encontra alguma semelhança no seu interesse pelos dois assuntos: *"O cuidado"*.

Seu envolvimento com a organização política, da qual faz parte até hoje, iniciou-se naquele primeiro contato com Margarida, no dia do vestibular. Desde então, Margarida tornou-se grande amiga de Madalena e essa foi muito importante para a conquista e a defesa de vários direitos seus dentro da prisão, tais como a saída para estudar e trabalhar, a redução de pena e o auxílio que deu também para seu marido no outro presídio. Margarida cumpriu um papel fundamental para a vida e para a saída deles da prisão. Madalena conta que ficou impressionada com seu trabalho, especialmente no dia em que saiu da prisão:

- 18 de março de 2010... Nove e quarenta e cinco da noite. (...). E nesse dia que eu entendi o que era realmente a militância, porque eu tinha conseguido meu alvará... Mas meu alvará tava impedido, a Margarida ficou no... Sentada até nove e quarenta e cinco da noite, até liberar meu alvará... Assim, como militância, porque nun... Eu nunca dei a ela um real... E a militância me ensinou isso, sabe? Me ensinou a dividir, me ensinou a escutar melhor, me ensinou a ver que o problema dos outros são maior do que os meus.

Madalena e Margarida formaram um vínculo de amizade muito forte. Conta que Margarida já comprou comida para sua casa, para ajudá-la a alimentar a família, deu dinheiro para ela se alimentar quando ela ainda estava no albergue e que uma foi madrinha de casamento da outra. Madalena conta que mudou bastante quando começou a militar, diz que sua *'solidariedade'* aumentou, que antes julgava que todos tinham oportunidade e culpabilizava individualmente quem se encontrava em situação de pobreza. Madalena engajou-se nesta organização em uma frente de trabalho com a população carcerária que objetiva o fim das instituições de detenção.

Madalena conta que Camargo *"é"* da organização, mas que não gosta de militar e que isso é ruim para ela, pois assim sendo, ela precisa *"militar pra dois"*. Pensa que ele se mantém na organização por causa de Margarida: *"Ele hoje milita por*

causa dela”. Mas ela diz que não quer que seus filhos militem: “*Porque militante sofre muito. O militante é igual gay. Sofre muito preconceito... galera persegue muito*”.

Apesar da ligação forte que ela tem com a organização, Madalena deixa claro que não acredita na Revolução, mas que se isso acontecesse, ela iria implantar bebedores de água com gás em toda a cidade, brinca. Também discorda de alguns pontos de vista da organização a respeito dos indivíduos que praticam o crime: “*fala que a galera que pratica um crime porque não tem... não tem condição de melhorar, né? Por falta de opção... Eu não acho que é por isso... Porque a opção você cria*”. É uma discordância significativa, visto que ela mesma cometeu um crime e afirma desta forma que não foi só por falta de opção que o fez. Isto aparece como uma afirmação clara de que também pode haver escolha e até desejo no crime, de que ali também há um sujeito. Madalena não se esquivava das consequências de seus atos, ela assume seu desejo implicado em todos eles, e talvez seja exatamente este elemento que faça seu relato ser tão cativante e paradigmático.

Apesar de ter nos dito, no início das entrevistas que a condição para a sua participação era que ela não precisasse falar do período em que esteve presa, logo essa condição cai e Madalena fala abertamente sobre esse momento. Ela inicia um relato dos efeitos do encarceramento sobre sua saúde mas, ao contrário dos outros relatos, este parece mais monótono, como se lesse uma longa lista de suplícios e sequelas físicas e psicológicas deste período:

- *[Eu tinha] 22 anos... Eu emagreci 40 quilos... 45 na verdade. Eu saí da cadeia pesando 55 quilos... Pele, osso e pescoço. Eu não tinha filhos, nada, assim, que me alegrava sair... [Quando saí] meu cabelo caiu... Eu comecei... Eu achei que era síndrome do pânico... Eu tinha medo de gente, eu tinha medo de qualquer pessoa... Voltar pra cadeia, entendeu? Tinha medo até de bombeiro... E meu cabelo caiu de uma forma, assim, que não dava pra entender... Caiu, caiu, caiu, cavei um buraco, assim, em vários pontos da cabeça.*

Escutando seu relato começo a sentir um intenso mal estar em testemunhar aquela narrativa exaustivamente descritiva destes suplícios e decido, então, interromper o seu relato como quem nega o papel de espectador gozoso de seu sofrimento. Com uma súbita troca de assunto, digo a ela que não estou ali para recolher um espetáculo, coloco meu limite de escuta, o limite à exploração indefinida do que lhe faz sofrer. Postura que Rosa corrobora:

A escuta que supõe romper barreiras e resgatar a experiência compartilhada com o outro deve ser uma escuta como testemunho e resgate da memória. O relato em si não basta, dado que pode ser apenas a repetição automática que se detém em atualizar o traumático. Também não me refiro ao relato que parece feito para saciar a curiosidade do outro, que passa mais por uma exposição do sofrimento para o deleite do outro, ou da exibição pelo grotesco - como se vê, frequentemente, na televisão. A escuta psicanalítica supõe, retomo aqui, a presença do outro desejante, em tudo o que ela implica de resistência do analista, usada agora como um contorno, uma borda organizadora do gozo sem limites (Rosa, 2002, p.11).

Transmito esta mensagem com uma interrupção, uma pergunta que retomava algo que ela havia dito no início da entrevista deste dia: “*Você antes estava*

falando que não sabia se já tinha encontrado a felicidade, ou se ela existia. Me diga, em que momentos você sentiu que havia encontrado essa felicidade?”. Ao que ela responde prontamente:

- Dia do meu casamento! Foi o dia mais feliz da minha vida... Sem sombra de dúvidas. Não teve nascimento de filho, não teve saída da cadeia, nada... dia do meu casamento. Eu sempre fui muito doida pra casar... Ainda sou porque não casei direito, quero casar ainda no litígio, com padre e tal. Na hora que o moço perguntou se eu queria ser... que eu aceitava o Camargo como meu marido, eu não conseguia nem falar de tanta felicidade... eu tinha medo dele fugir... Que ele já foi casado, né?

Madalena saiu da prisão um ano antes de Camargo. Ela conta que, durante este tempo, ele, ainda preso, namorou outra mulher e eles então se separaram. Camargo, então, noivou com esta mulher. Porém no réveillon de 2010, quando Camargo foi liberado, eles voltaram a namorar e ele lhe pediu em casamento: *“Ele voltou pra mim... depois que passou o réveillon de 2010 [Silêncio: suspiro longo, mexe nas unhas] É. Aí a gente voltou. Ele ficou noivo, a gente voltou. Ele ainda continuava preso”, “e quando ele saiu de vez, aí a gente casou no civil”.*

Durante das entrevistas, Madalena constrói algumas tentativas de síntese de tudo que viveu, buscando com isso imaginar o seu futuro. Ensaia fazer pontos de *cappitoné* e escansões que possam balizar suas experiências, nomeando-as. Nessa seriação foi que encontramos as repetições, os vazios e seus pontos de fuga. Ela diz que vivia em uma *“prisão particular”* durante o primeiro casamento: *“Era eu e eu, né. Então não tinha muita coisa pra falar, porque minha vida se resumia em cuidar dele, cuidar do João, cuidar de casa. Aí eu fui pra cadeia, então, quando... quando eu fui pra cadeia, eu já tinha... tinha passado pelo tráfico, tinha outra história, né?”.* Essa fala é interessante, pois mostra como Madalena, de fato, assume e subjetiva as consequências de seus atos e toda sua história de vida. É a partir do tráfico que ela sente que tem história para contar. Diferentemente de um movimento de alienação à demanda do Outro, com o tráfico ela responde por uma nova forma de gozo, advinda da satisfação que obtém com o objeto dinheiro. E o momento no tráfico se inicia a partir da segunda gravidez.

- Não é uma mudança, é uma adaptação. Eu me adaptei. Eu me adaptei por quê? Antes de eu ter sido presa, eu apanhava do meu marido, eu morava em dois cômodos, eu não tinha luxo nenhum. Aí eu separei desse cara, vendi droga, fui uma das traficantes maiores de Belo Horizonte. Eu tinha dinheiro a dar com pau, tinha helicóptero!... Fui presa, fiquei presa quatro anos, saí da cadeia e tive que adaptar de novo ao mundo aqui fora. Aí já tinha passado pela turbulência do primeiro marido – que eu me adaptei àquela situação... Eu não acostumei com aquilo, né, a gente não acostuma... Adaptei-me a ter dinheiro, aí voltei a não ter dinheiro, me adaptei de novo, com um mundinho ali, no quadrado da cadeia. E a organização, a mesma coisa: eu me adaptei com... Porque o jeito da galera pensar, é uma viagem muito louca. E isso me... Me fez adaptar ao mundo deles, sabe?

Análise do caso

Os episódios de repetição na história do sujeito fornecem o acesso privilegiado àquilo que causa sua existência. O traçado da repetição do trauma em busca de significação permite encontrar o fio desencapado que irrita e ao mesmo tempo energiza a mola de propulsão da vida, não em linha reta, mas uma forma espiral, em voltas sobre o mesmo centro. A repetição aparece como surpresa, como encontro com o real. O sujeito se vê tomado por algo que lhe é estranho, e ao mesmo tempo, intimamente desconhecido, familiarmente estranho, é tão absurdo que só pode lhe pertencer – é um re-achado.

Também aqui, neste caso, o trauma aparece como repetição, como surpresa, como impossibilidade repetida em diversas, variadas e inventivas formas. Não a repetição do mesmo, mas a da experiência já conhecida, produzida em uma outra cena. É de se admirar que em algo que remete tão fortemente à monotonia seja, em verdade, um movimento dotado de tamanha capacidade criativa. Tentar integrar o irrepresentável é tarefa árdua, reencontrar-se consigo dói, exige anos, exige vidas. Estes que são os elementos básicos do que se poderá chamar depois história de vida.

Ela inclui o sem-sentido, no qual Lacan (1969-1970/1992) aloca a verdade. O não senso tem seu peso exatamente aí – as formações do inconsciente a revelam nesse “*puis sans*” (depois do sentido) ou “*puissance*” (potência) radica uma “potência totalmente diferente desse *em potência*, virtualidade imaginária, que só é potência por ser enganadora” (Lacan 1969-70/1992, p. 54). A potência à qual Lacan se refere aqui diz respeito a esse ponto que escapa ao ser como intensidade a ser realizada. Por isso “nós não somos *sem [pas sans]* uma relação com a verdade” (Lacan 1969-70/1992, p. 55).

O trauma se faz no *après-coup*, no movimento seguinte de captura da verdade, não toda, que já levanta voo no mesmo movimento. Antes disso, ele é apenas uma impressão intensa, um afeto sem recobrimento, desconectado de qualquer significante ou representação. O trauma se constrói no encontro entre este afeto primeiro com uma representação, por um significante que lhe assume (Berta, 2015). A repetição do trauma está vinculada ao desejo de tornar-se senhor do que o faz sofrer, de integrar o inintegrável, de registrar o impossível de inscrever (o Real). Esta tentativa nunca é somente repetição, pois a representação “escolhida” pelo afeto demanda uma inventividade, pois o objeto, o evento-em-si, está perdido. É deste movimento de retorno, de repetição inventiva que emerge o sujeito. O real do evento traumático aparece primeiro como acidente; a tentativa de resolução vem depois, como tragédia.

Em *Tiquê e Autômaton*, Lacan (1964/2008, p. 65) afirma que: “A repetição demanda o novo”. E, de fato, quão novos e fantásticos são os movimentos que Madalena lança mão no intuito inconsciente mesmo de repetir. Podemos notar, em todo seu relato, dois pontos, duas vivências que carregam a intensidade irrepresentável do trauma e que vão coordenar diversos movimentos de retornos sobre si ao longo da sua vida:

1º - A visita ao irmão preso aos sete anos de idade e a menstruação precoce que aparece neste momento. E, logo depois, sua reedição durante a adolescência, na visão deste mesmo irmão morto e o sofrimento da mãe com esta perda.

2º - O pai que registra um vínculo sem engajar-se nele.

Será em torno desses dois analisadores que organizaremos os eixos de nossa escrita nessa parte de discussão dos dados.

Primeiro Eixo

A respeito do primeiro episódio, sua força pode ser constatada na menarca precoce de Madalena frente a experiência do irmão preso, o que indicaria a perda da infância, uma passagem forçada pela visão da morte sem proteção. Dada sua dificuldade de precisar datas, podemos mesmo marcar o incidente como “*fixional*”, no sentido de fixar uma forma de gozo, a partir de uma impossibilidade de representar a experiência de deslocamento que ela vivera.

Ela acompanha a mãe nestes momentos brutais de sua vida, a mãe não se separa dela nem para visitar o filho, nem para ver seu corpo morto. Madalena fala disso como uma experiência inaugural: “*Eu nunca tinha visto minha mãe sofrer daquele jeito*”. Na sua relação com a mãe e com a morte algo muda a partir daí e a menstruação, ou um gozo suplementar aí produzido, aparece como um sinal desta intensidade.

Podemos supor que, nesse momento, Madalena se depara com um vazio de significação. No ponto de onde ela mirava-se, numa imagem virtual de completude face aos olhos da mãe, há um movimento de deslocamento. Ao verificar o irmão como objeto que captura esse olhar, retorna sobre ela a pergunta quem eu sou, na forma invertida do “*che vuoi?*”, ou “o que o Outro quer de mim?”.

A cena que desloca a resposta de Madalena ao desejo do Outro materno, onde, até então, ela encontrava maneira de se alojar [como objeto], deixa como sequela o enigma da própria pergunta: “que queres?”. “*Trata-se, nesse ponto preciso, de saber o que desejamos formulando a pergunta. É aí que ela deve ser compreendida. E é aí que intervém a falta de significante de que se trata no Φ [na dimensão simbólica] do falo*” (Lacan, 1960-61/1992, p. 239).

O que faz o sujeito precipitar-se como resposta em ato – menstruação real ou ficcionada - é justamente a evitação da verdadeira resposta, do aparecimento do sujeito como desejante. Ao fugir dessa posição inscrita no “deixa-te ser”, o sujeito se identifica, no nível do ideal, ao que “deveria ser” como resposta invertida e alienada ao campo do Outro (Guerra, 2004, p. 5). Trata-se de um primeiro nível de alienação, inconsciente, que engaja Madalena ao campo do Outro como objeto que busca suturar sua falta com seu próprio ser.

Nesse ato, sua resposta desloca-se e parece se apoiar na imagem cativante do irmão, que comove e captura o olhar da mãe. Esse parece se tornar o ponto de onde, na adolescência, ela pode constituir uma resposta de gozo como sujeito ao seu ser feminino.

É logo após a morte do irmão, com 12 anos de idade, que Madalena inicia a relação amorosa com o pai de seu primeiro filho. Aos 15 anos, ela engravida e o filho que nasce, ela o entrega para a mãe. Há algo nessa gestação que carrega uma reparação pela via do feminino, do útero, o mesmo lugar afetado pela experiência da prisão do irmão.

Isso retorna na segunda gravidez de Madalena, no seu verdadeiro ato falho: *“Meu irmão, também que... meu irmão faleceu quando eu tava grávida... Não, grávida, não... Minto. Quando eu tava presa”*. Esta fala está articulada ao esquecimento do período entre o sétimo mês de gravidez e o nascimento do filho na segunda gravidez. Um período aparentemente aleatório, mas que também carrega um enunciado sutilmente repetido, um período impossível, entre os sete meses da gravidez e o nascimento do segundo filho; entre os sete anos de idade e o nascimento do primeiro filho.

Ainda há outro elemento que se enlaça nesta história *a posteriori*, atualizando sua solução: a perda do segundo irmão, enquanto Madalena está presa, impossibilitada de acompanhar a mãe: *“fiquei com dor de cabeça uma semana direto porque eu só pensava assim: minha mãe não vai aguentar... a minha prisão, meu irmão... ela não vai aguentar. Ela foi lá na cadeia me dar a notícia.... não tinha lugar pra mim, naquele lugar... não tinha lugar...”*. O sofrimento aparece como uma falta de lugar, reeditando sua ejeção, na infância, como objeto do campo do Outro.

Este espaço que lhe acomete ao receber a notícia na prisão parece ser também, multideterminadamente, o correlato de um espaço não preenchido na memória a respeito de sua gravidez: *“Tem uma parte nessa história que eu não consigo lembrar. Tem uma parte que eu... parece que deu branco, sabe? Do sétimo mês de gestação, até eu ganhar neném... Tem um espaço que não preenche, sabe?”*. Brancos, lapsos, lacunas de memória, faltas que transbordam excessos na experiência de borda que inaugura na passagem brusca da infância à adolescência como mulher. Vivências tão impossíveis de integrar que permanecem longe de seu alcance, como fragmentos presos em outro campo da memória, impublicáveis.

De toda maneira, não é à toa que toma a escrita de sua história apenas quando se torna, ela própria, o objeto que sidera o olhar do Outro, quando ela mesma se torna a criminosa. No primeiro casamento, *“não tinha muita coisa pra falar, porque minha vida se resumia em cuidar dele [companheiro], cuidar do João, cuidar de casa. Aí eu fui pra cadeia, então, quando... quando eu fui pra cadeia, eu já tinha... tinha passado pelo tráfico, tinha outra história, né?”*. A partir daí ela se realoca no desejo do Outro e encontra um lugar onde se alojar. Ela se escreve como corpo sexuado na cena da cidade e da família.

De toda forma, algo importante se embaralha aí, o esquecimento é o mesmo, é um branco, uma morte. Três episódios se enlaçam na angústia deste momento do relato: a gravidez, a prisão, a morte dos irmãos. Todos marcados pelo mesmo esquecimento. Ora, o que é verdadeiramente esquecido não faz falta à memória, a marca da impossibilidade de relembrar é a marca de que o acesso ao conteúdo está barrado pelo peso do recalque.

Madalena sabe disso, ela me conta que conversou com a psicóloga da penitenciária sobre esse esquecimento ‘estranho’ e que esta lhe disse que: *‘isso era a minha defesa’* e eu lhe pergunto: *“Defesa do que?”*. Ela responde: *“Minha defesa do sofrir... da... de eu sofrer menos, né? E eu não sei se isso é bom ou se é ruim”*. É uma explicação excelente, e que carrega um duplo sentido, uma fala verdadeira, que marca o lugar do traumático: *“é minha defesa do sofrimento”*. Leia-se: defesa *contra* o sofrimento e *em defesa* do sofrimento. Algo deste sofrimento, deste trauma permanece

protegido pelo véu do esquecimento e aparece a ela apenas como branco, como angústia, como real.

Madalena diz que a morte da avó e do irmão foram vividas de formas radicalmente diferentes por ela. Conta que, do rosto da avó, ela é capaz de se lembrar. Afirma que a diferença entre um episódio e outro foi a possibilidade de “*cuidar*”. No caso da avó, antes de sua morte, ela pôde cuidar dela. Ao contrário do que aconteceu com o irmão: “*Engraçado que... quando a vovó morreu, ela veio pra Belo Horizonte, e eu que cuidei dela. Cuidei dela até ela morrer. E dela eu lembro. E foi um sofrimento muito maior porque eu vi o sofrimento dela... e dela eu lembro, e dele não lembro (...)* eu acho que é porque eu não via ele, já tinha 5 meses que eu não o via”.

Tomar o outro como objeto de seus cuidados é radicalmente diferente da vivência de cair, ela própria, do campo do Outro como objeto sem significação. Aí está a diferença. O cuidado aparece no relato de Madalena como uma forma de assistir à morte, de tratar este acontecimento sem representação, elaborando a perda do objeto amado por ela, mas principalmente, pela mãe. O cuidado permite agarrar algo do objeto. Algo que, sem ele, cairia e se perderia. Tão central é o papel de restauração do cuidado para Madalena, que vivifica seu o desejo de estudar. Ambos os cursos que Madalena sonhou em cursar se assentam, segundo ela, sobre essa capacitação para o cuidado.

Madalena conta que não via este irmão há cinco meses, antes de ele falecer. Ela foi presa cinco meses antes de receber esta notícia. Ou seja, a impossibilidade de ver o irmão deu-se pela ocasião de sua prisão. E a sua prisão advém, segundo ela, da dificuldade em sair do tráfico, do que ela nomina como sua ‘ambição’ por dinheiro. Também há algo que ela paga com essa prisão, um prazer gozoso, o prazer da sua ambição, impossível de refrear. A ambição que segundo ela, lhe impede de sair do tráfico a tempo e que se desencadeia em uma tragédia. Trata-se de um gozo excedente que ela passa a extrair da posição que assume no crime, e do qual ela não consegue ceder, não consegue fazer, dele, causa de desejo. Seria necessária uma operação de subtração, para que do gozo acedesse ao desejo, nesse ponto em que é causada.

A prisão e a perda de um irmão se repetem de forma brutal, na perda de outro irmão enquanto ela é quem está presa. Sobre a sua lembrança incide uma proibição, uma punição sobre o olhar, sobre a capacidade de ver o rosto do irmão, oriunda talvez da culpa pela ambição: “Como se se elevasse uma voz punitiva que dissesse: ‘Posto que queres abusar de teu órgão visual para um maligno prazer sensual, te é bem merecido que não possas ver’” (Freud, 1996/1910a, p.214). A fórmula do sintoma da cegueira histérica parece retornar como sentença também neste caso.

Durante seu relato, Madalena apresenta as consequências físicas e psicológicas do encarceramento: o “medo de gente”, o medo de ser julgada, a dificuldade em entender “a maldade das pessoas”. Ela conta que, durante o período em que esteve presa, emagreceu muito: “*Eu saí da cadeia pesando 55 quilos... pele, osso e pescoço*” e que perdeu cabelo: “*meu cabelo caiu de uma forma, assim, que não dava pra entender... caiu, caiu, caiu, cavei um buraco, assim, em vários pontos da cabeça*”.

Neste pequeno trecho aparecem, claramente, as consequências devastadoras do encarceramento, dos ‘castigos’, da violência sofrida e também fica evidente como o sofrimento e a falta de cuidado, para Madalena, estão relacionados à alimentação, ao

corpo desnutrido. O corpo feminino seca. Ao descrever a avó moribunda, ela também utiliza esta referência: *“Ela chegou aqui numa situação assim, pele, osso e sujeira”*. Assim, ao descrever o sofrimento dela e da avó, utiliza os significantes combinados: *“pele e osso”*.

A descrição da sequela psicossomática da queda de cabelo, também chama atenção. Estes buracos na cabeça, consequências dos acontecimentos na prisão podem ser interpretados como uma representação da palavra no corpo, da morte do irmão, causada pelos vários buracos de bala na cabeça. Ainda que essas associações sejam da pesquisadora, o que queremos com elas indicar é a dimensão de um corpo que goza quando a castração lhe é imputada no real da experiência de privação que a cadeia produziu.

Segundo Eixo

O segundo episódio relatado por Madalena, que parece oferecer-se como um ponto de retorno, é aquele em que, aos cinco anos, ela e a mãe encontram o pai andando na rua, onde ele recebe a notícia de que é o pai de Madalena e corre para registrá-la como sua filha no cartório. Mas não retorna nunca mais. Episódio marcado também pelo esquecimento, pela perda da imagem: *“Também não lembro o rosto dele”*.

Madalena detém um papel que atesta o vínculo e um real que aponta uma falta, uma falta impossível de ser preenchida e que Madalena parece deslocar para o ideal do casamento. Deslocamento marcado, como não poderia deixar de ser, pela eterna impossibilidade de realização. Em seu relato, resiste sempre um ponto de impossível, de insatisfação, quase cômico, em relação à formalização do casamento.

- *“Com o pai do João, eu marquei casamento uma vez. E... no dia do casamento, ele falou que não era aquilo que queria”*.

- *“Sempre gostei de ver o povo casar. Aí chegou o dia do meu. Não! Aí... quando eu fui presa – dia 22 de novembro de 2006 – eu ia casar dia 24... Os homi acabou com meu sonho”*.

- *“Aí boa... quando eu saí, aí Camargo foi e arrumou um emprego, ficou 6 meses no emprego (...) ele pegou uma quantia tipo, 3 mil reais... e ele falou comigo: ‘agora eu vou realizar o seu sonho’. Aí eu fui cas... eu... não. Eu fiz o casam... fui no civil, né?”*

- *Casei. Não, ainda falta! Enquanto eu não casar no religioso, minha filha, eu num sossego. Ele diz pra mim: ‘Tá bom, Madalena, tá bom! Pra que casar mais? Já tá casado, já tá casado. Cê já assina meu sobrenome”*.

- *Só casei uma vez, só um vez... mas eu também não tenho preguiça, não, sabe, Dani? Se tiver que casar de novo, com outra pessoa também, eu caso, não ligo não [Risos]*.

Madalena conta que desde pequena, desde que “aprendeu a pegar ônibus” vai até o cartório do bairro ver as pessoas se casando. É curioso que Madalena deseje ver estes casamentos ali, no cartório, lugar para o registro legal destes vínculos. Madalena poderia, por exemplo, ir a cerimônias religiosas, algo mais próximo de um espetáculo, especialmente para uma criança. Mas é no cartório que ela vê o seu grande sonho se realizando. O que nos diz esta obsessão infantil com o casamento?

O casamento é o registro de vínculo, culturalmente substituto dos vínculos familiares primeiros. Para Madalena também, um desejo impossível, o de realizar essa filiação, foi substituído pelo desejo da união através do casamento. E por isso, mesmo depois de ter se casado no civil, Madalena segue dizendo que ainda não “casou direito”, algo ainda falta: o casamento no religioso. Enfim, o casamento está marcado pela impossibilidade, é possível e é preciso casar mais, ainda.

Sobre seu casamento atual, Madalena, diz que é a única pessoa ‘bem casada’ da sua família. Conta que os dois são bastante companheiros, tem uma relação muito boa e que se sente respeitada por Camargo: *“Também, tudo que ele já tomou, cacetada que eu já dei nele, também se ele não me respeitar, ele não tem vergonha na cara. Ah, eu quase matei ele três vezes. Tentando mesmo matar! Pus fogo, dei tiro, dei faca. É, não respeita, não pra ver. Acontece que... hoje em dia, a gente... mais maduro também, né? É bom demais. Nós dois a gente dá muito certo.”*

No caso do casamento, a potência criativa envolvida na repetição aparece com toda nitidez. Que caminhos fantásticos Madalena cria para representar em ato o conflito entre o desejo e a impossibilidade nele contida. As fatalidades, que impedem a execução da cerimônia, aparecem como Destino, como surpresa e como um lugar reconhecido: “Mas de novo isso!?”. O re-achado da repetição traumática é o retorno deste nó entre o desejo e a lei que marca o encontro com o Real.

O peso do ideal

O primeiro contato que tive com Madalena foi através do encaminhamento dela para atendimento clínico comigo. O motivo era a dificuldade em escrever seu livro. A esse respeito, ela conta que uma das militantes da organização lhe disse: *“Madalena, escreve um livro pela... como é que ela falou? Por amor à Humanidade, escreve um livro”*. Com este pedido e também através do modo como Madalena chegou à mim, parece evidente que ela representava algo muito caro à organização. A transição total que Madalena fez do tráfico e através da cadeia, para o movimento social é, de fato paradigmática, ela encarna os ideais de todo um grupo.

Como se sabe, incumbir-se da missão de encarnar ideais é uma tarefa tão impossível quanto extenuante, que não pode ter outro fim que um intenso sofrimento e frustração. Pois o desejo, o sujeito do desejo não coincide com o ideal, ele é justamente o que se opõe a ele. Madalena assume como poucos a tarefa de fazer-se sujeito e, embora tenha vivido situações de extremo sofrimento, ela não os terceiriza em sua causa. Ela os assume, em sua narração, como efeitos de suas ações. Onde parece residir o sofrimento, a perspectiva de fim trágico da vida e a culpa, é no ideal que ela precisaria, ainda, sustentar. Algo como um preço que está pagando pela ajuda que obteve em um momento difícil.

Sem dúvidas a organização política teve um papel, material e subjetivo, fundamental em sua vida. Também é evidente que Madalena, por sua vez, também acolhe essa demanda e goza tentando ocupar este lugar. Contudo, seu enlaçamento mais genuíno com ela se faz por outras vias que não às do compartilhamento do ideal, propriamente dito, não a partir de uma crença fundamental na Revolução, mas a partir do lugar daquela que cuida, que sabe como cozinhar para todos. Madalena se encontra

no cuidado, algo é reparado a partir dele e é esta referência singular, desejante, contraditória e mais amiudada que o Ideal, que verdadeiramente vivifica sua participação ali.

É evidente que Madalena lidava, ao menos até o momento destas entrevistas, com o fantasma de uma culpa, aparentemente sem objeto e sem resolução: os pensamentos trágicos que lhe ocorriam, a evitação em conversar com algum psicólogo sobre seu sofrimento por medo de ser julgada pelo profissional e, principalmente, a dívida que parecia motivar grande parte de seu envolvimento na militância.

Escrever um livro sobre a própria vida significaria cristalizar sua trajetória, encarnar o lugar de ideal, dizer que ela se identifica plenamente com a imagem que o outro lhe fornece e que o Eu gostaria de ser. Algo que, para se realizar, só poderia vir a custo de uma mortificação do desejo de uma negação do Isso, o que justifica o sofrimento causado pela tentativa de escrevê-lo. Como disse Maria Rita Kehl, durante uma conversa gentilmente cedida por ela a respeito deste caso: “Ela é muito sujeito”. E o sujeito não suporta a cristalização, ele nem se identifica, nem pode ser recoberto pelo Eu.

Não podemos imaginar falar da história de um sujeito como uma narrativa unívoca e desenvolvida em pleno acordo com a ordem dos fatos e isso tampouco isso se aplica a história do mundo e das coisas. Walter Benjamin, em seu clássico texto *Teses sobre o conceito de história* (Benjamin, 1940/1987), nos mostra de forma clara essa leitura. Ali Benjamin aponta que os pontos fundamentais da História só são definidos a posteriori, a partir da significação que lhes é dada. O acontecimento em si é uma intensidade, sua representação, o significado que terão para a civilização vai depender de como e por quem ela for contada. Para o autor, neste caso, são os vencedores que logram propagar sua versão da história pela eternidade. Mas no seu avesso, coladas em seus sapatos também estão as histórias perdidas, de perdas, a história dos perdedores.

Quem venceu é que a retransmite; quem perdeu a batalha, perde a universalização da história. Esses pontos são retomados, repetidos seguidamente como se nunca tivessem terminado. Os monumentos da história são, portanto, os monumentos da barbárie: eles orientam as próximas batalhas, nunca iguais, mas como sua continuação. O que vivemos não é o resultado natural de lutas passadas, mas a sua continuação sobre forma de incessante repetição.

A história humana – do sujeito e da cultura – não é escrita sobre uma linha monótona e reta de apenas um sentido. A história tem a forma de uma confusa espiral. É objetivando o retorno sobre algo, da fantasia e do real, que o sujeito, que humanidade, inventam um caminho novo. Imanente e esse caminho é tudo que lhe pertence, é tudo que lhe define. O sujeito se faz a partir deste eterno retorno sobre o objeto faltoso, sobre a hiância que move e que dando voltas sobre si, desenha a sua história no mundo.

Considerações Finais

Essa dissertação foi fruto de uma série de atravessamentos e de cortes. Nunca é demais dizê-lo, pois é aí que se encontra a sua potência, a vida mesma que nela pulsa. Essa pesquisa provocou mudanças intensas no sujeito que lhe encampou. Mudanças que foram sentidas em seus objetivos, letras e rumos.

O que pôs o trabalho em movimento, no início, foi uma crença demasiadamente estanque na transformação, social e subjetiva, através da organização política. Uma crença que carregava diversos ideais, principalmente, em relação aos indivíduos que lhe construíam. Suspeito hoje, que inscrevi o trabalho dentro do campo de pesquisa da psicanálise já prevendo que fosse necessário fissurar esse ideal, para encontrar alhures algo ainda mais interessante.

As aulas do programa de mestrado em estudos psicanalíticos da UFMG possibilitaram o acesso a uma infinidade de questões e leituras absolutamente inéditas para essa pesquisadora. Questões que desestabilizaram os saberes prévios ao trabalho e exigiram que novas formulações fossem elaboradas e muitas certezas abandonadas no caminho. Foi só então que a leitura da obra de Lacan se inaugurou, verdadeiramente, para mim. Foi com a sua insistência na aposta ética sobre o sujeito do desejo e sobre a eterna parcialidade da verdade e do saber, que pude deixar cair a rigidez das certezas para construir outros caminhos mais permeáveis à vida.

A primeira interpelação de Madalena ao trabalho, a sua recusa em concordar que o ingresso no movimento social a havia transformado, também contribuíram por evidenciar a necessidade de reinvenção da pesquisa e do lugar dos saberes prévios do pesquisador para poder, verdadeiramente, escutá-la. Esse ato foi fundamental para assentar este trabalho sobre o objeto que realmente importava compreender: o sujeito do desejo.

Escutando a história de Madalena, as ideias de sujeito e de desejo apresentaram-se ainda mais inquietantes. Ao estudar a história de vida desta mulher negra, moradora de periferia, ex-trafficante e militante, imaginava, no início, que encontraria as marcas do ordenamento social muito bem inscritas na sua narrativa. Esperava, com a escuta desse caso, a confirmação de minhas esperanças em relação aos ideais políticos e sociais, o testemunho da mudança almejada – da violência à construção coletiva de um outro mundo possível.

Quando consenti em abandonar algumas certezas e escutar, verdadeiramente o que ela me dizia, foi que encontrei no seu relato algo surpreendente singular e singular. As questões que verdadeiramente perturbavam e inquietavam Madalena eram outras: o casamento, a ambição, a morte, o feminino. Questões nada banais e profundamente atravessadas pelas determinações sociais que identifiquei no início, mas para as quais Madalena encontrava meios muito criativos e autorais de contornar e fazer através disso a própria vida.

A tentativa de positivação da vivência foi a tônica inicial do trabalho. Busquei ainda no conceito de sujeito essa positivação, uma experiência, um produto subjetivo que confirmasse algumas das minhas hipóteses. Ao escolher esse como o

conceito forte, contudo, encontrei o avesso do que procurava e exatamente o que precisava. No cerne do sujeito, na base da sua estrutura, na causa da sua repetição, encontrei o vazio, a falta, o não saber, o objeto *a* como uma evanescência da passagem da linguagem pelo corpo.

Este trabalho foi marcado pela queda das certezas e em seu lugar, a aposta na verdade do sujeito desejante. Porque tampouco há transformação social com indivíduos ideais, com super-heróis, soldados hiperconscientes. Ela não acontecerá sem a assunção coletiva, dos sujeitos desejantes que a constroem. Porque como afirma Safatle em sua obra *O circuito dos afetos* (2015): A política não diz respeito apenas ao circuito de bens e riquezas de uma sociedade, estas são certamente questões decisivas para compreendê-la, mas não encerram a sua totalidade. Tampouco é esta a parte da política que mais nos custa entender e apontar caminhos. A política é também o circuito dos afetos que a move e sustenta.

Gostaríamos de acreditar que somos senhores de nossa própria casa, que sabemos o porque fazemos o que fazemos. Especialmente na política. Lidar com o desejo como irrupção e como contingência na política é sempre um grande desafio. Talvez a maior prova disso seja o fato de ser o desejo e a espontaneidade, o único inimigo comum a todos os regimes e modos de produção que conhecemos até então. Aparentemente, para fazer política, para governar também deveríamos ser capazes de dar a nós mesmos nossa própria lei, ser nosso próprio governante. Porém, o corpo humano não está programado, não age por instintos pré-determinados, nossos corpos, feitos de linguagem, querem gozar.

Para a psicanálise, o sujeito do desejo é descentrado, seu eixo não está onde o esperaríamos encontrar. Não me movo por aquilo que acho que sou. Sou traído em meus ideais de mundo de mim mesmo. Um sujeito irremediavelmente cindido entre inconsciente e consciente; soma e psique; real e ideal. O sujeito está para além do que consegue explicar sobre si mesmo está aliás, em completa discordância com o que julga acreditar, defender e mesmo ser.

Se a política é também um circuito dos afetos, na causa fundamental do movimento deste circuito está o desejo e não é mais possível pensar outro mundo que não a partir de uma aposta radical na sua verdade, sob a pena de seguirmos reproduzirmos apenas o pior do que já conhecemos. Para Lacan a única coisa da qual se [pode] ser culpado é de se ter cedido de seu desejo. É preciso responsabilizar-se pelo desejo e também pelo não sabido dele.

É só através da assunção deste desejo e desta presença do Outro, que é possível fazer-se sujeito, isto é, incluindo o Outro nessa busca por satisfação. Se não, é a devastação da promessa do gozo total, sem outro, sem barra ofertada pelo capital. Pensar a transformação a partir do sujeito do desejo é pensar sociedade e a política a partir de um circuito de afetos que não tenha o medo como fundamento. Onde, a partir da afetação causada pelo outro, o sujeito possa advir. Porém pensar a partir daí é abrir-se a uma transformação que não será “como imaginamos” não será uma transformação prescrita, pois a política comprometida com o sujeito de desejo está aberta a afirmação da contingência e da errância. Essa pesquisa é um testemunho dessa afetação.

Referências Bibliográficas

Agostinho, S. (398/2002) *Confissões*. (15ª ed.) M. L. Jardim Amarante (Trad.). Livro X. São Paulo: Paulus. (Original publicado em 398).

Barroso, A. de F. (2012). Sobre a concepção de sujeito em Freud e Lacan. In *Barbaroi*, (36), p. 149-159. Acesso em: 20/07/2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782012000100009&lng=pt&tlng=pt.

Bassols, M. (2011). Il n'y a pas de science du réel. *Mental – Revue de l'EuroFédération de Psychanalyse*. Mars. p.83-88.

Bastide, R. (coord.) (1971). *Usos e sentidos do termo estrutura*. São Paulo: Herder: Edusp.

Benjamin, W. (1940/1987) *Teses sobre o conceito de história*. In: P. Rouanet (trad.) Walter Benjamin - Obras escolhidas. Volume I. Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense. (Original publicado em 1940), p. 2-232.

Berta, S. L. (2015) *Escrever o trauma, de Freud a Lacan*. São Paulo: Annablume.

Birman, J. (2001) *Mal estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. (3ª ed.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Birman, J. (2006) *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Brousse, M. H. (2003) *O inconsciente é a política*. São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise.

Cabas, A. (2010) *O sujeito da psicanálise de Freud a Lacan: da questão do sujeito ao sujeito em questão* (2ª ed). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Caon, J. L. (1994). O pesquisador psicanalítico e a situação psicanalítica de pesquisa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 7(2), (p.145-174).

Connelly, F & Clandinin, D. (1995). Relatos de experiência e investigação narrativa. In: Larrosa, J.; Arnaus, R.; Ferrer, V.; Pérez de Lara, N. (Orgs.). “*Déchame que te cuente*”. Editora Laertes: Barcelona.

Costa, A. & Poli, M. C. (2006) Alguns fundamentos da entrevista na pesquisa em psicanálise. *Pulsional: Revista de Psicanálise*, 19(188), p.14-21.

Costa, J. F. (1986) *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal.

Elia, L. (2004) *O conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Ferreira, M. R. F. (2013) Do significante fálico como a chave do enigma em “A origem [simbólica] do mundo” de Courbet. In *Revista Psicanálise & Barroco*, 11(1). Rio de Janeiro: Unirio, p. 53-64.

Figueiredo, A. C. (2004). A construção do caso clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 2(1), 75–86.

Freud, S. (1895/1996) *Projeto para uma psicologia científica*. In J. Salomão (Trad.), Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Volume I. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1895).

Freud, S. (1900/1996) *A interpretação dos sonhos*. In J. Salomão (Trad.), Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Volume XIV. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1900).

Freud, S. (1910a/1996) *A concepção psicanalítica da perturbação psicogênica da visão*. In J. Salomão (Trad.), Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Volume XI. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1910).

Freud, S. (1910b/1996) *Cinco lições de psicanálise*. In J. Salomão (Trad.), Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Volume XI. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1910).

Freud, S. (1912/2013). *Totem e Tabu: algumas concordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e a dos neuróticos*. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras.

Freud, S. (1915/2013) *As pulsões e seus destinos*. In P. H. Tavares (Trad.), Obras incompletas de Sigmund Freud: Livro 2 (pp.13-69). Belo Horizonte: Autêntica. (Original publicado em 1915).

Freud, S. (1920/1996) *Além do princípio do prazer*. In J. Salomão (Trad.), Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Volume XIV. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1920).

Freud, S. (1921/1996) *Psicologia de grupo e a análise do Ego*. In J. Salomão (Trad.), Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Volume XIV. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1921).

Freud, S. (1923/1996) *O Ego e o Id*. In J. Salomão (Trad.), Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Volume XIX. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1923).

Freud, S. (1930/2012). *O Mal-Estar na Civilização*. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras.

Freud, S. (1932/1996) *A dissecção da personalidade psíquica*. In J. Salomão (Trad.), Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Volume XXII (pp. 63-84). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1932).

Freud, S. (1932/1996). *Conferência XXXV - A questão de uma Weltanschauung*. In J. Salomão (Trad.), Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Volume XXII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1932).

Freud, S. (1989/1919). *Introdução à psicanálise e às neuroses de guerra*. In J. Salomão (Trad.), Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Volume XIV. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1919).

Freud, S. (1996/1915) *O instinto e suas vicissitudes*. In J. Salomão (Trad.), Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Volume XIV. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1915).

Guedes, D. F. P. (2010) Uma introdução ao conceito de objeto a. *Psicanálise & Barroco* 1(8). 159-174. Acesso em: 28 de outubro de 2014, Disponível em: <http://www.psicanaliseebarroco.pro.br/revista/revistas/15/p&brev15guedes.pdf>

Guerra A. M. C. (2001). A lógica da clínica e a pesquisa em psicanálise: Um estudo de caso. *Revista Ágora*. 4(1) Jan/Jun. Espírito Santo. p. 85-101.

Guerra, A. M. C. & Martins, A. S. (2013) Psicanálise e política: contribuições metodológicas. *Revista Borromeo*. 1(4). Buenos Aires. p. 90-111

IBGE. (2010). *Censo demográfico 2010*. Acesso em: 28 de outubro de 2014. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/english/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf.

Jakobson, R. (1973) *Questions de poétique*. Paris: Éditions du Seuil.

Kehl, M. R. (2004) *Ressentimento*. (3ª ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Kehl, M. R. (2009) *O Tempo e o Cão*. São Paulo: Boitempo.

Kehl, M. R. (2010). Tortura e Sintoma Social. In: E. Teles, V. Safatle, & (Org.) *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo.

Lacan, J. (1953/1998) Função e campo da fala e da linguagem. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1953).

Lacan, J. (1953-1954/1986). *O Seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar.

Lacan, J. (1957/1998) A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1957).

Lacan, J. (1957-1958/1999). *O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1957-1958)

Lacan, J. (1958/1998) A direção do tratamento e os princípios de seus poderes. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1958)

Lacan, J. (1960-1961/1992) *O Seminário, Livro 8: A transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1960-1961)

Lacan, J. (1960a/1998) Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: Psicanálise e estrutura da personalidade. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1960).

Lacan, J. (1960b/1998) Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1960).

Lacan, J. (1962-1963/2005) *O Seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1962-1963).

Lacan, J. (1964/2008) *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1964).

Lacan, J. (1966/1998a). O estágio do espelho como formador da função do eu. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1966).

Lacan, J. (1966/1998b) A ciência e a verdade. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1966).

Lacan, J. (1966/2003) Pequeno discurso no ORTF. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1966).

Lacan, J. (1966-1967/2008). *O Seminário, livro 14: A lógica do fantasma*. Recife: CEF. Publicação para circulação interna. (Original publicado em 1966-1967).

Lacan, J. (1967/2003) Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1967).

Lacan, J. (1969-1970/1992). *O seminário. Livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1969-1970)

Lacan, J. (1973/1993) *Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1993).

Lacan, J. (1969-1970/1992) *O Seminário, livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1969-1970).

Laurent, E. (2001). Lo imposible de enseñar. In: M. Recalde (Trad.). *Del Edipo a la sexuación*. Buenos Aires: Paidós.

Laville, C. & Dione, J. (1999) *A construção do saber: Manual da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Martinho, M. H. C. (2012) A noção de estrutura em psicanálise. In L. Elia & R. Manso (Org.) *Estrutura e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Cia de Freud: PGPSA/IP/UERJ. p. 115-125.

Mezan, R. (1994). Pesquisa teórica em psicanálise. In *Revista Psicanálise e Universidade*, 2. p. 51-75.

Miler, J. A. (2011) A psicanálise seu lugar entre as ciências. In *Correio – Revista da Escola Brasileira de Psicanálise*. (69). Set. p. 15-30.

Miller, J. A. (2006). *Introducción al método psicoanalítico*. Buenos Aires: Paidós.

Miller, J.A. (1998). *O osso de uma análise*. Salvador: Biblioteca Agente.

Pellegrino, H. (1987). Pacto edípico e pacto social. In L. A. Py. (Org). *Grupo sob grupo*. Rio de Janeiro: Rocco.

Peters, M. (2000) *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença*. Autêntica: Belo Horizonte. Acesso em: 16/07/2016. Disponível em: http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Peters-Estruturalismo_pos-estruturalismo.pdf

Pinto, J. M. (2001). Resistência do texto: o método psicanalítico entre a literalização e a contingência. *Revista Ágora IV*(1), p.77-84.

Pinto, J. M. (2008) Política da Psicanálise: Clínica e Pesquisa. In: *Psicanálise, feminino, singular*. Belo Horizonte: Editora Autêntica. p. 67-80.

Prado Coelho, E. (1967). Introdução a um pensamento cruel: estruturas, estruturalidade e estruturalismos. In *Estruturalismo, antologia de textos teóricos*. São Paulo: Martins Fontes. p. I-LXXXV.

Quinet, A. (1999). Tristeza e posição do sujeito. *Extravios do desejo: depressão e melancolia*. Rio de Janeiro: Marca d'Água.

Rosa, M. D. & Domingues, E. (2010). O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Revista Psicologia & Sociedade*. 22(1), p.180-188.

Rosa, M. D. (2002). Uma escuta psicanalítica das vidas secas. *Textura Revista de Psicanálise*, 2(2), p. 1–13.

Roudinesco, E. (2011) *Lacan, a despeito de tudo e de todos*. A. Telles. (Trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Safatle, V. (2015) O circuito dos afetos: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. São Paulo: Cosac Naify.

Saviani, D. (2009) *Sistema de educação: Subsídios para a Conferência Nacional de Educação*. Acesso em: 16/07/2016. Disponível em: http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/conae_dermevalsaviani.pdf

Silva, D. Q. (2013) A pesquisa em psicanálise: o método de construção do caso psicanalítico. *Revista Estudos de Psicanálise*. (39). Julho. Belo Horizonte. p. 37–46.

Strachey, J. (1996/1915) Nota de rodapé: número 1. In Freud, S. (1996) *O instinto e suas vicissitudes*. J. Salomão (Trad.), Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Volume XIV. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1915).

